

TIAGO ALEXANDRE CARDOSO FARINHA

**A SITUAÇÃO DE GIBRALTAR NAS RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE O REINO UNIDO E A
ESPANHA**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2021

TIAGO ALEXANDRE CARDOSO FARINHA

**A SITUAÇÃO DE GIBRALTAR NAS RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE O REINO UNIDO E A
ESPANHA**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 8 de Junho de 2021, com o Despacho de Nomeação de Júri Nº 115/2021 de 30 de Março de 2021, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Fernando Ferreira Rato

Arguente: Prof. Doutor Armando Marques Guedes (UNL)

Orientador: Prof. Doutor José Filipe Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2021

EPÍGRAFE

*“If you want a happy ending, that depends,
of course, on where you stop your story.”*
Orson Welles (1915-1985)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que têm o estatuto de trabalhador-estudante, que sacrificam e lutam diariamente não só para a realização dos seus objetivos e sonhos de vida, mas também para a construção de um mundo melhor para si mesmo e para os seus.

AGRADECIMENTOS

Uma tese de mestrado é um pouco como a vida. É um caminho longo recheado de desafios, de incertezas, de alegrias, de motivações, de esgotamento e de outros percalços que são encontrados ao longo desta aventura solitária. No entanto, como na vida, em cada projeto que fazemos – seja ele profissional ou académico – são-nos mostrado caminhos, pistas e pegadas por pessoas que sempre estiveram ao nosso lado e que deram da melhor forma possível o seu contributo para o sucesso de cada fase da nossa vida.

Neste caso em especial, para eu concluir com sucesso esta longa caminhada, só foi possível com o apoio e com a força de algumas pessoas a quem desejo agradecer o seu contributo nesta caminhada de dois anos para a obtenção do Grau Académico de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus pais e aos meus avós por tudo o que me mostraram e ensinaram ao longo da vida. Cada lição e cada momento que tive na minha vida foram sempre ao vosso lado e todo o vosso apoio incondicional levou a que eu conseguisse chegar onde estou agora.

À minha amiga especial e futura Mestre em Jornalismo, Inês Sousa Martins, agradeço todo o apoio e motivação que me foi dado ao longo da realização deste trabalho. Do fundo do meu coração, estou muito grato pelo laço de amizade que criámos.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Filipe Pinto que tive a honra e o gosto em orientar-me ao longo deste caminhada académica de dois anos. Os seus conhecimentos, a sua experiência e acima de tudo, a análise crítica que faz em certos assuntos da política nacional e internacional foram fatores que contribuíram para o meu enriquecimento de análise em várias matérias ligadas à política interna de um Estado e à própria diplomacia.

A todas as pessoas das lojas do Pingo Doce da Rinchoa e do Cacém, com quem trabalhei em tempo parcial durante estes 3 anos. Fico agradecido pelo apoio e, embora tenha havido altos e baixos, tive um grande gosto em partilhar cada momento de trabalho convosco.

A todos os meus antigos colegas e docentes da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, onde tirei a minha Licenciatura em Informação Turística. As competências

que ganhei, os momentos que criámos e partilhámos são lembranças que iram ficar bem guardados na minha memória.

Aos meus antigos professores da Escola Secundária Ferreira Dias Natividade Filipe, Teresa Rodrigues, Ricardo Domingues, fica o meu agradecimento pelos ensinamentos e pelas lembranças que foram dadas ao longo do curso profissional Técnico de Turismo. Também agradeço em especial ao professor e Mestre Nuno Ferreira, por todos os ensinamentos e principalmente pelo interesse em política, pois foi uma motivação para seguir este mestrado com objetivo em conseguir ocupar um cargo onde consiga contribuir para a construção de mundo melhor. Jamais irei esquecer quando o professor dizia “não há almoços grátis” e “ninguém dá nada a ninguém”. A todos vós deixo aqui um abraço de saudades.

A todos estes que foram mencionados um muito obrigado!

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais visa analisar a questão de Gibraltar nas relações diplomáticas entre o Reino Unido e a Espanha, uma temática que é atual e que tem envolvido a diplomacia entre os dois Estados e também a diplomacia europeia na questão do Brexit relativo a Gibraltar. Procura, igualmente, traçar os cenários de futuro do rochedo numa conjuntura em que o modelo «two flags, three voices» não colhe consenso.

Neste sentido, o trabalho está dividido em três capítulos. Na primeira parte é feita uma contextualização histórica sobre Gibraltar com especial enfoque no Tratado de Utrecht de 1713 e nos outros tratados celebrados entre o Reino Unido e a Espanha sobre a questão de Gibraltar. A segunda parte visa fazer uma descrição sobre a situação atual de Gibraltar, a sua posição nas organizações internacionais (União Europeia e na Organização das Nações Unidas) e também as posições que a Espanha e o Reino Unido têm tido em relação a aspetos que se prendem com Gibraltar. Por fim, na terceira parte desta Dissertação é traçada uma análise referente ao futuro de Gibraltar, tanto no que concerne ao exercício de soberania como à questão que se prende com o Brexit, pois esse assunto terá impacto político, económico e social em Gibraltar.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia, Gibraltar; Espanha; Reino Unido, Tratado de Utrecht, *Brexit*.

ABSTRACT

This Master's Dissertation in Diplomacy and International Relations aims to analyse the issue of Gibraltar in the diplomatic relations between United Kingdom and Spain, a theme that is current and that has involved the diplomacy between these two states, including the European diplomacy in the issue of *Brexit* related to Gibraltar. It also seeks to outline the rock's future scenarios in an environment in which the “two flags, three voices” model does not reach consensus.

In this sense, the work is divided into three chapters. In the first part, it's going to be made an historical contextualization of Gibraltar, with special focus on the Treaty of Utrecht of 1713 and on the other treaties celebrated between the United Kingdom and Spain on the question of Gibraltar. The second part aims to describe the current situation of Gibraltar, its position in international organizations (European Union and the United Nations) and also the positions that Spain and the United Kingdom have had in the aspects related with Gibraltar. Finally, the third part of this Dissertation, an analysis regarding the future of Gibraltar is outlined, both with regard to the exercise of sovereignty and the issue related to Brexit, as this issue will have a political, economical and social impact in Gibraltar.

KEYWORDS: Diplomacy, Gibraltar; Spain; United Kingdom, Treaty of Utrecht, Brexit.

ÍNDICE

EPÍGRAFE	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DE GIBRALTAR	6
1.1 – Primeiras Evidências Históricas	6
1.2 – O Início da Luta Externa por Gibraltar	8
1.2.1 – <i>A Guerra da Sucessão Espanhola</i>	9
1.2.2 – <i>A Luta Espanhola pela Reconquista Gibraltina</i>	12
1.2.3 – <i>O Grande Cerco de Gibraltar (1779-1783)</i>	16
1.2.4 – <i>Análise ao Tratado de Utrecht (1713-1715)</i>	19
1.3 – Gibraltar na Idade Contemporânea	22
CAPÍTULO 2 – A ACTUAL SITUAÇÃO DE GIBRALTAR	31
2.1 – Descrição interna de Gibraltar.....	32
2.1.1 – <i>Política</i>	32
2.1.2 – <i>Economia</i>	36
2.1.3 – <i>Demografia: Identidade de Gibraltar</i>	39
2.2 - O Brexit	40
2.2.1 – <i>Contextualização do processo</i>	41
2.2.2 – <i>A posição de Gibraltar</i>	43
2.2.3 – <i>O envolvimento de Espanha e as negociações por Gibraltar</i>	46
2.2.4 – <i>Negociações do Brexit: Ponto de situação</i>	50
CAPÍTULO 3 – QUAL SERÁ O FUTURO DE GIBRALTAR?	54
3.1 – O Pré-Acordo por Gibraltar.....	55

3.2 – Soberania partilhada	57
3.3 – Soberania Britânica.....	62
3.4 – Independência de Gibraltar	65
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	87

INTRODUÇÃO

Ao longo dos vários séculos da história, desde os tempos dos grandes impérios, do surgimento do conceito de Estado e de outros centros de poder, a Diplomacia acabou por ser um dos instrumentos que mais contribuiu para a resolução de vários conflitos políticos, comerciais e sociais que atingiram o mundo, através de negociações pacíficas bilaterais e multilaterais entre os vários atores de poder envolvidos. Com a realização de tratados de paz e de acordos comerciais, essas hostilidades políticas, económicas e sociais que ocorreram ao longo da história foram resolvidas através dessa ferramenta adotada pelos atores do mundo da política.

A diplomacia, é um conceito com várias definições sem existir uma definição unívoca porque ao longo dos anos o conceito de diplomacia foi-se desenvolvendo por causa da relevância da sua utilização. Essa relevância foi crescendo devido a fatores como a centralização do poder, a desconcentração, a regionalização e a globalização, que contribuíram para que este instrumento político ganhasse novos significados e se expandisse para outros sectores e até mesmo para o mundo empresarial onde atualmente são feitos negócios entre pequenas, médias e grandes empresas com empresas estrangeiras tendo por vezes o Estado, mais especificamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros, como ator intermediário ou até mesmo como ator envolvente na negociação com objetivo em defender o seu interesse nacional e criar novos laços económicos, políticos e culturais com outros Estados e empresas estrangeiras.

Desde a antiguidade, a diplomacia foi utilizada para o desenvolvimento das atividades comerciais, que nessa época era o principal campo de proteção da política externa dos Estados. (Bueno et al., 2017). Contudo, com o passar dos séculos e com a ocorrência de vários conflitos, os países foram-se aproximando uns dos outros, os povos foram-se relacionando uns com os outros e com isso a diplomacia viria a ser um instrumento fundamental para a paz criando laços políticos e sociais entre os vários Estados.

Nesta dissertação aceita-se que a diplomacia é “uma arte de negociação ou o conjunto das técnicas e processos de conduzir as relações entre os Estados” (Moreira, 2005, pp.74-75), ou seja, um instrumento de que a política externa de um Estado se serve para tentar fazer valer os seus interesses.

Ao longo da história a diplomacia foi desenvolvida através de duas componentes: a componente política e a componente do Direito. Como é referido num artigo publicado

pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua¹, “o pensamento político e o pensamento jurídico sempre foram o reflexo das relações entre os homens, os povos, os Estados e as Nações”. Em geral, significa que a parte política não foi o único objeto fundamental para o desenvolvimento da diplomacia, ou seja, o papel desempenhado pelo Direito também contribuiu para o desenvolvimento das relações entre os Estados a nível mundial que permitiram que tratados e outros acordos (políticos, comerciais, entre outros) fossem assinados e dessem origem à criação de organizações intergovernamentais ou supranacionais como por exemplo: a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia (UE). O Direito e a Política são duas componentes que fazem funcionar a própria diplomacia.

Numa forma geral, a diplomacia “é o meio pelo qual os Estados em todo o mundo conduzem os seus assuntos de forma a assegurar relações pacíficas”. Assim, “a principal tarefa de cada serviço diplomático é salvaguardar os interesses dos seus respetivos países no exterior”, sendo que “isso diz respeito tanto à promoção da política, das relações económicas, culturais ou científicas, assim como o compromisso internacional de defesa dos direitos humanos ou a solução pacífica de controvérsias”.²

A diplomacia é uma ferramenta extremamente importante para qualquer Estado porque contribui para o funcionamento da sua política externa em defesa dos interesses nacionais fora do seu território soberano, ou seja, a diplomacia é um grande ativo do funcionamento político de qualquer governo de um Estado nas relações internacionais. Para que este seja eficaz é necessário haver negociações. No que toca a este ponto, Henry Kissinger vê a negociação como “um processo de combinar posições conflitantes em uma posição comum, sob uma regra de decisão de unanimidade, fenómeno em que o desfecho é determinado pelo processo” (Meerts, 2015, s.p.). Isto significa numa forma geral que a negociação ajuda os intervenientes a encontrarem de forma pacífica uma posição comum, ou seja, uma solução, para a resolução de conflitos ou para a concordância em outros assuntos de grande importância política, económica, social e cultural.

A negociação diplomática acaba por enquadrar-se unicamente em dois contextos: no bilateral e no multilateral. No contexto bilateral, esta situa-se na relação entre dois Estados enquanto no multilateral existem relações que envolvem mais que dois

¹ Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (s.d.). *Diplomacia*. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues%20nas%20relacoes%20internacionais/Diplomacia%20Artigo%20de%20Opinio.pdf

² Federal Department of Foreign Affairs. (2008). *ABC of Diplomacy* (on line). Disponível em https://www.eda.admin.ch/dam/eda/en/documents/publications/GlossarezurAussenpolitik/ABC-Diplomatie_en.pdf

Estados. Em pleno século XXI, existem exemplos do funcionamento da diplomacia a nível bilateral e multilateral. No que toca às relações bilaterais existem, por exemplo, os corpos diplomáticos presentes em cada país, onde por vezes os embaixadores são enviados em nome do seu Estado para discutir e negociar certos assuntos com o Governo, ou seja, com o Estado recetor da representação diplomática proveniente de outro país. Em relação às relações multilaterais, estas acontecem maioritariamente a nível das organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), onde são enviados representantes de cada Estado-membro (Embaixadores ou Ministros) para a discussão e negociação com representantes de outros Estados.

A diplomacia é vista desta forma nos dias de hoje tendo como principal missão a criação e a preservação de relações entre Estados nos vários contextos políticos, económicos, sociais e culturais através da negociação. É com base nestes aspetos sobre a diplomacia e a negociação que o trabalho irá ser desenvolvido.

Como já foi referido, ao longo da história existiram vários conflitos políticos e económicos que fizeram com que a diplomacia fosse um instrumento usado para a resolução desses conflitos. Contudo, nos dias de hoje existem casos de ação diplomática que ainda permanecem em negociação sem haver uma solução à vista. Existem casos inconclusivos com mais de um século e, é neste sentido, que nesta dissertação de mestrado, o tema escolhido para análise foi a situação de Gibraltar nas relações diplomáticas entre o Reino Unido e a Espanha.

Gibraltar é um pequeno território com 33 695 habitantes³ (misturados descendentemente de ingleses, de espanhóis, de malteses e de portugueses), que está situado a Sul da Península Ibérica, limitado a Norte por uma fronteira terrestre com a Espanha e a Sul por uma fronteira marítima pelo Estreito de Gibraltar que faz a ligação do Mar Mediterrâneo com o Oceano Atlântico. Este é um território que tem surgido em discussão no contexto diplomático entre o Reino Unido e a Espanha, que têm entrado em disputa pelo direito de controlo sobre Gibraltar, algo que já perdura desde o século XVIII com a assinatura do Tratado de Utrecht em 1713. No entanto, devido à questão do Brexit, o direito de controlo sobre este território voltou a estar em cima da mesa e tem sido discutido e negociado entre o Estado Britânico e o Estado Espanhol, o que tem criado um impasse para a população gibraltina. É no âmbito deste processo diplomático entre o Reino Unido e a Espanha que leva a que neste trabalho, com base na pesquisa

³ Dado disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/gibraltar-population/>

feita, seja dada uma resposta à questão central do trabalho: *Qual será o futuro de Gibraltar?*

Nesse propósito, de forma a entender o processo completo da situação de Gibraltar, o trabalho estará dividido em três capítulos centrados respetivamente no passado, presente e futuro. No primeiro capítulo irá ser feita uma descrição histórica de Gibraltar passando por várias épocas históricas, contudo será dado um foco maior ao Tratado de Utrecht que foi assinado em 1713 pondo fim à Guerra da Sucessão Espanhola e que foi a primeira de muitas etapas diplomáticas entre o Reino Unido e a Espanha para a discussão e resolução da situação de Gibraltar com a transferência do controlo do território efetuado pelos espanhóis para os britânicos. É neste capítulo que será possível entender não só as razões que têm levado a Espanha a reclamar junto do Reino Unido o direito de controlo sobre Gibraltar, mas também identificar, com base nos vários tratados assinados entre os dois Estados, quem tem verdadeiramente o direito do controlo sobre Gibraltar.

No segundo capítulo, proceder-se-á a uma análise da atual situação política e social de Gibraltar. Irá ser feita uma descrição da organização política do território, da sua posição junto das organizações internacionais de que é membro e, designadamente, do seu estatuto e função junto da UE (União Europeia) e da ONU (Organização das Nações Unidas). Contudo, o maior foco deste capítulo irá ser na questão da saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, algo que acaba por ter efeitos sobre o estatuto de Gibraltar e que tem provocado as negociações diplomáticas entre a Espanha e o Reino Unido sobre a soberania e questões fronteiriças entre os territórios espanhol e gibraltino. Esta temática sobre o Brexit tem originado ansiedade junto da população gibraltina tendo já sido criados movimentos pró-União Europeia e pró-Reino Unido, só que a decisão final desta situação estará dependente das negociações bilaterais que têm sido feitos entre o Estado britânico e o Estado espanhol.

Por fim, no terceiro e último capítulo, que acaba por estar relacionado com a questão central do trabalho, pretende-se traçar uma análise do futuro de Gibraltar no que diz respeito à sua soberania e também à questão anteriormente mencionada sobre o *Brexit*, pois com a saída oficial do Reino Unido da União Europeia são várias as incógnitas sobre que solução possa surgir nas negociações entre o país britânico e a Espanha. Este é um ponto importante do trabalho que terá como objetivo apresentar possíveis soluções para Gibraltar que possam surgir no futuro de forma a resolver não só o problema gibraltino decorrente do Brexit, mas também o impasse diplomático entre o Reino Unido e a Espanha que perdura há mais de 300 anos.

Relativamente à metodologia utilizada na elaboração desta dissertação, no que toca às fontes exploratórias obtidas para o aprofundamento do tema, há a considerar livros, trabalhos académicos e artigos disponibilizados *online*, bem como sites oficiais de governos, de meios de comunicação e de outras entidades passíveis de disponibilizarem informações ligadas à temática deste trabalho. No que diz respeito às citações e às fontes apresentadas no final da dissertação, serão feitas de acordo com a norma APA.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DE GIBRALTAR

Este primeiro capítulo faz uma descrição e uma reflexão histórica de Gibraltar com o objetivo de compreender os passos que foram dados a partir do século XVIII, passos esses que deram origem à disputa do território gibraltino entre duas grandes potências europeias: a Espanha e o Reino Unido. Gibraltar num contexto comercial e marítimo foi um território estrategicamente importante para vários povos e a partir do século XVIII a sua importância viria a ascender levando a uma disputa diplomática que continua nos dias de hoje.

Como diz Luke Archer (s.d), apesar de Gibraltar ou *The Rock* (O Rochedo) ser reconhecido mundialmente devido à sua posição estratégica, “a história e a cultura de Gibraltar são pouco compreendidas além da própria península”. Ou seja, dito de outra forma, não só será necessário entender o processo político que deu origem a esta disputa sobre Gibraltar, mas também é necessário entender a parte cultural e histórica de Gibraltar que ficou no meio de uma disputa diplomática entre dois Estados de identidades diferentes.

1.1 – Primeiras Evidências Históricas

As primeiras evidências históricas de Gibraltar começam através do Homem de Neandertal. Este aproveitou os recursos que o local oferecia e acabou por habitar nas cavernas de calcário que se situavam junto à costa gibraltina, local esse que satisfazia as necessidades de sobrevivência dos próprios primatas. De acordo com a *SIC Noticias* (2019) foi encontrada no território gibraltino a segunda pegada neandertal no mundo, o que prova a presença deste primata nesta região.

Mais tarde, vieram os Fenícios, um povo com uma cultura comercial marítima riquíssima, desenvolvendo a sua atividade ao longo do Mar Mediterrâneo. Em Gibraltar, os Fenícios só utilizavam este território como ponte de passagem sendo que habitavam na Carteia, que se situava na atual província espanhola de Cádiz (a Oeste de Gibraltar). No entanto, num contexto cultural, o Rochedo de Gibraltar ficou conhecido para os Fenícios como o Calpe - que é um dos pilares de Hércules. Segundo William Serfaty (1997), numa parte da sua tese publicada *online* sobre *The Pillares of the Phoenicians* (Os Pilares dos Fenícios), os Pilares de Hércules eram os pilares que o próprio Hércules,

o famoso herói da mitologia grega, criou para separar o continente europeu do continente africano. Esses mesmos pilares eram vistos como duas montanhas localizadas precisamente na foz do Mediterrâneo, uma no lado do continente europeu e outra no lado do continente africano. Do lado europeu, o pilar reconhecido como Calpe estava localizado no Estreito de Gibraltar, contudo, já do lado africano, o segundo pilar reconhecido como Abila estava localizado ou no Monte Hacho (em Ceuta) ou no Monte Jebel Musa (em Marrocos) porque atualmente não existe uma confirmação oficial da localização exata deste segundo pilar devido ao facto de estes dois montes se situarem precisamente na foz do Mediterrâneo do Norte de África.

Durante a presença romana, foram construídos santuários em adoração a Hércules, que estava relacionado com a própria lenda dos Pilares de Hércules, já abordada. Contudo, este território era só usado como ponto de passagem sendo que existiam cidades romanas perto da região gibraltina, como era o caso de Carteia. Numa questão cultural, o nome do Rochedo de Gibraltar acabou por ser adotado como o *Mons Calpe* (a Montanha Oca). Karren Warren (2020), numa publicação *online* sobre a montanha de Gibraltar, defende que o nome *Mons Calpe* é um nome apropriado devido ao facto de “Gibraltar ter aproximadamente 200 cavernas, ambas em mar e em terra resultando na erosão da rocha calcária”. Ou seja, os próprios elementos naturais que estão presentes na região colaboraram para a origem do nome do local, algo que costuma acontecer em outros locais do mundo, como por exemplo em Portugal, nas Laranjeiras em Lisboa, segundo consta a lenda, no local existiam várias laranjeiras.

Na Idade Média, em 711, o exército muçulmano liderado pelo general Tarik ibn Ziyad, viria a entrar na Península Ibérica atravessando o Estreito de Gibraltar, sendo que Gibraltar se localiza próximo do continente africano (Anexo A), este território acabou por servir como porta de entrada para o povo muçulmano entrar em solo ibérico.

Com a chegada dos muçulmanos a Gibraltar, *The Rock* ficou batizado pelo general do exército muçulmano Tarik ibn Ziyad como o *Rochedo de Tariq*, o que mostrava a liderança e o poder conquistador do próprio general dando o sinal de que aquele território era seu e de mais ninguém. A partir do momento da sua chegada, este povo proveniente de terras africanas foi-se expandindo militarmente pela Península Ibérica acabando por impor o seu domínio e os seus métodos culturais através de novas conquistas pelo resto península, à exceção do território do Norte que era ocupado pelo Reino das Astúrias. Mais tarde iniciou-se ao processo da Reconquista que resultou na progressiva expulsão dos mouros da Península Ibérica com a formação dos reinos de Portugal e Espanha.

Após a expulsão definitiva dos muçulmanos da Península Ibérica, com a queda do reino de Granada, iniciou-se um conflito entre a Coroa Espanhola e Juan Alonso Pérez de Guzmán pelo controlo de Gibraltar. Juan de Guzman justificava o seu desejo pelo facto de ter sido o responsável pela reconquista do território gibraltino aos mouros em 1462, o que contribuiu de certa forma para o sucesso na luta contra o povo muçulmano no processo final da Reconquista. Este conflito viria a durar alguns anos, mas o território acabaria por pertencer à Coroa Espanhola. Em 1504, a rainha Isabel I de Castela faleceu. Contudo, antes de a monarca morrer, escreveu um testamento onde aborda alguns temas sendo um deles sobre Gibraltar:

“ It is my will and desire, in as much as the City of Gibraltar has been surrendered by Don Henry de Guzmán, has been restoured to the royal Crown, and been inserted among its titles, that shall for ever so remain; I ask and require of the Kings, my sucessor, that they may hold and retain the said City for themselves, and in their own possession; and that no alienation of it, nor any part f it, nor of its jurisdiction, civil or criminal, shall ever be made from the Crown of Castille.” (Sayer, F., 1862, p.83).

Nesta sua abordagem relativa a Gibraltar, a rainha mostra o seu agrado por este território regressar à posse espanhola pedindo aos futuros reis, seus sucessores, que assegurem e retenham a “cidade sagrada” para eles próprios e que nenhuma alienação dela, seja jurídica, civil ou criminosa jamais seja feita pela Coroa.

1.2 – O Início da Luta Externa por Gibraltar

No século XVIII (último século da Idade Moderna), assistimos a acontecimentos históricos que tiveram um grande impacto na Europa e no mundo, e que permitiram a ascendência de novas potências. Tais acontecimentos como a Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1713), o grande sismo de 1755 que atingiu a cidade de Lisboa, o início da Revolução Industrial em Inglaterra na metade do século XVIII, a assinatura da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789-1799). Porém, o século XVIII acabou por ser também importante para Gibraltar, porque foi a partir deste século, devido à Guerra da Sucessão Espanhola, que foi assinado o Tratado de Utrecht (1713) que transferiu o controlo do território pertencente à Coroa de Espanha para as mãos do Reino Unido. Este tratado, acaba por ter uma relevância extrema visto que é um assunto determinante para a compreensão da origem da guerra diplomática que persiste nos dias de hoje entre o Reino Unido e a Espanha à volta deste processo sobre o Rochedo. Como tal, o principal foco deste

capítulo está no Tratado de Utrecht, mas, para uma melhor compreensão, convém historiar todo o processo.

1.2.1 – A Guerra da Sucessão Espanhola

Em 1700, a Coroa espanhola entrou numa crise monárquica em torno do sucessor do rei Carlos II (1661-1700), que faleceu nesse mesmo ano. Este já era um assunto muito falado desde os finais do século XVII devido a razões de saúde do próprio monarca que se encontrava fraco e doente, mostrando que não tinha condições para continuar a reinar. Mais, o facto de Carlos II não ter conseguido gerar um(a) herdeiro(a), após os seus dois casamentos com Maria Luísa de Orleães (1662-1689) e com Maria Ana de Neuburgo (1667-1740), foi mais uma razão para que os olhos das grandes monarquias europeias estivessem virados atentamente para a situação que a monarquia espanhola estava a viver na altura.

Sem herdeiro direto, o rei Carlos II decide, deixando em testamento, nomear como novo rei de Espanha Filipe de Bourbon, neto do rei Luís XIV e Duque de Anjou. A nomeação de Filipe de Bourbon como novo rei, originou não só uma preocupação nas maiores potências europeias, designadamente a Inglaterra e a Holanda que receavam uma aliança franco-espanhola que originasse uma nova hegemonia europeia e mundial, mas também originou uma revolta por parte da Áustria que levou com que Leopoldo I mostrasse o seu desagrado e reclamasse o direito ao trono espanhol para o seu filho Carlos VI. Os motivos para este ser o novo rei da Coroa de Espanha eram consideráveis, sendo que Carlos VI era neto de Maria de Ágreda (irmã do rei Felipe IV de Espanha) e bisneto do rei Felipe III de Espanha.

Em 1701, as cortes espanholas acabaram por reunir-se em Madrid e em Barcelona, e nestas, reconheceram Filipe de Bourbon como novo rei, ficando este conhecido como Felipe V de Espanha. Com o rei Filipe a subir oficialmente ao trono espanhol, num curto espaço de tempo, potências europeias como a Áustria, a Inglaterra e a Holanda acabariam por assinar um tratado diplomático e militar que ficou reconhecido como o Tratado de Haia que deu origem à Grande Aliança⁴. O objetivo desta aliança, foi impedir a França de ser a maior potência mundial, ou seja, era “assegurar a paz na Europa e garantir a cada Estado a sua segurança contra os ataques de França” (Luna,1944, p.

⁴ Esta já tinha sido criada em 1689 por Inglaterra, Holanda e Áustria, mas foi melhorada em 1701 a partir do Tratado de Haia.

298). No entanto, cada um destes estados monárquicos tinham os seus próprios interesses.

Para a Inglaterra, a hegemonia mundial era a grande prioridade. A união monárquica entre a França e a Espanha punha em causa as riquezas mundiais no que toca ao domínio e ao controlo do comércio, principalmente no comércio das Índias. Para a Holanda, esta questão do comércio das Índias também era importante, contudo, a expansão dos seus territórios fronteiriços, que eram pertencentes à Espanha⁵, era um objetivo ainda maior tendo em vista controlar esses mesmos territórios. Por fim, para a Áustria, o maior interesse eram os territórios espanhóis em Itália, pois dominando estes territórios teria uma melhor posição para o poderio marítimo no Mar Mediterrâneo num contexto comercial e militar.

Com as preocupações e interesses provenientes das monarquias estrangeiras sobre a nomeação de Filipe de Bourbon como novo rei de Espanha, num contexto interno, a Espanha também se encontrava dividida, havendo confrontos entre grupos leais ao novo rei de Espanha Filipe V e grupos leais a Carlos VI, o que originou uma guerra civil. Esta guerra interna expandiu-se de tal forma que chegou a ultrapassar fronteiras passando o problema espanhol para o resto da Europa, dando assim início à Guerra da Sucessão Espanhola.

Ao longo do desenrolar da guerra, com algumas batalhas a ocorrerem no centro da Europa, começam a surgir jogadas políticas com base em interesses territoriais. É neste campo que surge a Inglaterra que começa a “olhar com bons olhos” para o território de Gibraltar por motivos estratégicos visto que o território era não só uma porta de ligação entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, mas também um território que estava ligado à Espanha. Com este interesse inglês, em 1704, a Inglaterra e a Holanda uniram-se e fizeram uma aliança naval que foi liderada por um representante de Carlos VI - pretendente ao trono espanhol – e resolveram conquistar o território pertencente à Coroa Espanhola pondo fim à curta tranquilidade vivida em Gibraltar. Como não podia deixar de ser, a Espanha, com a sua aliada França, tentou por várias vezes ripostar e reconquistar o território gibraltino da aliança Anglo-Holandesa, mas as várias tentativas nunca chegaram a ser bem-sucedidas.

Em 1711, ainda durante o desenrolar da Guerra da Sucessão Espanhola, começam a surgir as primeiras negociações de paz tendo como principais atores o Reino Unido⁶ e

⁵ Esses territórios sob controlo da Espanha eram designados como os Países Baixos Espanhóis, mais concretamente, os Países Baixos de Habsburgos.

⁶ A união dos reinos da Inglaterra e da Escócia em 1707, designou estes dois Estados como o “Reino da Grã-Bretanha”, conhecido oficialmente como Reino Unido.

a França. Curiosamente foi a Inglaterra a fazer a aproximação à França ao comunicar ao rei Luís XIV a intenção de negociar um acordo de paz sem o conhecimento dos aliados das duas coroas, principalmente da Espanha, visto que havia uma união dinástica entre as coroas espanhola e francesa, era possível que Luís XIV estivesse nas negociações em representação das duas coroas. A França aceitou negociar exigindo primeiramente garantias reais em questões relacionadas com o comércio das Índias e o reconhecimento de Felipe V como rei de Espanha. Por parte do lado inglês, as condições propostas eram a renúncia da união dinástica entre a França e a Espanha, e a aceitação da ocupação britânica em um dos territórios pretendidos: Gibraltar, Menorca (localizada nas Ilhas Baleares) ou Corunha.

Em 1711, o rei Luís XIV e os britânicos aceitaram as condições propostas e ambas as coroas assinaram oficialmente o acordo de paz. No que diz respeito à cedência territorial pela França à Inglaterra, o território escolhido e cedido foi o de Gibraltar, pois uma ocupação britânica em algum dos outros dois territórios podiam prejudicar a França a nível da navegação marítima e nas trocas comerciais no Mediterrâneo e no Golfo da Biscaia⁷. A assinatura deste acordo bilateral, inclusive a escolha do território a ceder ao Reino Unido, mostra que existem certas alianças que são unicamente temporárias e, frequentemente, os interesses individuais acabam por ser superiores aos interesses coletivos. Mais, mostra que é preferível proteger a sua segurança e os seus interesses do que proteger um aliado e acabar por sair prejudicado em determinado contexto político, económico ou militar.

No que toca a Gibraltar, este acordo viria a dar início à longa campanha diplomática entre os dois países que ainda permanece nos dias de hoje. A cedência de Gibraltar por parte dos franceses tirou estes para fora de cena na luta britânica por Gibraltar, o que mostra a estratégia política e diplomática que o Reino Unido estaria a pôr em prática para ter o controlo total do Rochedo. Contudo, para ter esse controlo total sob o território gibraltino, só faltava a cedência dos espanhóis, algo que viria a acontecer a partir de 1713 no Congresso de Utrecht com a assinatura do Tratado de Utrecht, tratado esse que ditou o fim da Guerra da Sucessão Espanhola. Com a guerra terminada através da assinatura do Tratado de Utrecht, que irá ser analisado mais à frente, era esperado alguma tranquilidade e paz. No entanto, isso não veio a acontecer. A França e o Reino Unido voltariam a lutar entre si, mas neste caso era num contexto do comércio no continente americano onde estes dois Estados tinham colónias, e em Gibraltar onde

⁷ Golfo situado entre a costa sudoeste francesa e a costa do Norte de Espanha.

começava a disputa diplomática entre a Espanha e o Reino Unido que dá origem à Guerra Anglo-Espanhola entre 1727 e 1729.

1.2.2 – A Luta Espanhola pela Reconquista Gibraltina

Desde a perda de Gibraltar, a Espanha pretendeu sempre recuperar o território. O próprio rei Filipe V sentia que tinha sido forçado pelo rei Luís XIV de França a ceder Gibraltar ao Reino Unido no Tratado de Utrecht visto que anteriormente às negociações no Congresso de Utrecht a França já tinha acordado em ceder Gibraltar aos britânicos por sentir que não tinha capacidade militar para recuperar o território. Como vingança, o rei Felipe V decide introduzir uma nova política que prejudicou os comerciantes ingleses em Espanha. No entanto, quando a França e o reino estavam em confronto, foi dada a ideia em alterar o que tinha sido oficialmente assinado em Utrecht, o que motivou a Espanha a entrar em cena por Gibraltar e Menorca, territórios perdidos para o Reino Unido no Tratado de Utrecht. Para Filipe V, acordo não era válido devido ao facto de haver infrações no artigo X do Tratado que garantiram o controlo do território aos britânicos. Devido a esta questão acaba por haver negociações bilaterais entre representantes das coroas britânica e espanhola, contudo, estas terminam sem sucesso para o lado espanhol.

Com o decorrer das várias tentativas de negociação por via diplomática devido à questão de Gibraltar e à política comercial antibritânica, que estava a ser imposta em Espanha e que prejudicava os comerciantes ingleses. Não havendo acordo, as tensões entre os dois Estados foram crescendo. Em 1725, a comunidade internacional assiste a uma aliança entre a Espanha e a Áustria através do Tratado de Viena. O Reino Unido responde da mesma forma ao assinar o Tratado de Hanover com a França e com a Prússia.

Um dado que não deixa de ser curioso é que num curto espaço de tempo, desde o início da Guerra da Sucessão Espanhola até a esta crise que estava a ser vivida entre a Espanha e o Reino Unido, as alianças políticas sofreram grandes alterações.

Em 1726, o Reino Unido mandou uma frota britânica para a costa espanhola, no sentido de provocar a Espanha, contudo a Espanha respondeu e concentrou as suas forças militares na Galiza e na fronteira com a França (nova aliada britânica). Os movimentos dados neste jogo de xadrez pela Espanha e pelo Reino Unido fizeram disparar as tensões entre os dois países, o que deu início à guerra Anglo-Espanhola em 1727. Em

17 de Janeiro de 1727, no Parlamento Britânico, o rei Britânico Carlos I, com o seguinte discurso declarou guerra à Espanha:

“Devemos decidir se submetermos docilmente às demandas perentórias e injustas do Rei da Espanha, ao renunciar a Gibraltar ou decidir estar em condições de fazer nossos serviços justiça e defender nossos direitos indiscutíveis.” (Olmedo, 2003, p. 204).

Com esta declaração do rei britânico, era óbvio que o uso da via diplomática por parte da Espanha para recuperar Gibraltar do Reino Unido já não iria trazer os resultados pretendidos, o que levou os espanhóis a invadirem o território gibraltino nesses mesmo ano de 1727. Foram várias as tentativas do lado espanhol em recuperar Gibraltar, contudo, a Espanha não tinha a mesma capacidade militar que o Reino Unido, o que forçou os espanhóis a desistir. Em 1728, a Espanha, através da Declaração de *El Pardo*, comunicaria essa mesma desistência que ditou a retirada das forças armadas espanholas que estavam presentes no território gibraltino:

“Se levantará imediatamente el bloqueo de Gibraltar; volverán las tropas a sus cantones; se retirará la artillería; las trincheras así como las demás obras hechas con motivo del sitio, se demolerán; de ambas partes, volverá todo al estado prescrito por el tratado de Utrecht.” (Olmedo, 2003, p. 206).

Mais, nesta declaração, é também articulado o regresso ao que tinha sido estabelecido no artigo X do Tratado de Utrecht, o que não deixa de ser curioso devido ao facto de a Espanha ter protestado muitas vezes das irregularidades do artigo X do tratado, e agora, a partir desta declaração, a Espanha estaria a aceitar o que estava estipulado, não abrindo uma porta pelo meio diplomático para resolver uma situação que era do seu interesse. É verdade que antes da guerra anglo-espanhola se ter desencadeado, a via diplomática foi o meio utilizado para resolver esta situação em volta do Rochedo, contudo, esta ferramenta podia ter sido outra vez utilizada, o que não se verificou. Com tudo isto, acabou por não se verificar quaisquer alterações significativas do que foi acordado no Congresso de Utrecht.

Com a declaração da Coroa Espanhola em 1728 a comunicar a desistência de Gibraltar, o Reino Unido começou a focar-se no território com o rei Jorge II a impor a lei britânica no território gibraltino, substituindo assim a lei espanhola, e em desenvolver o território no campo social e comercial. Com uma nova lei a ser imposta, Gibraltar começou a

sofrer algumas mudanças sendo que uma dessas mudanças foi a presença dos judeus e dos árabes no território, algo que durante o domínio espanhol não acontecia. Isso fez com que a Espanha voltasse a reivindicar o território afirmando que os britânicos não estavam a cumprir o que tinha sido estipulado no artigo X justificando com uma frase desse mesmo artigo que diz que “(...) nenhuma licença será dada sob qualquer pretensão, seja para judeus ou mouros, de residir ou ter suas moradias na referida cidade de Gibraltar”. Também, num contexto comercial, a Espanha também pedia um género de compensação pelo tempo que as costas espanholas estiveram bloqueadas pela frota britânica.

Estas complicações comerciais de Espanha acabariam por ser resolvidas em 1729, através da assinatura do Tratado de Sevilha que juntou Espanha, França, Holanda e Reino Unido, e que ditou o fim da Guerra Anglo-Espanhola. A questão de Gibraltar acabou por não ser referenciada neste tratado porque, nesta época histórica, a questão do comércio e das Índias era muito importante para os países da Europa que investiam muito na navegação marítima como era o caso do Reino Unido, da Holanda, entre outros. Isso pode ter sido uma razão para a questão comercial ter tido uma prioridade maior que Gibraltar. Mais, a Espanha teria interesse em reclamar os territórios da Toscana, de Parma e da Piacenza que estavam localizados em Itália, o que serviu como moeda de negociação para atrair apoios, sendo que neste caso a Espanha acabou por ganhar o apoio britânico e em troca foram restauradas as concessões comerciais ao Reino Unido.

Em 1733, a França volta a aproximar-se da Espanha e juntos formam o Primeiro Pacto de Família. A razão da realização desta aliança política era devido ao facto de ambos os países terem tensões com o Imperador Carlos VI do Sacro Império Romano-Germânico. A Espanha derivado às posses em Itália e com a França era relacionado com a sucessão da Polónia. Em 1743, a França e a Espanha voltariam a entrar em negociações bilaterais onde formaram o Segundo Pacto de Família através do Tratado de Fontainebleau unindo os reis de Bourbon Felipe V (Espanha) e Luís XV (França). Neste tratado, havia referência a Gibraltar, onde era mencionado, no artigo 8, que a sua “recuperação era um dos principais objetivos” e para “não concluir nenhuma reconciliação com a Inglaterra, a não ser restaurando a referida Praça da Gibraltar a sua Majestade Católica” (*História Militar de España*, s.d.).

Em 1746 o rei Felipe V de Espanha faleceu, passando a ocupar a coroa o seu filho Fernando VI. O rei Filipe ao longo do seu reinado, tentou cumprir o sonho de recuperar

Gibraltar para a coroa espanhola, mas após várias tentativas de reconquistar o território, o seu sonho não veio a tornar realidade.

No início do reinado de Fernando VI, o rei resolveu tratar da situação de Gibraltar com os britânicos por via diplomática oferecendo vantagens comerciais na América em troca dos territórios de Gibraltar e de Mahón. Para o Reino Unido o Rochedo não era negociável devido à sua importância, contudo, os britânicos fizeram uma contraproposta no sentido de os espanhóis oferecerem vantagens comerciais em troca do apoio britânico nos territórios em Itália em que a Espanha estaria interessada. Para facilitar as negociações, o rei Fernando VI decidiu aceitar a contraproposta dos britânicos que foi oficialmente acordada em 1748 no Tratado de Aix-la-Chapelle⁸, tratado esse que teve a França, a Holanda e a Áustria incluídas onde foram acordadas conquistas territoriais. No que toca a Gibraltar, mais uma vez era garantido ao Reino Unido o controlo do território que era muito pretendido pela Espanha deixando esta questão para uma futura negociação bilateral.

A partir do Tratado de Aix-la-Chapelle, era esperado algum equilíbrio na Europa evitando assim quaisquer guerras derivado de questões políticas e comerciais, contudo, a expectativa não correspondeu à realidade. Nesta época, havia uma grande rivalidade comercial entre as potências europeias derivado à navegação marítima que faziam a ligação da Europa com as colónias. Muitas vezes havia – e ainda há nos dias de hoje – Estados muito ambiciosos à procura de servir da melhor forma os interesses nacionais e foi o que aconteceu dando origem à Guerra dos Sete Anos em 1755. Grande parte dos acordos estabelecidos no Tratado de Aix-la-Chapelle foram com base em territórios e não no comércio, o que levou com que o resultado esperado, que era uma paz entre as potências da Europa, não viesse a acontecer.

Nesta nova guerra, a França viria a lutar com o Reino Unido pelo controlo territorial e comercial das colónias da América do Norte. No decorrer desta guerra, em 1759, o rei Fernando VI viria a falecer sem deixar um herdeiro o que fez com que o seu meio-irmão Carlos III, filho de Felipe V e de Isabel Farnésio (segunda mulher do rei Felipe V), fosse nomeado como novo rei de Espanha. Ao contrário de Fernando VI, Carlos III virava as costas aos ingleses e fazia uma nova aliança com a França, o que fez com que o Reino Unido declarasse guerra à Espanha levando a que os espanhóis se juntassem à guerra que estava a ser travada entre os ingleses e os franceses. Entretanto, no decorrer desta

⁸ Este tratado acabou por ditar o fim da Guerra da Sucessão Austríaca que decorria desde 1740.

guerra, os Ingleses conseguiram capturar Havana (Cuba), que era um território pertencente à coroa espanhola.

Carlos III com receio de assinar um tratado para a cedência deste território para as mãos britânicas, decidiu negociar uma redistribuição territorial com o Reino Unido e a Espanha. A França recuperava os territórios nas Caraíbas perdidos para os ingleses, o Reino Unido ganhava territórios da América do Norte que incluía o Canadá e a Espanha recuperava Havana aos ingleses. Esta decisão francesa em recuperar territórios das Caraíbas e sacrificar o Canadá era derivado a vantagens industriais porque “a indústria de produção de açúcar nas ilhas era extremamente lucrativa. Em contraste, o Canadá foi um prejuízo para o tesouro francês”⁹. Este acordo foi aceite pelo Reino Unido, que, assim, oficializava este acordo multilateral com a França e com a Espanha através do Tratado de Paris, assinado em 1763.

Um dado curioso e no que a Gibraltar diz respeito, o território gibraltino não chegou a estar inserido neste tratado que ditou a vitória dos ingleses. A perda de Havana foi demasiado grande para a Espanha tentar qualquer aproximação de negociação com o Reino Unido sobre o Rochedo. Mais, durante a Guerra dos Sete Anos, Gibraltar não chegou a ter nenhuma tentativa de invasão espanhola. É provável que derivado à guerra em curso nas colónias na América, o facto de a Espanha estar a apoiar a França contra o Reino Unido fez com que Gibraltar não estivesse no pensamento dos próprios espanhóis.

1.2.3 – O Grande Cerco de Gibraltar (1779-1783)

Em 1775 dá-se início à Guerra da Revolução Americana entre o Reino Unido e as Treze Colónias na América do Norte que reclamaram a sua independência da coroa inglesa. Esta guerra viria durar até a 1783, a data da assinatura do Tratado de Paris e que viria a dar a independência dos Estados Unidos da América formalmente reconhecida pelo Reino Unido.

No meio desta guerra a decorrer em território americano, a França e a Espanha viriam em 1779 a assinar o Tratado de Aranjuez onde acordaram ajudarem-se mutuamente. A Espanha ajudaria a França na sua guerra com os britânicos e em troca a França ajudaria

⁹ Office of the Historian, Foreign Service Institute - United States Department of State (s.d). *Treaty of Paris, 1763*. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1750-1775/treaty-of-paris#:~:text=The%20Treaty%20of%20Paris%20of,to%20the%20British%20colonies%20there>.

a Espanha a recuperar as antigas posses espanholas de Menorca e de Gibraltar. Depois de vários anos em tratados e guerras com o Reino Unido, esta guerra foi vista como uma oportunidade para a Espanha visto que o Reino Unido estaria concentrado na Revolução Americana. A Espanha após assinar o novo tratado com a França, acabou por declarar guerra aos britânicos tornando-se assim um outro país ativo na Guerra da Revolução Americana. De seguida, os espanhóis decidem, juntamente com os franceses, invadiram Gibraltar, invasão que ficou conhecida como o “Grande Cerco de Gibraltar” (Anexo B).

Antes de ocorrer o cerco a Gibraltar, a Espanha após a assinatura do acordo com a França, chegaria a declarar guerra ao Reino Unido, o que levou os ingleses a anteciparem-se ao fazerem melhorias defensivas no território. Nessa altura, a cidade foi fortificada, o porto melhorado, com capacidade para ter os navios de guerra britânicos, e verificou-se um reforço de recrutamento de soldados devido ao facto de grande parte dos soldados britânicos estarem no continente americano a travarem a guerra americana. A Espanha, que possivelmente estaria à espera de uma conquista rápida de Gibraltar, acabaria por ser surpreendida pela defensiva britânica que era liderada pelo General e Governador de Gibraltar George Augustus Eliott (Anexo C) e, que contaria com o apoio de soldados provenientes de Hanover (Alemanha) e de Córsega¹⁰.

Ao longo do cerco espanhol a Gibraltar, que decorreu entre 1779 e 1783, a defensiva britânica mostrou-se competente e resistiu. Segundo relatos, “balas de canhão e balas de sniper voaram em cada lado da frente de ataque” (McLaughlin, 2016). Entretanto, ao longo do tempo os suprimentos britânicos foram-se esgotando e os novos reforços só chegaram em 1780, após uma frota britânica ter derrotado um esquadrão espanhol no Cabo de São Vicente (Portugal). Isto possibilitou aos britânicos respirarem e continuarem a defender a território. Em 1781, uma outra frota britânica conseguiu passar mais uma vez pelos espanhóis e forneceu novos suprimentos aos soldados que defendiam o território gibraltino.

Em 1782, a Espanha apostaria tudo dando o seu assalto final ao Rochedo, o que viria acabar em desastre para o lado espanhol com a destruição de grande parte dos seus navios por parte dos britânicos através de balas de canhão que deram origem a três explosões. Com o plano espanhol a falhar por completo, a investida sobre Gibraltar acabaria por ser interrompida e adiada para mais tarde.

¹⁰ A Ilha de Córsega pertence atualmente à França sendo esta considerada a maior ilha francesa que tem como capital Ajaccio.

Em 1783, a Revolução Americana era dada como terminada o que deu a oportunidade ao Reino Unido de reforçar a sua defesa em Gibraltar. Esta manobra britânica, levou os espanhóis a desistirem da investida ao Rochedo após quase 4 anos de tentativas de investida sobre Gibraltar que não trouxeram os resultados esperados. A desistência espanhola fez com que o território gibraltino permanecesse sob posse britânica. Nesse mesmo ano foi assinado o Tratado de Paris, que ditou o fim da guerra e que teve como principais signatários o Reino Unido e os Estados Unidos da América (EUA).

Como foi já mencionado, neste tratado o Reino Unido reconheceu a independência aos Estados Unidos da América, reconhecimento que está presente no primeiro artigo do tratado:

“His Britannic Majesty acknowledges the said United States: New Hampshire, Massachusetts Bay, Rhode Island and Providence Plantations, Connecticut, New York, New Jersey, Pennsylvania, Delaware, Maryland, Virginia, North Carolina, South Carolina, and Georgia, to be free sovereign and independent states, that he treats with them as such, for himself, his heirs, and successors, relinquishes all claims to the government, propriety, and territorial rights of the same and every part thereof.” (Virtual Library of Inter-American Peace Initiatives, s.d.).

Em relação à Espanha, derivado da questão de Gibraltar com o Reino Unido, em volta deste tratado acabaram por existir acordos bilaterais entre estes dois países que negociaram basicamente trocas territoriais. O Reino Unido conseguiu obter territórios da Caraíbas sendo as Bahamas o território com maior destaque e, a Espanha recebeu a ilha de Menorca. Já o território de Gibraltar continuaria sob posse britânica.

Em 1784, devido à destruição provocada pelo “*Grande Cerco de Gibraltar*” entre os espanhóis e os britânicos, o território gibraltino sofreu obras de reconstrução lideradas pelo italiano Giovanni Maria Boschetti. Nas obras de reconstrução da cidade (Anexo D), esta acabou por ficar mais organizada tendo uma praça central e habitações mais juntas em redor das fortificações e do porto da cidade.

Fase ao exposto, a Idade Moderna acaba por ser uma das épocas mais importantes da história de Gibraltar, especialmente o século XVIII que fez com que Gibraltar passasse da coroa espanhola para a coroa inglesa através do Tratado de Utrecht. No início, Gibraltar era um “problema” interno que levou ao confronto entre a coroa espanhola e a família Guzmán e, a partir da Guerra da Sucessão Espanhola esse “problema” passou para um patamar superior acabando por passar fronteiras através da assinatura do

Tratado de Utrecht em 1713 entre a Espanha e o Reino Unido que deu início a um longo confronto diplomático (com guerras incluídas) entre estas duas potências europeias.

Desde o controlo britânico em Gibraltar, houve várias tentativas de a Espanha reconquistar o território, fosse pela via diplomática ou pelo uso da força. Nada resultou. Os tratados de Sevilla (1729), de Aix-la-Chapelle (1748), de Paris (1763 e 1783), tratados que foram assinados após o de Utrecht (1713-1715), foram tratados derivados às guerras comerciais e territoriais das potências europeias na luta pelo poderio europeu e, no caso de Gibraltar que estava sob olhar espanhol, nunca chegou a estar em cima das mesas de negociação por a Espanha dar prioridade a outros territórios ou por não ter capacidade de negociação devido ao facto de sair derrotada nas guerras que deram origem à assinatura destes tratados mencionados. Ou seja, desde a assinatura do Tratado de Utrecht até ao final da Idade Moderna, Gibraltar não teve mudanças significativas referentes ao controlo deste mesmo território.

1.2.4 – Análise ao Tratado de Utrecht (1713-1715)

Após o desenvolvimento da terceira parte deste capítulo, este é um dos assuntos mais marcantes da Idade Moderna e o mais importante para Gibraltar, visto que foi derivado a este tratado que ditou a transação do próprio território das mãos espanholas para as mãos inglesas. Foi a partir da assinatura deste tratado entre o Reino Unido e a Espanha, que se deu início a uma luta de soberania entre estes dois países por Gibraltar. Mais, desde a assinatura do tratado em 1713, ao longo do século XVIII, vários outros tratados foram acordados entre os espanhóis e os britânicos, no entanto, de todos esses tratados, este foi o único que abordou o assunto de Gibraltar.

Para recapitular este tópico, já referenciado no decorrer deste trabalho, a assinatura do Tratado de Utrecht entre 1713 e 1715, ditou o fim da Guerra da Sucessão Espanhola que deflagrou entre 1701 e 1713 e que envolveu as grandes monarquias europeias na luta pelo sucessor do rei Carlos II de Espanha que sofria de problemas de saúde e não tinha qualquer herdeiro direto. Em 1700, antes da sua morte, o monarca espanhol viria a deixar em testamento a escolha de Filipe de Bourbon, neto do rei francês Luís XIV, como novo rei de Espanha, uma decisão controversa para uns e uma preocupação para outros, que receavam uma aproximação entre a Espanha e a França ameaçando e mudando a hegemonia europeia liderada na altura pela Inglaterra.

De seguida começam a surgir conflitos diplomáticos que dão origem à guerra e alianças começariam a ser formadas sendo a Grande Aliança, composta pela Inglaterra, Holanda e Áustria, a que mais se destacou. Esta aliança tinha como objetivo impedir a aliança franco-espanhol de desequilibrar o poder na Europa. Em 1704, no decorrer da Guerra da Sucessão Espanhola, Inglaterra e Holanda invadiam e tomavam posse sobre Gibraltar. Foram várias as tentativas de Espanha em recuperar o território, mas essas tentativas não tiveram sucesso devido à falta de capacidade militar espanhola, que comparada com os britânicos, era inferior.

Em 1713 e 1715 eram oficialmente assinados os acordos no tratado que foram negociados e acordados no Congresso de Utrecht, realizado entre 1712 e 1714 na cidade de Utrecht localizada na Holanda. No congresso marcaram presença o Reino Unido, a França, a Espanha, a Holanda, Portugal e a Casa de Saboia. Grande parte dos acordos assinados entre estes Estados envolvidos na Guerra da Sucessão Espanhola foram acordos bilaterais, sendo que o acordo entre Reino Unido e a Espanha acabou por ser um dos mais relevantes devido às polémicas que o acordo trouxe. As polémicas introduzidas pela Espanha que sempre teve o interesse em Gibraltar.

Neste tratado, a Espanha viu o seu rei Filipe V a ser oficialmente reconhecido como rei espanhol, contudo, viu alguns dos seus territórios a serem perdidos para as outras potências europeias sendo que um deles foi o território de Gibraltar. Após anos de luta pelo território gibraltino, a Espanha viria a transitar o território para posse britânica, transferência essa marcada através do artigo X do Tratado de Utrecht:

“O rei católico, por meio deste, por si mesmo, seus herdeiros e sucessores, cede à Coroa da Grã-Bretanha toda a propriedade da cidade e do castelo de Gibraltar, juntamente com o porto, fortificações e fortes pertencentes; e ele desiste da dita propriedade para ser mantida e desfrutada absolutamente com todo o tipo de direito para sempre, sem qualquer exceção ou impedimento de qualquer natureza.

Mas que abusos e fraudes podem ser evitados importando qualquer tipo de mercadoria, o Rei Católico deseja, e leva para ser entendido, que a propriedade acima mencionada seja cedida à Grã-Bretanha sem qualquer jurisdição territorial e sem qualquer comunicação aberta por terra com o país ao redor.

No entanto, considerando que a comunicação por mar com a costa da Espanha pode não ser sempre segura ou aberta e, portanto, pode acontecer que a guarnição e outros habitantes de Gibraltar sejam levados a grandes estreitos; e como é a intenção do Rei Católico, apenas que as importações fraudulentas de mercadorias sejam, como já foi dito, impedidas por comunicações internas. fica, portanto, previsto que, em tais casos, pode ser lícito comprar, por dinheiro vivo, nos territórios vizinhos da Espanha, provisões e outras coisas necessárias para o uso da guarnição, dos habitantes e dos navios que estão no porto.

Mas se qualquer mercadoria for encontrada importada por Gibraltar, seja por meio de troca para compra de provisões, ou sob qualquer outro pretexto, a mesma será confiscada, e reclamação será feita a respeito, aquelas pessoas que tenham agido de forma contrária à fé deste tratado, serão severamente punidos.

E Sua Majestade Britânica, a pedido do Rei Católico, consente e concorda que nenhuma licença será concedida sob qualquer pretexto, seja a Judeus ou Mouros, para residir ou ter suas habitações na referida cidade de Gibraltar; e que nenhum refúgio ou abrigo será permitido a quaisquer navios de guerra mouros no porto da referida cidade, pelo que a comunicação entre a Espanha e Ceuta possa ser obstruída, ou as costas da Espanha sejam infestadas pelas excursões dos mouros.

Mas enquanto os tratados de amizade e liberdade e relações comerciais são celebrados entre os britânicos e certos territórios situados na costa da África, deve-se sempre entender que os súditos britânicos não podem recusar aos mouros e seus navios a entrada no porto de Gibraltar puramente por conta de merchandising. Sua Majestade a Rainha da Grã-Bretanha promete ainda, que o livre exercício de sua religião será concedido aos habitantes católicos romanos da cidade mencionada.

E no caso de a Coroa da Grã-Bretanha conceder, vender ou por qualquer meio alienar da propriedade da referida cidade de Gibraltar, fica acordado e concluído que a preferência de ter a venda será sempre dada à Coroa da Espanha antes de qualquer outra.” (Nutter, N., 2021)

Numa análise ao artigo X, este acaba por ser um artigo explícito tratando em geral questões fronteiriças com a Espanha e questões sociais em Gibraltar formalizadas sob a posse britânica. Este também aborda a transferência territorial demonstrando a desistência espanhola por Gibraltar após várias tentativas de reconquista do território que terminaram sem sucesso para o lado espanhol. Porém, este artigo aborda dois aspetos importantes a analisar:

O primeiro aspeto é a descrição da soberania britânica no território. Logo no início do artigo, é referido que a Espanha “*cede à Coroa da Grã-Bretanha toda a propriedade da cidade e do castelo de Gibraltar, juntamente com o porto, fortificações e fortes pertencentes*”. Aqui pode ter-se uma noção dos termos de posse que os britânicos tinham na altura sobre Gibraltar, uma cidade ainda pequena e que estaria em desenvolvimento, contudo, este é um tópico que irá ser analisado mais à frente devido às reivindicações do território feitas pelos espanhóis.

O segundo aspeto é a última parte do artigo que refere que se por algum motivo o Reino Unido decida vender ou dar o território de Gibraltar, a “*preferência de ter a venda será sempre dada à Coroa da Espanha antes de qualquer outra*”. Isto significa que a Espanha estará sempre na linha da frente, ou seja, terá sempre prioridade acima de outros Estados para ter o Rochedo. Até ao momento em que isso não acontece, o território gibraltino vai continuando sob posse britânica.

Após a assinatura do Tratado de Utrecht foram vários os momentos de contestação espanhola relativamente a Gibraltar. A Espanha reclamava pontos do artigo X do Tratado de Utrecht que não estavam bem explícitos sobre os limites da soberania britânica no território gibraltino (Anexo E), ou seja, a Espanha tinha dúvidas se a soberania britânica se exercia só no âmbito da terra ou se era, simultaneamente, territorial e marítima. Essa questão iria ser resolvida através do Tratado de Paris de 1783. Porém, após a imposição da lei britânica no território gibraltino, judeus e árabes conseguiram ter presença no território, algo que ia contra o que estava escrito no artigo X em que *“nenhuma licença será concedida sob qualquer pretexto, seja a Judeus ou Mouros, para residir ou ter suas habitações na referida cidade de Gibraltar”*. Isso levou os espanhóis a contestarem a anulação do tratado e a reclamarem de volta o Rochedo fazendo com que a luta diplomática entre os ingleses e os espanhóis por Gibraltar fosse prolongada o que originou a novos conflitos diplomáticos entre os espanhóis e os ingleses que se desenrolaram nos anos seguintes através de novas guerras e de novos tratados que não mudaram a situação do Rochedo após este tratado de 1713.

1.3 – Gibraltar na Idade Contemporânea

Após o “Grande Cerco de Gibraltar” que decorreu entre 1779 e 1783 pondo frente a frente o Reino Unido e a Espanha pela luta do Rochedo, Gibraltar continuaria sob domínio britânico acabando por ser considerado mais tarde como uma colónia britânica.

A partir do ano de 1789, data que ditou o fim da Idade Moderna e que deu início à Idade Contemporânea, em França iniciava-se a Revolução Francesa que durou até ao final do século XVIII e que pôs o fim à monarquia francesa. Após este acontecimento, começava uma nova era em França com Napoleão Bonaparte a subir ao poder e, a partir desse momento, deram início as Guerras Napoleónicas que levaram à dispersão das forças armadas francesas pelo continente europeu. Durante este período de guerras, a Espanha que estaria como aliada de França levou os britânicos a suspeitarem de mais um ataque a Gibraltar o que provocou o reforço britânico no território. Em 1805, navios franceses e espanhóis saíam de Cádiz para a Inglaterra com objetivo de invadir o território, o que resultou na Guerra de Trafalgar com a Marinha Real Britânica (*Royal Navy*) liderados pelo Almirante Horatio Nelson que viria a falecer nessa guerra. A frota britânica viria a sair do território de Gibraltar em perseguição à ameaça franco-espanhola e, no final, deram a vitória aos britânicos.

Em 1807 teve início uma nova guerra, que ficou conhecida como a Guerra Peninsular (1807-1814). Esta guerra pôs em confronto o Império Napoleónico e o Reino Unido, que estava aliado com a Espanha e com Portugal. Devido a essa aliança, o objetivo de Napoleão era o domínio da Península Ibérica. A partir de 1808, Gibraltar começaria a crescer a nível comercial porque devido a esta guerra na Península Ibérica, o território gibraltino “obteve grande benefício com o influxo de riquezas e mercadorias durante a revolução, (...) as propriedades aumentaram de valor, e uma era de prosperidade comercial começou.” (Sayer, 1862, p. 437).

Após o fim da Guerra Peninsular, em 1830, o Reino Unido designou oficialmente o território de Gibraltar como uma colónia britânica, no mesmo ano em que foi criado a polícia de Gibraltar, considerada uma das forças policiais mais antigas do mundo. A partir dessa data, o território teve paz e estabilidade, permitindo o seu desenvolvimento e crescimento social, económico e sanitário. Este último foi melhorado em 1865 a partir da melhoria das condições para a população do Rochedo.

Em 1889, o governador de Gibraltar Arthur Hardinge (1828-1892), decretou que os habitantes nascidos em Gibraltar tinham o direito de residência na colónia britânica, ou seja, todas as outras pessoas – inclusive oficiais da coroa britânica – tinham de pedir autorização para habitar no território gibraltino. Esta diferença social no fundo trouxe a designação de gibraltinos para os que tivessem nascido no Rochedo. Até ao resto do século XIX não houve mais eventos consideráveis a abordar visto que, até ao século XX, o território foi alvo de melhorias e de investimento britânico económico e social acabando por ganhar importância estratégica e comercial.

Nos inícios do século XX, Gibraltar continuava a viver tempos de paz e de estabilidade, inclusive durante a Primeira Guerra Mundial. Durante este primeiro conflito mundial, Gibraltar, foi um ponto de passagem para muitos soldados e navegantes, devido ao facto da sua base naval ser um ponto estratégico para o fornecimento de cuidados médicos (que mais tarde foram fornecidos pelos Estados Unidos) e de outros suprimentos que fossem necessários. Mais, o facto de o território estar a viver em estabilidade, principalmente com a vizinha Espanha, contribui para que Gibraltar tivesse uma função fundamental durante a Primeira Guerra.

Em 1921, pela primeira vez na história de Gibraltar, as eleições foram realizadas dando o direito de voto aos habitantes do Rochedo de escolher os seus próprios representantes políticos. Segundo Joseph Garcia (s.d.), nestas primeiras eleições, só os homens tiveram a oportunidade de votar, mas mais tarde, foi concedido o direito ao

voto político para todos os adultos, ou seja, para todos os homens e para todas as mulheres.

Em 1939, dava-se início à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), acontecimento que para Gibraltar viria a ser totalmente diferente do que tinha sido na Primeira Guerra Mundial. Quando a Itália entrou na guerra em 1940, aliando-se à Alemanha, Adolf Hitler desejava capturar o território gibraltino com a ajuda da Espanha, que nessa altura se encontrava numa posição neutra. Devido a essa ameaça, o Reino Unido tomou a decisão de ordenar uma evacuação de todos os habitantes de Gibraltar de forma a fortalecer o território a nível militar com a presença das Forças Armadas Britânicas. Nessa evacuação, foram retiradas 13 500 pessoas que primeiramente foram levadas para Casablanca (Marrocos), mas, devido a uma ameaça pró-germânica no território africano contra o povo de Gibraltar, estas acabaram por ser levados para Londres, Jamaica e para a Madeira. Para o arquipélago português, foram evacuadas para este território 2000 pessoas e, em sua memória, existe um memorial na região autónoma que se encontra localizado no Parque de Santa Catarina (Anexo F).

Michala Hromiaková (2015), no seu trabalho sobre *Gibraltar e a sua importância para o Reino Unido e para os seus habitantes*, defende que se o interesse de Hitler tivesse sido realizado, o Mar Mediterrâneo viria a ser bloqueado aos Aliados, pois Gibraltar faz a ligação entre o Oceano Atlântico e o Mediterrâneo. Mais, os britânicos não conseguiriam enviar tropas para o Norte de África. Estas questões viriam a fazer uma diferença se Hitler tivesse capturado Gibraltar para a Espanha de Franco. Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, os habitantes que foram evacuados de Gibraltar começaram a regressar, contudo, este foi um processo longo derivado à falta de navios de transporte fornecidos pelo Reino Unido e que, devido aos problemas financeiros causados pela guerra, essa operação não conseguia ser realizada em curto espaço de tempo. Nesse mesmo ano, um conselho civil foi constituído pela primeira vez com uma maioria de membros eleitos relativamente ao número de funcionários nomeados.

Nos inícios da década de 60, dava-se início ao processo de descolonização da responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessa altura a Espanha e Portugal, sendo Estados com regimes ditatoriais, eram dois dos países europeus ainda com colónias. No caso espanhol, que tinha entrado para a ONU em 1955, o Governo espanhol tinha interesse em Gibraltar e na Guiné Equatorial, mas devido à pressão internacional em escolher um destes dois territórios, os espanhóis preferiram abdicar do território africano e levantar a questão de Gibraltar perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

A Espanha decidiu entrar em cena por Gibraltar com objetivo de salvaguardar os direitos acordados com o Reino Unido no Tratado de Utrecht que foi assinado em 1713. Gibraltar, que era considerada colônia britânica desde 1830, viu o seu estatuto ser mudado pelo Reino Unido e foi considerado um *non-self-governing territory*, ou seja, um território não autónomo, algo que estava estipulado no artigo 73 e) da Carta das Nações Unidas que dizia que “os Estados Membros da ONU que administram “territórios cujos povos ainda não alcançaram uma medida completa de autogoverno”, transmitam ao Secretário-Geral informações relacionadas às condições econômicas, sociais e educacionais nos territórios”.¹¹

Esta mudança de estatuto de Gibraltar levou à contestação por parte da Espanha que continuou a reclamar a sua soberania no território junto das Nações Unidas. Este processo foi levado para análise em 1965 na ONU, tornando-se, assim, um assunto objeto de discussão internacional. O resultado dessa discussão levou a que o Reino Unido e a Espanha negociassem bilateralmente, negociações essas que foram iniciadas um ano mais tarde com objetivo de encontrar uma solução que servisse os interesses do povo gibraltino e pondo fim a este conflito diplomático.

Durante as negociações, de forma a convencer os habitantes do Rochedo a aceitar a soberania espanhola, a Espanha decidiu adotar medidas muito rigorosas, tais como:

- Veículos que estariam para passar a fronteira para Espanha ficariam retidos durante 10 horas. Em 1966, essa medida viria a agravar-se, pois nenhum veículo de transporte de passageiros e de mercadorias era permitido passar a fronteira para território espanhol;
- Os passaportes emitidos pelo Governo de Gibraltar não eram reconhecidos por Espanha. Isso levou a alguns gibraltinos a regressarem a casa;
- Proibir a circulação do espaço aéreo espanhol dos voos de entrada e de saída de Gibraltar.¹²

Após estas medidas serem impostas pela Espanha com objetivo de desgastar os habitantes de Gibraltar e de os levar a aceitar a soberania espanhola, o Reino Unido respondeu e anunciou, em 1967, a partir da sua Ministra do Estado na Commonwealth

¹¹ United Nations Library (s.d.). *Committees on Information transmitted under Article 73e* (on line) <https://research.un.org/en/docs/decolonization/bodies/art73e#:~:text=Article%2073e%20of%20the%20Charter,educational%20conditions%20in%20the%20territories>.

¹² Gibraltar Timeline (s.d.). 1967 Gibraltar Referendum (on line). Recuperado em <http://gibraltartimeline.com/1967-gibraltar-referendum/>.

Judith Hart, a realização de um referendo para que o povo gibraltino pudesse decidir o seu futuro. Neste referendo existiam duas escolhas (A e B):

“A: Transmitir-se à soberania espanhola de acordo com os termos propostos pelo Governo Espanhol ao Governo de Sua Majestade em 18 de maio de 1966;

B: Manter voluntariamente sua ligação com a Grã-Bretanha, com as instituições locais democráticas e com a Grã-Bretanha mantendo suas responsabilidades atuais. Se a maioria do povo de Gibraltar votar a favor da primeira alternativa, estaremos prontos para entrar em negociações com o Governo espanhol nesse sentido” (*Gibraltar Timeline*, s.d.).

Neste referendo o resultado acabou por ser esmagador. Assim, dos 12 762 gibraltinos aptos para votarem neste referendo, 12 138 votaram a favor da permanência de Gibraltar sob controlo britânico e só 44 é que votaram para a transferência de Gibraltar para a soberania espanhola (Prittie, 2018). Após este resultado, a Espanha decidiu encerrar todas comunicações que tinha com Gibraltar e inclusive, fechou a fronteira impossibilitando a população gibraltina de ter acesso não só ao território espanhol, mas também a outros Estados do continente europeu.

Em 1969, era publicada a Constituição de Gibraltar. Nesta Constituição, a parte de maior relevância é o Preâmbulo que dizia:

“Whereas Gibraltar is part of Her Majesty’s dominions and Her Majesty’s Government have given assurances to the people of Gibraltar that Gibraltar will remain part of Her Majesty’s dominions unless and until an Act of Parliament otherwise provides, and furthermore that Her Majesty’s Government will never enter into arrangements under which the people of Gibraltar would pass under the sovereignty of another state against their freely and democratically expressed wishes” (*Gibraltar Chronicle*, 2019).

Numa forma geral, este Preâmbulo da Constituição refere que “Gibraltar permanecerá parte dos domínios de Sua Majestade a menos e até que uma Lei do Parlamento estabeleça o contrário” e que nunca iria estar contra os desejos expressos pelo povo de Gibraltar nesta questão sobre o estatuto do Rochedo. Nesse mesmo ano, O Conselho Municipal e o Conselho Legislativo juntaram-se num só único órgão que ficou designado como a Câmara da Assembleia de Gibraltar, ou seja, o Parlamento de Gibraltar. Mais, esta Constituição criou uma divisão de poder dando ao Governo de Gibraltar mais autonomia de decisão política em certos pontos à exceção de assuntos relacionados

com a segurança interna e com a política externa do Rochedo que serão tratados pelo Governador de Gibraltar, este que é o representante da Coroa Britânica no território.

Nos finais dos anos 70, a Espanha voltaria a aproximar-se diplomaticamente do Reino Unido. Com a morte do General Francisco Franco em 1975 a trazer algumas mudanças políticas no país, a questão de Gibraltar voltaria a estar em cima da mesa devido ao facto de as fronteiras entre o território espanhol e o território gibraltino estarem fechadas. No entanto, essas negociações não chegaram a se iniciadas por causa de outras prioridades de política externa da Espanha. Gibraltar era uma prioridade, mas, o desejo de entrar na NATO e na Comunidade Europeia era uma prioridade ainda maior, contudo, para entrar nestas organizações era necessário para as suas candidaturas apoios de outros Estados e é aí que apareceu o Reino Unido. Esta aproximação anglo-espanhola foi formalizada oficialmente a partir do Acordo de Lisboa assinado em 1980, dando assim início às negociações bilaterais sobre Gibraltar. Com este acordo, houve alguma contestação por parte de Gibraltar que defendia que nestas negociações entre os Estados espanhol e britânico, deviam ter a presença de um representante do Governo de Gibraltar.

Neste resumo de negociações bilaterais entre o Reino Unido e a Espanha sobre Gibraltar, foram negociações que não foram levadas a bom porto e que não trouxeram solução, principalmente na questão das fronteiras entre Gibraltar e Espanha. Estas negociações perduraram até à assinatura do Acordo de Bruxelas em 1984, acordo este que ditou a reabertura das fronteiras e a possibilidade de os espanhóis viverem e trabalharem em Gibraltar, algo que o povo gibraltino contestou, provavelmente por razões de identidade e pelo facto de a Espanha ter criado instabilidade ao longo dos anos em Gibraltar com objetivo em impor a sua soberania no território. O fator decisivo para a chegada a este acordo foi a questão do apoio britânico para a adesão da Espanha na CEE (Comunidade Económica Europeia), que veio a acontecer em 1986 juntamente com Portugal. No que toca à questão da soberania em Gibraltar, a Espanha continuava a reclamar o território gibraltino, mas, ficou acordado que esse assunto viria a discutido e negociado bilateralmente noutra altura. Após este acordo, as forças armadas britânicas foram deixando aos poucos o território gibraltino.

Em 1987, o Reino Unido acordava com a Espanha, a partilha do aeroporto de Gibraltar, construído junto à linha fronteira com o território espanhol. Nesse acordo o interesse desta partilha era disponibilizar o aeroporto para todos os civis os dois lados fronteiriços, algo que num aspeto económico foi vantajoso para Gibraltar porque o aeroporto e a vinda de várias companhias aéreas, permitiram a vinda de muito turistas para o território

o que fez com que as receitas turísticas ascendessem. Mas, no que toca a este acordo aeroportuário entre o Reino Unido e a Espanha, há dois pontos muito interessantes. Na 1º e 2º línea do acordo foi estabelecido respetivamente que:

“As autoridades aeronáuticas dos dois lados manterão consultas regulares sobre todas as questões relativas ao desenvolvimento do uso civil do aeroporto;
As autoridades espanholas construirão um novo terminal em La Linea de la Concepcion adjacente ao lado norte da fronteira existente”. Isto significa que “qualquer passageiro do mundo, de qualquer companhia aérea que utilize este terminal é aquele cujo destino de embarque e de desembarque seja qualquer ponto do território situado a Norte da fronteira. O aeroporto construído pelos britânicos iria ser utilizado para outros passageiros divergentes das categorias mencionadas para o terminal espanhol” (House of Commons, 1999).

Os dois pontos mencionados mostram o compromisso que o Reino Unido e principalmente a Espanha teriam de ter ao pôr este acordo em funcionamento. Contudo, em 1988 este acordo acabou por não ser executado porque foi bloqueado pelo Governo de Gibraltar liderado por Joe Bossano, que tinha sido eleito nesse mesmo ano. Com esse bloqueio do executivo gibraltino, a Espanha decidiu excluir Gibraltar das iniciativas de desregulamentação em toda a Europa, o que impediu a realização de voos diretos de Gibraltar para o resto da União Europeia, à exceção do Reino Unido. Em 2006, a situação viria a mudar com os governos de Gibraltar, de Espanha e do Reino Unido a assinarem o Acordo de Córdoba, ato que permitiu a existência de ligações aéreas de outros países para Gibraltar, inclusivamente a Espanha, que foi o único país a fazer essas ligações com a Ibéria e com a *Ándalus Líneas Aéreas*, mas, devido à falta de procura, as operações para Gibraltar foram encerradas.

No início do atual século, o estatuto de Gibraltar voltaria a ser discutido em negociações bilaterais entre o Reino Unido e a Espanha. Este foi um assunto que ainda não foi concluído. Para os espanhóis, que sempre reclamaram o território, a questão de Gibraltar foi sempre uma prioridade e a diplomacia espanhola faria de tudo para lutar pelos seus direitos no que toca a esta questão da soberania de Gibraltar. A ideia acordada entre os britânicos e os espanhóis e que se tencionava pôr em prática era uma soberania partilhada entre os dois países (Reino Unido e a Espanha) algo que numa forma prática podia ser possível. Contudo esta negociação e o seu resultado originaram uma contestação por parte do Governo de Gibraltar porque nesta negociação não esteve nenhum representante do governo gibraltino e isso fez com que os gibraltinos se sentissem injustiçados pelo facto de não terem a sua própria voz nestas

negociações e isso deu origem ao referendo de 2002 que foi proposto pelo *Chief minister* de Gibraltar Peter Caruana.

Tal como o referendo de 1967, os resultados deste referendo realizado em novembro de 2002 também foram esmagadores, com perto de 99% da população gibraltina a votar contra a proposta de uma soberania partilhada entre o Reino Unido e a Espanha. Michael Ancram, na altura Secretário de Estado dos Assuntos Externos do Reino Unido, analisou o resultado do referendo dizendo que “o povo de Gibraltar disse que não vai aceitar uma soberania conjunta, não faz sentido continuar a negociar sobre uma soberania partilhada porque isso é um beco sem saída” (Wintour & Tremlett, 2002). Já o líder do governo gibraltino no seu discurso de vitória referiu que “Gibraltar enviou uma mensagem clara ao mundo”, pois este resultado demonstrou os desejos do povo gibraltino que mais uma vez levou a que as expectativas espanholas não fossem correspondidas.

Após o falhanço da proposta de uma soberania partilhada no território gibraltino, o Reino Unido e a Espanha desejavam estabelecer novos diálogos com o Governo de Gibraltar. Em 2004 os ministros dos negócios britânico e espanhol, Jack Straw e Miguel Angel Moratinos, anunciaram conjuntamente um acordo, que foi aceitei pelo chefe de Governo de Gibraltar Peter Caruana, que estabelecia um diálogo trilateral entre os Governos de Espanha, do Reino Unido e de Gibraltar. Num contexto diplomático, este acordo foi importante para Gibraltar, pois foi uma porta que se abriu para o seu governo e/ou representantes estarem presentes na mesa de negociações com o mesmo estatuto negocial que o Reino Unido e a Espanha. Neste acordo trilateral, ficou estabelecido que Gibraltar teria a oportunidade de ter voz nas negociações e todas as decisões e assuntos acordados teriam de ser aceites pelos três participantes governativos, pondo assim em prática o modelo *two flags, three voices*.

Durante dois anos, os três governos estiveram em negociações e conseguiram obter resultados em 2006 com a assinatura do Acordo de Córdoba. Numa forma geral, neste acordo foram decididos pontos importantes para o desenvolvimento de Gibraltar. Como já foi mencionado, o acordo aeroportuário assinado em 1987 entre o Reino Unido e a Espanha, foram criadas ligações aéreas entre a Espanha e Gibraltar de forma a facilitar o transporte de pessoa e de mercadorias. Mais, de acordo com a Agência Lusa (2020), as telecomunicações em Gibraltar foram desenvolvidas e a Espanha não só veio reconhecer o indicativo dos números de telefone do território gibraltino, mas também permitiu que os telefones registados em Gibraltar pudessem funcionar em pleno território espanhol.

Numa questão diplomática, o Acordo de Córdoba foi importante porque permitiu a continuação de diálogos entre os Governos britânico, espanhol e gibraltino. Isso foi vantajoso para a Espanha porque permitiu que o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha Miguel Angel Moratinos, do governo socialista (PSOE), fizesse uma visita oficial ao Rochedo. Esta visita realizada em 2009, foi considerada um momento histórico para a Espanha e para Gibraltar, devido ao facto de não ter entrado nenhum membro do governo espanhol em território gibraltino há mais de 300 anos.

Ainda em pleno ano de 2006, um referendo levado a cabo em Gibraltar aprovou uma nova Constituição que reconheceu um governo autónomo, embora o Reino Unido continuasse a ser responsável pelas relações externas de Gibraltar.

Em 2016, o Reino Unido realizou um referendo sobre a permanência do país britânico na União Europeia. O resultado acabou por ditar a sua saída, contudo, neste referendo aproximadamente 96% da população de votou para que o Reino Unido permanecesse na União Europeia, mas este é um assunto que irá ser analisado mais à frente. Por agora importa passar para a caracterização de Gibraltar.

CAPÍTULO 2 – A ACTUAL SITUAÇÃO DE GIBRALTAR

Com base no que foi abordado no primeiro capítulo sobre a história de Gibraltar, chegou-se à conclusão de que desde a assinatura do Tratado de Utrecht em 1713 que ditou o fim da Guerra da Sucessão Espanhola, Gibraltar continuou a ser um território pertencente ao Reino Unido. Embora as várias tentativas pela reconquista do território gibraltino e as várias reivindicações apresentadas pelos espanhóis, os britânicos continuaram a gerir e a desenvolver o território à sua maneira acabando por mudar o estatuto do Rochedo passando de colónia britânica para território autónomo britânico, dando assim mais autonomia a Gibraltar, algo que a Espanha se opôs numa tentativa de reclamar o território gibraltino.

Em pleno ano de 2020, o Rochedo vive tempos de serenidade e de crescimento, com um governo autónomo a administrar o território e a promover a cultura e a identidade gibraltina. No entanto, a questão relativa à sua soberania ainda permanece em disputa diplomática entre o Reino Unido e a Espanha o que faz com que este problema persista sem haver uma solução à vista. Mais, atualmente o Reino Unido encontra-se em período de transição pós-Brexit depois ter deixado de ser oficialmente Estado-Membro da União Europeia a 31 de janeiro de 2020, facto que deixou a população de Gibraltar em estado de incógnita e de receio relativamente ao seu futuro, pois esta tem o desejo de continuar na União Europeia, desejo esse manifestado através dos 96% de gibraltinos que votaram contra o *Brexit* em 2016. Com este processo da saída do Reino Unido, por questões fronteiriças e também pela questão da soberania de Gibraltar, a Espanha voltou a entrar em cena o que veio intensificar as negociações diplomáticas entre os executivos de Londres e de Madrid de forma a encontrar uma solução satisfatória para o diferendo.

Sendo que nestas negociações envolvem 3 intervenientes, Gibraltar acaba por ganhar uma voz própria que acompanha e intervém sempre que necessário nas negociações entre o Estado britânico e o Estado espanhol. É neste sentido que se discute o modelo «*two flags, three voices*» que se traduz simplesmente no envolvimento de Gibraltar nas negociações com o Reino Unido e com a Espanha, ou seja, acaba por ser um diálogo tripartidário. Este é um modelo que foi discutido em 2002 pela falta de inclusão de Gibraltar nas negociações sobre o seu estatuto, todavia, foi em 2004 que este modelo foi posto em prática quando Espanha e Reino Unido decidem incluir pela primeira vez

Gibraltar nas negociações, o que fez com que os gibraltinos pudessem dar a sua voz e assim este processo passou para um processo de negociação com três participantes.

2.1 – Descrição interna de Gibraltar

2.1.1 – Política

No que à política interna de Gibraltar diz respeito, atualmente o território gibraltino é administrado por dois governantes. De um lado o Governo e do outro o Governador. Ou seja, isto quer dizer que no que toca à gestão e governação do Rochedo, existe uma divisão de poderes - divisão essa que foi acordada na Constituição de 1969 – e, esses poderes de decisão estão na posse do Governo eleito pelo povo gibraltino e do Governador de Gibraltar que é a pessoa nomeada como representante da Coroa Britânica, ou seja, esta pessoa é nomeada como representante da Rainha Isabel II, atual Chefe de Estado do Reino Unido.

A questão de haver um Governador presente num território que é controlado por um Estado, sempre foi algo muito habitual durante os tempos coloniais. Aconteceu com o Reino Unido e também aconteceu com outros impérios coloniais tais como o de Portugal nas suas colónias em África e na Ásia, e o de Espanha, tendo Cuba como melhor exemplo. Para o cargo de governador, geralmente era nomeado uma pessoa que já tivesse experiência política ou que ocupasse um alto cargo na marinha. Embora uma pessoa fosse nomeada para ocupar um cargo de governo onde tinha um grande poder político para a gestão e para o desenvolvimento de um certo território colonial, esta nunca deixaria de ter um estatuto de representante e de voz governativa proveniente do Estado colonizador, ou seja, mais propriamente vinda do seu Chefe de Estado, em que nos casos do Reino Unido, Portugal e Espanha era o rei ou a rainha.

Em pleno século XXI, desde o processo de descolonização da responsabilidade da Organização das Nações Unidas até aos dias de hoje, há colónias que conseguiram a independência e que são hoje um Estado com um Presidente e com um governo próprio (exemplo: as antigas colónias em África) e, há outros territórios cujo estatuto foi alterado, mas que continuaram administrados pelo Estado colonizador, embora tendo ganho uma maior autonomia e têm um governo p eleito democraticamente pelo povo. Neste último caso, há vários exemplos, como a França face à Polinésia Francesa, Martinica e Reunião, os Países Baixos relativamente a Aruba, São Martinho e Curaçau, e o próprio

Reino Unido, no que concerne designadamente a Anguila, Bermudas e Ilhas Caimão, sendo que no que toca ao Reino Unido Gibraltar também acaba por estar inserido nessa lista.

No que ao Governador de Gibraltar diz respeito, atualmente a pessoa que ocupa esse cargo é o Vice-almirante Sir David George Steel¹³. Como Governador de Gibraltar, como já foi dito, não deixa de ter um estatuto de representante do Reino Unido, contudo, neste caso em específico, visto que existe uma divisão de poder de governação, o governador é responsável por gerir e desenvolver o território com base nos interesses governamentais britânicos em assuntos externos e em assuntos de defesa e segurança interna no território. Se de um lado da moeda encontramos o Governador de Gibraltar (a coroa), do outro lado da moeda vemos o Governo de Gibraltar (a cara).

O Governo de Gibraltar é composto pelo *Chief Minister*, que é o Primeiro-Ministro, e pelos respetivos ministros. Atualmente o Governo que administra o território gibraltino é um Governo de coligação – entre Partido Socialista Laboral de Gibraltar e Partido Liberal de Gibraltar – e, que é composto por 10 elementos, sendo que 9 são ministros que são liderados pelo seu chefe de Governo, Fabian Picardo. O executivo gibraltino é eleito democraticamente pela sua população desde 1964, altura que se deram as primeiras eleições democráticas e que resultaram na nomeação de Joshua Hassan como *Chief Minister*. No que toca às suas responsabilidades para com o Rochedo, sendo que o Governador de Gibraltar tem as pastas da defesa e das relações externas do território, o Governo de Gibraltar acaba por ficar responsável pelas outras pastas que contribuem para o desenvolvimento do território como são os casos da educação, da saúde, da justiça, da economia e do turismo.

O atual funcionamento da política e das suas instituições foi desenvolvido a partir de 2006, ano em que foi aprovado, em referendo, uma nova Constituição que permanece em vigor nos dias de hoje. Essa Constituição permitiu que houvesse uma reformulação nas instituições políticas como foi o caso do Parlamento de Gibraltar, conhecida anteriormente como *House of Assembly* ou Casa da Assembleia. O Parlamento, que é um símbolo do funcionamento de qualquer Estado democrático, está nos dias de hoje estruturado em 17 lugares que são divididos por 4 partidos: Partido Socialista Laboral de Gibraltar (7); Gibraltar Social Democrata (6); Partido Liberal de Gibraltar (3); Juntos Gibraltar (1). Estes lugares que estão repartidos pelos deputados destes 4 partidos

¹³ A lista de todos os Governadores de Gibraltar, desde 1700 até ao ano atual, pode ser consultado em <http://gibraltartimeline.com/gibraltar-governors-from-1704/>.

decorrem dos resultados das eleições legislativas realizadas em 2019 e cujos resultados podem ser consultados *online*.¹⁴

É assim que a política interna de Gibraltar está organizada e é desta forma que o Rochedo é administrado politicamente em defesa dos interesses do povo gibraltino. Todavia, sendo que existe uma dependência para com os britânicos, a soberania é tutelada pelo Reino Unido. Isto significa que, as instituições democráticas de Gibraltar podem ser suspensas caso seja necessário de forma a manter o Rochedo preso à vontade política do Reino Unido (Perera, 2019).

Já no que toca à política externa de Gibraltar, como já foi referido anteriormente, o seu funcionamento é da responsabilidade do Reino Unido, algo que ficou estipulado na Constituição de 1969. Como exemplo dessa responsabilidade temos a temática deste trabalho que tem como base as negociações diplomáticas entre Londres e Madrid sobre esta questão de Gibraltar. Neste momento com a questão do *Brexit*, está a haver negociações entre os dois países e, é verdade que o executivo de Gibraltar está presente nessas negociações o que supõe que o Governo de Gibraltar pode ter ganho mais responsabilidades políticas, contudo, essa possibilidade pode acabar por estar unicamente limitada ao Reino Unido e à Espanha visto que ainda não foi dada pelo Reino Unido ao executivo gibraltino uma autonomia política no que toca aos assuntos externos do Rochedo.

No que toca às organizações intergovernamentais, não há nenhuma organização governamental internacional que tenha Gibraltar como Estado-Membro. Sendo que Gibraltar é administrado pelos britânicos (estatuto esse reconhecido pelas Nações Unidas), todas as informações e quaisquer diretrizes de uma organização intergovernamental vêm através do Reino Unido, que é, como a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica, o seu “Poder Administrativo”¹⁵. Como exemplo verifica-se o caso da Organização da Aviação Civil Internacional onde, por aprovação do Reino Unido, Gibraltar fez parte da Convenção de Chicago sobre a Aviação Civil Internacional assinada em 1944 e que entrou em vigor em 1947. Esta forma de tratamento também acontece na questão do Acordo de Schengen porque como o Reino Unido não aderiu, Gibraltar também acompanha os britânicos nesse trajeto.

Relativamente à União Europeia, desde que Gibraltar entrou na comunidade europeia através do Reino Unido, o estatuto que lhe foi dado foi um estatuto que está presente

¹⁴ Resultados das eleições legislativas de 2019 podem ser consultados em: <http://www.parties-and-elections.eu/gibraltar.html>

¹⁵ Gibraltar na ONU disponível em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/nsqt/gibraltar>.

no artigo 355 (ponto 3) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia¹⁶, onde menciona que “as disposições dos Tratados – ou seja, os compromissos e obrigações presentes nos tratados - são aplicáveis aos territórios europeus por cujas relações externas seja responsável um Estado-Membro”¹⁷. Ou seja, neste caso de Gibraltar o Estado-Membro responsável é o Reino Unido. Contudo, desde a adesão do Reino Unido à Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) em 1 de janeiro de 1973, os Tratados aplicam-se a Gibraltar, mas existem exceções. Essas exceções estão estabelecidas nos artigos 28.º a 30.º do Ato de Adesão do Reino Unido à Comunidade Europeia de 1972 e que dizem respeito à exclusão de Gibraltar da Política Agrícola Comum (PAC), do regime do IVA e da União Aduaneira da União Europeia.¹⁸

Ora, no site oficial do Governo de Gibraltar onde estão disponíveis os artigos do Ato de Adesão do Reino Unido à CE mencionados anteriormente, é abordada a «responsabilidade do Governo e do Parlamento de Gibraltar em impor todas as medidas da UE dentro da ordem jurídica interna de Gibraltar da mesma maneira que os outros Estados-Membros fazem», no entanto, é defendido que “as transposições do Reino Unido não têm efeito em Gibraltar”. Ou seja, com esta defesa, pode-se concluir que Gibraltar adaptou-se da melhor maneira a nível jurídico às leis europeias e sendo este um território dependente que está subordinado ao Reino Unido, o percurso europeu desde a sua adesão até agora, nos contextos jurídico e económico foi um percurso sem quaisquer impactos negativos para o povo gibraltino.

No aspeto político e social na União Europeia, o povo gibraltino tinha a oportunidade e o direito de votar nas Eleições para o Parlamento Europeu, embora essa votação fosse sempre para eleger os representantes britânicos no Parlamento Europeu só que neste momento devido ao *Brexit*, a posição de Gibraltar dentro da comunidade europeia é uma incógnita. Com a saída do Reino Unido da UE, já não haverá eleições europeias no território gibraltino a não ser que, no futuro, Gibraltar possa ganhar uma voz dentro da comunidade europeia e assim ter uma representação própria na Europa.

Por fim, num contexto de defesa do território gibraltino com uma variante política, é importante mencionar que a estação da Força Aérea Real de Gibraltar é uma base da NATO, que, por vezes, recebe militares para missões de treino e de outros

¹⁶ Tratado que teve origem no Tratado de Roma assinado em 1957.

¹⁷ EUR-Lex (2008). *Consolidated version of the Treaty on the Functioning of the European Union - PART SEVEN: GENERAL AND FINAL PROVISIONS - Article 355 (ex Article 299(2), first subparagraph, and Article 299(3) to (6) TEC)* (on line). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12008E355>.

¹⁸ Estas exceções podem ser consultadas no site oficial do Governo de Gibraltar disponível em: <http://www.gibraltarlawoffices.gov.gi/eu-law>.

compromissos de curta duração. Esta estação militar encontra-se situada no espaço do aeroporto de Gibraltar.

2.1.2 – Economia

A Economia consiste num “conjunto de atividades humanas tendentes a produzir os bens e serviços adequados à satisfação das necessidades materiais do homem e a distribuí-los, a todos quantos deles careçam, pelas formas consideradas mais convenientes e justas”. Mais, a economia “desdobra-se em dois tipos principais de atividade: a produção de bens ou serviços úteis, e a sua adequada distribuição pelos homens que deles carecem” (Amaral et al., 2014, p.433). “A economia ensina-nos que nada é gratuito. Há custos envolvidos em todas as escolhas, mesmo que a escolha em questão pareça não ter qualquer relação com assuntos monetários” (Mill, 2016, p.8).

Olhando para a economia de Gibraltar, diga-se que é uma economia que está muito focada no sector secundário e no sector terciário. Sendo Gibraltar um território muito pequeno, ao contrário de muitos países e de alguns territórios autónomos, não tem recursos naturais próprios para a produção e exportação de produtos agrícolas, o que significa, desde já, que a atividade agrícola no território gibraltino é praticamente nula. Contudo, o facto de ser um território com fronteira para o mar, faz com que uma boa parte do seu foco económico acabe por estar virada para a atividade marítima, desenvolvida desde há séculos, a partir da construção de um porto que foi utilizado para fins militares e comerciais. Outro do grande foco económico gibraltino e que contribui para o crescimento económico da região é o conjunto de atividades do sector terciário ligadas aos serviços, ao comércio e às comunicações.

Dentro destes dois sectores económicos mencionados, existem três áreas que são os pilares de crescimento da economia de Gibraltar: a indústria naval, o turismo e a indústria financeira.

No sector secundário, como já foi mencionado, existe a indústria naval. Graças à localização estratégica de Gibraltar, a indústria naval foi uma área que se foi desenvolvendo e ganhando importância ao longo dos séculos. Ao longo da sua história, Gibraltar sempre foi um local de passagem para vários comerciantes vindos de vários pontos do Mar Mediterrâneo, mas a partir do século XVIII, altura em que o Reino Unido tomou posse de Gibraltar, a presença militar britânica no Rochedo foi um fator relevante para que o porto gibraltino fosse capaz de ter capacidade em receber uma frota inteira

da Marinha Real Britânica de forma a que este território estivesse bem protegido contra possíveis ataques e invasões por parte da Espanha, que curiosamente aconteceram entre 1779 e 1783.

Atualmente, com o Estreito de Gibraltar a ser o intermediário de ligação entre o Mar Mediterrâneo com o Oceano Atlântico, são inúmeros os navios mercantes, petroleiros e até navios de cruzeiro que passam pelo local. Alguns navios acabam por atracar para reabastecer, para deixarem mercadoria, para serem reparados ou, até mesmo, para serem arrestados, como foi o caso de um navio petroleiro iraniano que ficou temporariamente retido em 4 de julho de 2019, em Gibraltar, por suspeita de transportar petróleo para a Síria, mas acabou por ser libertado¹⁹. Ou seja, acaba por ser uma indústria que não só contribuiu para o desenvolvimento do território ao longo dos anos, como também já esteve envolvida no meio de mais um conflito diplomático como foi o caso do navio petroleiro iraniano que aconteceu em 2019.

Já no que toca ao sector terciário o turismo é um sector que contribui imenso para o Produto Interno Bruto (PIB) e, nos últimos anos, esta área tem sido uma aposta de vários países que têm investido para o desenvolvimento regional no que ao turismo diz respeito. No caso de Gibraltar, o território possui vários recursos para a prática da atividade turística no território como são os casos da segurança, do número de atrações turísticas como o Rochedo e o Castelo de Gibraltar que são locais maioritariamente visitados pelos turistas e principalmente, o Aeroporto Internacional de Gibraltar que contribui para o transporte de turistas (maioritariamente provenientes do Reino Unido).

Para Gibraltar o turismo é uma atividade crucial pois esta desenvolve o comércio local e contribui para a oferta de oportunidades de emprego na região. Com a pandemia Covid-19 a atingir a Europa e o resto do mundo, tal como outros destinos turísticos, Gibraltar também teve uma grande quebra nas receitas turísticas. Mesmo com algumas visitas de turistas espanhóis vindos do lado da fronteira e de alguns turistas britânicos, a situação económica é crítica, contudo, Gibraltar irá receber um empréstimo no valor de 500 milhões de libras como resposta aos problemas económicos sentidos no território gibraltino (Culatto,2020).

Além destas duas atividades económicas que foram abordadas, existe uma outra componente que é importante para a economia gibraltina, que é a sua política fiscal.

¹⁹ DN/Lusa (2019). *Gibraltar recusa pedido dos EUA para reter petroleiro iraniano* (on line). Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/gibraltar-recusa-pedido-dos-eua-para-reter-petroleiro-iraniano-11218213.html>.

Este componente acaba por estar relacionada com a indústria financeira pois com esta redução de impostos, muitas empresas e investidores vindos do estrangeiro acabam por ser atraídos inclusive entidades ligadas à área financeira como os bancos e as seguradoras. Esta não só é uma das indústrias mais rentáveis, mas como também é das que mais empregabilidade oferece para quem vive em Gibraltar.

Gibraltar acabou por adotar políticas ligadas à redução de impostos, algo que é muito atrativo e vantajoso para muitas empresas estrangeiras, pois, quanto menos impostos uma empresa pagar, mais interesse tem em fixar-se num país ou território. Com esta política fiscal, Gibraltar acabou por se tornar num género de paraíso fiscal, algo que não é corroborado por Stuart Green, antigo porta-voz do Governo de Gibraltar. Na reportagem *Gibraltar: oásis económico vizinho de uma Espanha em crise*, realizada pela revista *Exame*, em 2013, Green afirma que em Gibraltar “as pessoas e as empresas pagam seus impostos e é errado dizer o contrário”. Mais, Green defende que Gibraltar não é um paraíso fiscal, embora reconhecendo que os impostos em Gibraltar “sobre a renda e sobre as empresas são levemente inferiores a muitos outros países europeus”.

Não sabendo se realmente existem algumas exceções no que toca ao pagamento de impostos pelas empresas sediadas em Gibraltar, já no que toca a um indivíduo que viva em Gibraltar existe a confirmação dessas exceções. Segundo dados que se encontram disponíveis no site do Governo de Gibraltar sobre a taxa de impostos no Rochedo²⁰, a taxa de imposto para cada indivíduo é de 20%, salvo as pessoas cujo rendimentos anuais não excedam as 11 450 libras. Já no que toca às empresas a taxa de imposto para as corporações é de 10%. Empresas de fornecimento de eletricidade, combustível, água e outras empresas que tenham uma grande posição de mercado, acabam por pagar uma taxa ainda maior num valor a rondar os 20%.

Stuart Green acaba por ter razão quando afirma que os impostos são inferiores ao de outros países europeus, nomeadamente Portugal e Espanha. No caso dos impostos sobre as empresas, atualmente em Portugal a taxa é de 21% onde a esta, ainda é somada uma sobretaxa do Estado e das autoridades municipais, contudo, essa taxa varia de acordo com os lucros obtidos por uma determinada empresa²¹. No caso espanhol, a taxa de imposto aplicada sobre as empresas ronda os 25%²². Estes dados,

²⁰ Informação consultada no site oficial do Governo de Gibraltar e que está disponível em: <https://www.gibraltar.gov.gi/income-tax-office>.

²¹ Informação consultada no site da UE e que está disponível em: https://europa.eu/youreurope/business/taxation/business-tax/company-tax-eu/portugal/index_pt.htm.

²² Informação consultada no site da UE e que está disponível em: https://europa.eu/youreurope/business/taxation/business-tax/company-tax-eu/spain/index_es.htm.

mostram que Gibraltar acaba por ter uma posição vantajosa comparada com outros países da União Europeia.

Para concluir este tópico, no que toca à taxa de emprego em Gibraltar – que também pode ser consultada no site oficial do Governo de Gibraltar -, os dados mostram que nos últimos anos, o desemprego tem estado a diminuir, um dado que é positivo, contudo, devido à situação de pandemia do Covid-19 vivida agora em 2020 e com a questão do *Brexit*, a taxa de empregabilidade e a economia de Gibraltar podem sofrer alterações após o fim destes acontecimentos.

2.1.3 – Demografia: Identidade de Gibraltar

Nos últimos anos, com as negociações bilaterais entre a Espanha e o Reino pelo controlo do Rochedo a ocorrerem, Gibraltar foi ganhando aos poucos uma voz e uma identidade histórica e cultural própria, elementos esses que definem o que é hoje Gibraltar no contexto social e até no contexto político, pois o facto de haver uma identidade própria possibilita de uma certa forma ganhar autonomia em compromissos ligados às questões internas do território, algo que é possível verificar nos dias de hoje.

Em pleno ano de 2020, Gibraltar é um território que tem aproximadamente 33 700 habitantes, sendo que maioritariamente, esses mesmos habitantes que se definem como gibraltinos, maioritariamente são de origens britânica e espanhola, o que não deixa de ser um dado óbvio visto que Gibraltar é um território pertencente ao Reino Unido que faz fronteira com Espanha e que tem estado numa disputa diplomática entre os Estados espanhol e britânico.

Existem também habitantes de outras origens a viver em Gibraltar. Ao longo da sua história, várias comunidades oriundas do Norte de África, de zonas de Itália, de Malta e até mesmo de Portugal, acabaram por integrar-se no território gibraltino. A evidência disso, está presente numa das línguas faladas em Gibraltar, que é o *Yanito*, e que irá ser definido mais à frente no momento em que for abordada a questão do idioma falado em Gibraltar.

O processo da identidade de Gibraltar foi construído a partir das interações sociais das várias pessoas pertencentes aos vários grupos e etnias que compõem atualmente a sociedade gibraltina. Neste sentido, mesmo havendo habitantes com origens diferentes, estes trabalham juntos por um bem comum (que é Gibraltar), e assim, acaba por haver uma grande partilha comunitária entre os mesmos. Exemplo disso é visto na diversidade

religiosa existente no território, onde judeus, católicos e muçulmanos partilham o mesmo espaço territorial. Cada uma destas religiões tem o seu templo religioso, contudo, o facto de partilharem o mesmo território mostra o respeito e a paz existente no Rochedo e, isso é importante para a construção de uma sociedade multicultural, principalmente neste campo religioso.

No que toca ao idioma, a língua oficial falada no território é o inglês, contudo existe também uma outra língua que é definida como o *Yanito* ou *Llanito*. Este é um idioma com misturas de espanhol com o inglês que possui vocabulário árabe, genovês, maltês, português e hebraico²³. Com estas misturas não é ao acaso que em Gibraltar se costume dizer que *“British we are British we stay, but Spanish we speak all day”*²⁴. Ou seja, britânicos eles são e assim permanecerão, mas espanhol (neste caso *Yanito*) falam o dia todo. Esta frase também não é dita ao acaso, pois mostra um pouco a opinião e a posição que os gibraltinos têm relativamente à disputa diplomática entre o Reino Unido e a Espanha. É provável que a presença e a participação britânica no território desde a sua ocupação, tenha tido muita influência no território o que faz com que o povo gibraltino tenha esta posição que pode ser determinante para o futuro do Rochedo nas negociações que estão a ocorrer entre os executivos espanhol e britânico.

Por fim, tendo em conta o que foi aqui abordado, é possível verificar que atualmente Gibraltar já tem uma identidade social construída composta por diferentes culturas. Aliás, é essa diversidade cultural que acaba por ser um fator principal para a construção da identidade gibraltina, ou seja, uma diversidade cultural num pequeno território acabou por se transformar numa grande identidade social. Neste sentido, com a diversidade cultural existente no território, acaba por haver um sentimento de partilha e de integração social (Gilotay, 2018).

2.2 - O Brexit

Este é o tópico mais importante não só deste capítulo, mas também deste trabalho, porque é a partir daqui que se irá fazer uma ponte de transição para o terceiro e último capítulo do trabalho onde irá ser abordada a questão sobre qual será o futuro do Rochedo.

²³ Definição do idioma disponível em: <https://omniglot.com/writing/llanito.htm>.

²⁴ Frase dita por um Gibraltino no documentário da BBC Four *Gibraltar – My Rock Documentary*, visualizado na plataforma Youtube e que está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LKM_mpVZ344.

Esta questão do *Brexit* é um assunto que ainda se encontra em estado de negociação entre os executivos de Londres e de Bruxelas, no entanto, Gibraltar sendo um território pertencente ao Reino Unido, acaba por estar inserido em todo este processo da saída dos britânicos da comunidade europeia, juntamente com a Espanha, cujo país acaba por envolver-se por razões fronteiriças que partilha com o território gibraltino, aproveitando assim a sua oportunidade para mais uma vez entrar em negociações diplomáticas com o Reino Unido pela posse do território de Gibraltar, território esse que há muito tempo ambiciona em recuperar.

Este é um assunto que tem deixado a população gibraltina num estado de ansiedade e de incógnita relativamente ao seu futuro, pois é uma matéria que envolve questões económicas e sociais e com a sua saída da comunidade europeia, pode haver consequências nesses dois campos, principalmente na questão económica, onde está inserido o sector do turismo que corre o risco de ter enormes quebras no que toca às receitas.

2.2.1 – Contextualização do processo

O *Brexit* foi a designação dada ao processo da saída do Reino Unido da União Europeia. Um nome que junta as palavras britânico (*British*) e saída (*Exit*). Este foi um processo que já era discutido em 2013, mas que se iniciou oficialmente em 2016, com a realização do referendo que ditou a vitória para a saída do Reino Unido como Estado-membro da União Europeia e, a partir desse momento, deu-se início às negociações entre Londres e Bruxelas.

Antes da realização do referendo de 2016, este assunto já vinha a ser discutido. Nessa altura, havia uma grande onda de imigração e de refugiados provenientes do continente africano, nomeadamente da Síria e, por dia, centenas de pessoas tentavam atravessar o Mar Mediterrâneo para fugir aos conflitos e assim procurar uma vida melhor em terras europeias. Como muitos países da Europa, o Reino Unido acabou por receber alguns desses imigrantes e refugiados, algo que acabou provocou um descontentamento popular, pois havia pessoas a apontar o dedo ao Governo britânico e à própria União Europeia pela má gestão deste processo. Mais, segundo o professor da Universidade de Essex Paul Whiteley (s.d.) no seu caso de estudo *Why Britain really voted to leave*

*the European Union*²⁵, afirma que “o fracasso da Grã-Bretanha em se recuperar efetivamente da pior recessão em mais de 70 anos coloriu todo o pano de fundo do referendo, deixando muitas pessoas descontentes e não representadas”, ou seja, isto significa que a recessão económica de 2008 que atingiu (e muito) a Europa, acabou por ser mais uma razão para que o Reino Unido abandonasse a comunidade europeia, sendo que o facto de ser membro da UE não estava a corresponder à expectativa dos britânicos.

Com estas razões a provocarem a indignação popular britânica e a promoverem uma campanha política contra a União Europeia, David Cameron, Primeiro-Ministro na altura, anunciou a realização de um referendo para 23 de junho de 2016 de forma a que o povo britânico decidisse o futuro do seu país na comunidade europeia. Nestas campanhas políticas, pró e contra a União Europeia, David Cameron fez a campanha para que o Reino Unido permanecesse na UE e, no lado oposto, Boris Johnson, atual Primeiro-Ministro, Nigel Farage, ex-membro do Parlamento Europeu, e outros políticos juntaram-se ao movimento do *Brexit*. No final, o resultado do referendo ditou a saída do Reino Unido da União Europeia, resultado esse que provocou a demissão imediata do então Primeiro-Ministro David Cameron, que se recusou a comandar o navio britânico para o porto antieuropeu.

Com a demissão de David Cameron, a pessoa nomeada para a sua substituição foi a sua Secretária de Estado para os Assuntos Internos Theresa May, que começou como Primeira-ministra interina, mas, com a realização de eleições legislativas, conseguiu confirmar a sua vitória tornando-se assim, a Primeira-ministra do Reino Unido.

Com Theresa May como Primeira-Ministra entre 2016 e 2019, a sua maior missão foi a pasta relativa ao *Brexit*, que era um assunto crucial e mais falado não só no Reino Unido, mas também na União Europeia, pois era um processo que determinava o futuro do país em questões sociais e económicas pós-Europa. Num dos seus primeiros discursos como Primeira-ministra²⁶ May queria que o Reino Unido fosse “um país seguro, próspero e tolerante” e, tinha a ambição em expandir o país para um patamar global, ou seja, continuar a ser “um amigo e vizinho para os parceiros europeus”, mas, também fazer com que o país fosse para “além das fronteiras da Europa” e assumir uma posição forte no comércio mundial.

²⁵ Caso de estudo *Why Britain really voted to leave the European Union* de Paul Whiteley encontra-se disponível em <https://www.essex.ac.uk/research/showcase/why-britain-really-voted-to-leave-the-european-union>.

²⁶ Discurso da Primeira-Ministra Theresa May realizada em 2016 disponível em: <https://static.rasset.ie/documents/news/theresa-may-speech.pdf>.

Durante três anos, a Primeira-Ministra britânica batalhou para alcançar um acordo com Bruxelas que fosse aprovado quer pelo Parlamento Europeu quer pelo Parlamento do Reino Unido. No entanto, após várias tentativas de ver aprovado um acordo da saída britânica da União Europeia, o cansaço extremo era notável em May e já começava a existir uma falta de confiança por parte do Parlamento, inclusive por parte de deputados do seu partido, o que acabou por sentenciar o futuro político de Theresa May levando-a a apresentar a sua demissão.

Boris Johnson, que curiosamente foi um dos responsáveis pelo movimento do *Brexit*, foi a pessoa que assumiu o leme do navio britânico que ainda está à procura de um porto para atracar, acabando assim por substituir Theresa May e ser nomeado como Primeiro-Ministro do Reino Unido. No seu primeiro discurso, Boris Johnson assumiu o desejo de trabalhar em “fazer um novo acordo, num melhor acordo que permita desenvolver uma relação com a Europa baseada no comércio livre e apoio mútuo”²⁷.

Em pleno final de 2020, esta saída britânica da comunidade europeia é uma questão que ainda continua em negociação entre Londres e Bruxelas. A situação pandémica do Covid-19 acabou por adiar as negociações, contudo o grande braço de ferro existente ainda nas negociações é devido a questões económicas, burocráticas e de soberania britânica na atividade marítima, como a pesca. É um processo que ainda não tem fim à vista e ambos os lados tentam encontrar um entendimento que seja benéfico para ambos, pois para haver um eventual acordo, este ainda tem de ser ratificado antes de 1 de janeiro de 2021. Embora as medidas transitórias da saída do Reino Unido caduquem no dia 31 de dezembro de 2020, com ou sem acordo alcançado entre o Reino Unido e a União Europeia, qualquer que seja o final desta negociação, a saída do Reino Unido da comunidade europeia será sempre um dado garantido. Um assunto que, entretanto, conheceu desenvolvimentos, como se verá mais à frente.

2.2.2 – A posição de Gibraltar

Desde que Gibraltar caiu nas mãos britânicas, o território cresceu e desenvolveu-se acompanhando sempre o Reino Unido que influenciou (e muito) a identidade gibraltina, identidade essa que já foi anteriormente descrita. Embora este território localizado a Sul da Península Ibérica tenha entrado juntamente com seu Estado administrador na União Europeia em 1 de janeiro de 1973, a identidade europeia também veio influenciar o povo gibraltino, algo que veio a provar-se através da votação no referendo do *Brexit* realizado

²⁷ BBC News (2019). *Boris Johnson: First speech as PM in full* (on line). Acedido em <https://www.bbc.com/news/uk-politics-49102495>.

em 2016 onde 95.9% dos gibraltinos votaram para a permanência do Reino Unido na comunidade europeia²⁸.

Como era pedido neste referendo, o povo gibraltino votou e deu a sua voz. Contudo, embora Gibraltar seja um território que tem uma forte ligação identitária com o Reino Unido, cujo país contribuiu para a proteção e desenvolvimento deste pequeno território desde o século XVIII, os resultados acabam por ser uma surpresa.

Ora, “a questão da soberania, da jurisdição e do controlo foi e é o argumento central” das pessoas que defenderam o *Brexit*, algo que “Gibraltar, no Referendo Brexit, não concordou” (Vasquez, 2020). Os gibraltinos concordaram que essas três questões fossem “partilhadas com a União Europeia”. No entanto, embora a grande larga maioria dos gibraltinos tenha votado para a permanência do Reino Unido na União Europeia, o resultado acabou por não ser o desejado e isso levou com que houvesse um estado de incertezas e de receio relativamente ao futuro económico e social do Rochedo.

Após o referendo, iniciaram-se as negociações entre o governo liderado por Theresa May e a União Europeia e, em novembro de 2018 foi acordado entre os dois executivos uma saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Essa saída ordenada do Reino Unido era um processo de transição que tinha um prazo de dois anos, mais precisamente ia durar até ao final de 2020.

Gibraltar também esteve inserido nesse processo de transição, através de um protocolo e de um memorando de entendimento aprovado em 15 de novembro de 2018 entre o Governo de Gibraltar e o Governo do Reino Unido, onde o executivo de Londres assumia o compromisso e a responsabilidade a respeito de Gibraltar com a União Europeia. Este compromisso é algo que sempre foi assumido pelo Reino Unido sempre e que está mencionado na Constituição de Gibraltar, onde é referido que o Estado administrador (o Reino Unido) é responsável pelos assuntos externos do Rochedo, inclusive da defesa do território. Um dado que é importante reter, é que neste protocolo foi acordado que qualquer decisão tomada pelo Reino Unido “respeitará totalmente os arranjos constitucionais em vigor a respeito de Gibraltar e, em particular, a Constituição de Gibraltar de 2006”²⁹. No que toca à Espanha, o protocolo estabelecia a assinatura de

²⁸ Resultados do Referendo do *Brexit* realizado em 2016. Disponível em https://www.bbc.co.uk/news/politics/eu_referendum/results.

²⁹ HM Government of Gibraltar (2018). *Concordat concerning the implementation of the Gibraltar protocol to the withdrawal agreement and related memoranda of understanding between her Majesty's Government of Great Britain & Northern Ireland and her Majesty's Government of Gibraltar* (on line). Disponível em: https://www.gibraltar.gov.gi/new/sites/default/files/HMGoG_Documents/CONCORDAT-FINAL-AS-AGREED.pdf.

memorandos de entendimento, onde o executivo de Gibraltar assumia esse mesmo compromisso de forma a facilitar a cooperação entre as autoridades espanholas e gibraltinas. Está previsto que em torno destas negociações, o Governo do Reino Unido estará sempre presente ao nomear um representante seu para assistir às reuniões entre Espanha e Gibraltar.

Em finais de 2020, ainda não existe um acordo e devido a essa ausência de um acordo do *Brexit* entre Londres e Bruxelas, os receios e preocupações por parte dos gibraltinos começam a ser mais notados, inclusive para o Governo gibraltino que tem estado atento à situação.

Segundo Fabian Picardo, atual líder do Governo de Gibraltar, "não é simplesmente possível implementar um plano de saída da União Europeia que deixe tudo como está neste momento". Segundo ele, "o plano de contingência incide sobre as questões básicas, mas se não houver um acordo, o dia a dia vai mudar radicalmente para pior e não é só para quem vive em Gibraltar"³⁰. A saída dos britânicos da UE pode trazer várias consequências para Gibraltar e, estas preocupações do atual líder do Governo gibraltino acabam por estar direcionadas para o desconhecido onde não se sabe qual será o futuro do Rochedo, principalmente na questão económica que será a mais afetada neste processo. Como exemplo, temos o sector do turismo que é extremamente importante para Gibraltar e, se não houver acordo em relação a Gibraltar, a partir de 1 de janeiro de 2021 haverá controlo de documentos na fronteira que liga Espanha a Gibraltar, o que num contexto turístico pode ser uma possível razão para dissuadir os possíveis turistas de entrar e visitar o Rochedo. Neste caso, isso não só era prejudicial para o sector, mas como também era prejudicial para o comércio.

Para o caso de haver um *Brexit* sem acordo, o governo de Gibraltar já dispôs no seu site oficial, um documento com informações onde explica todo o processo da saída europeia de forma a que os gibraltinos tenham uma melhor preparação. Nesse documento é possível verificar que estão mencionadas informações relacionadas com questões burocráticas como passaportes, seguros de saúde, roaming móvel, carta de condução e outras burocracias. Para as empresas e organizações também estão disponíveis nesse mesmo documento informações relacionadas com a aviação, com os serviços financeiros, com a segurança social e com os direitos do trabalho.³¹

³⁰ Euronews (2020). *Receios sobre o Brexit agravam-se em Gibraltar*. Consultado em 6 de Dezembro de 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/12/05/receios-sobre-o-brexit-agravam-se-em-gibraltar>.

³¹ O documento com essas informações está disponível no site oficial do Governo de Gibraltar sobre o *Brexit*. Este é designado como *Preparing for a No Deal Brexit: Get Ready* e pode ser encontrado em: <https://www.gibraltar.gov.gi/brexit>

Neste momento, o que os gibraltinos podem fazer é aguardar pelo final das negociações entre os executivos do Reino Unido e da União Europeia, contudo pode haver uma esperança para Gibraltar devido ao envolvimento da Espanha neste processo, que por motivos fronteiriços entrou em negociações bilaterais com o Reino Unido de forma a encontrar uma solução que seja satisfatória para estes dois países, inclusive para Gibraltar. No entanto, há que referir que, tal como as negociações entre Londres e Bruxelas, estas negociações entre Londres e Madrid têm também um prazo porque a saída britânica da União Europeia (com ou sem acordo) está marcada para o dia 31 de dezembro de 2020, o que significa que a partir do dia 1 de janeiro de 2021, o dia-a-dia irá ser vivido de forma diferente para os britânicos e para os gibraltinos. No entanto, há que referir que embora estas datas sejam as que foram acordadas, estas podem ser prolongadas se houver acordo entre as partes envolvidas.

2.2.3 – O envolvimento de Espanha e as negociações por Gibraltar

Com a saída do Reino Unido da União Europeia e com as negociações que estão a decorrer entre Londres e Bruxelas de forma a que haja uma saída pacífica, existe a questão de Gibraltar que acaba por envolver a ligação fronteiriça entre Gibraltar e Andaluzia (Comunidade Autónoma espanhola).

Não deixa de ser verdade que, desde que a Espanha perdeu Gibraltar para o Reino Unido no século XVIII, esta nunca desistiu de reaver o território. Aliás, a Espanha sempre se manteve na linha da frente pelo Rochedo e sempre esteve à espreita da oportunidade certa para voltar a ter o território que sempre desejou. Ora, com o Reino Unido a sair da comunidade europeia seria necessária uma reconsideração do estatuto e uma mudança na perspetiva espanhola sobre uma solução para a disputa com os britânicos (Valle-Gálvez, 2017). Sendo que no referendo do *Brexit*, cerca de 96% do povo gibraltino votou para a permanência do Reino Unido na União Europeia, a Espanha viu a oportunidade certa para entrar em cena pelo território gibraltino e assim iniciar conversações bilaterais com o executivo de Londres de forma a aproximar-se da “reconquista” do Rochedo. Aliás, é neste contexto que a Espanha usa a sua posição para ganhar mais influência e controlo sobre Gibraltar (Canessa, 2018).

Anteriormente à realização do referendo do *Brexit*, a Espanha tentou entrar em negociações com o Reino Unido sobre a questão da soberania de Gibraltar, no entanto, em 2013, estes dois Estados estiveram envolvidos numa crise diplomática devido a questões ligadas aos direitos de pesca e à proteção ambiental das águas em volta de

Gibraltar. Nessa mesma altura, a Espanha criou um pacote de medidas contra Gibraltar onde em algumas delas apresentava uma queixa contra a Comissão Europeia, implementava um plano contra a fraude fiscal e procurava reforçar a fronteira de forma a haver fiscalizações mais rígidas de forma a prevenir contrabando e lavagem de dinheiro.

Em 2016, após a realização do referendo que deu início às negociações do *Brexit*, a Espanha ameaçou bloquear o *Brexit* se Gibraltar estivesse inserido num futuro acordo, ou seja, segundo o governo espanhol, no artigo 184 do acordo de saída estava estabelecido que os assuntos relacionados com Gibraltar seriam abordados exclusivamente entre Londres e Bruxelas.

Para que esta situação fosse resolvida, a Espanha propôs junto da União Europeia que a situação do Rochedo ficasse excluída da lista de negociações entre a UE e o Reino Unido. Esta proposta foi analisada e teve consenso dentro do Conselho Europeu que anunciou que “após a saída do Reino Unido da União, nenhum acordo entre a UE e o Reino Unido pode ser aplicado ao território de Gibraltar sem o acordo entre o Reino de Espanha e o Reino Unido” (Valle-Gálvez, 2017). Mais, nessa mesma altura a Espanha também propôs uma soberania partilhada juntamente com o Reino Unido à Organização das Nações Unidas. Esta proposta foi logo recusada publicamente pelo *Chief Minister* de Gibraltar, Fabian Picardo, que se manifestou contra a proposta espanhola e afirmou que “*Gibraltar will never be spanish*”, ou seja, Gibraltar jamais seria espanhola (Benady, 2014).

O envolvimento da Espanha em torno deste processo sobre Gibraltar é derivado à questão fronteiriça que divide espanhóis e gibraltinos e também à questão fiscal que tem prejudicado a economia espanhola. É verdade, e tal como já foi referido, também estão aqui presentes motivos históricos inclusive questões ligadas ao Tratado de Utrecht, pois a Espanha defende que “o istmo (incluindo as águas adjacentes ou o espaço aéreo sobrejacente) não foi cedido pela Espanha, permanecendo sempre sob a soberania espanhola”³². Mesmo havendo estas razões da reclamação da Espanha pelo território gibraltino, existe aqui uma questão que não faz muito sentido e que vai no sentido oposto da reclamação espanhola em torno da questão da soberania de Gibraltar.

³² Informação disponível no site oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha sobre a *História e os Aspectos Legais da Disputa* que pode ser consultada em <http://www.exteriores.gob.es/Portal/en/PoliticaExteriorCooperacion/Gibraltar/Paginas/Historia.aspx>.

Ora, de forma a encontrar alguma referência ao Rochedo, foi feita uma consulta à atual Constituição Espanhola³³, onde só havia referências a Ceuta e a Melilha³⁴ (art. 69 ponto 4 e disposições transitórias ponto 5) que são ambas regiões autónomas espanholas localizadas no Norte de África. Mais, estes dois territórios são ambos disputados diplomaticamente com Marrocos, com o qual estes dois territórios fazem fronteira, e a Espanha na sua Constituição faz referência a estes dois territórios impondo a sua soberania. Curiosamente, o mesmo não acontece com Gibraltar, que não só já foi um território pertencente à Coroa de Espanha, mas também é um território que ainda está a ser diplomaticamente disputado entre a Espanha e o Reino Unido desde o século XVIII até aos dias de hoje. A resposta para esta questão pode ser devido ao facto de o território gibraltino estar sob soberania britânica, contudo, se este território se encontra na mesma situação de Ceuta e de Melilha e, se a própria Espanha defende que o istmo de Gibraltar é espanhol, qual a razão para que Gibraltar não esteja referido na Constituição Espanhola? Será devido ao facto de a Constituição ser de 1978? Se fosse uma Constituição mais recente será que já havia alguma referência ao Rochedo? Esta é uma dúvida que faz com que a reclamação espanhola em torno de Gibraltar não faça muito sentido.

Mesmo reclamando e, por vezes, criticando os britânicos em torno desta questão de Gibraltar, a Espanha tem de ter cuidado nos pontos que defende para a reclamação do território gibraltino, tendo precisamente como exemplos Ceuta e Melilha. Tal como Londres, Madrid também tem dois enclaves na costa oposta do Mar Mediterrâneo onde insiste na sua soberania nos mesmos (Muno, 2018).

Entretanto, continuando com o desenvolvimento desta intervenção espanhola em torno deste processo, com a União Europeia a conceder à Espanha o direito de negociar Gibraltar com o Reino Unido à parte das negociações do *Brexit* entre os britânicos e a própria UE, fez com que se desse assim início a mais um ciclo diplomático em torno de Gibraltar entre os executivos espanhol e britânico. Contudo, houve reações negativas em torno desta decisão da União Europeia, com Norman Tebbit, ex-ministro britânico, a recomendar a Theresa May para levar a independência da Catalunha à ONU (*El País*, 2017).

As negociações entre Madrid e Londres não começaram de imediato. Houve conflitos entre os dois executivos com Espanha a ameaçar vetar o *Brexit*. Gibraltar também ameaçou rescindir com os direitos e proteções dos cidadãos espanhóis e outros

³³ A atual que se encontra em vigor é a Constituição espanhola de 1978

³⁴ Também é designada como *Melilla*.

cidadãos da União Europeia que estivessem a viver e a trabalhar em território gibraltino (*El País*, 2018). Isto inicialmente em vez de ter sido um processo de cooperação diplomático, acabou por ser um conflito diplomático, algo que sempre houve entre a Espanha e o Reino Unido no que à questão de Gibraltar diria respeito.

As negociações entre os espanhóis e os britânicos tiveram início em 2018 e, em 29 de novembro, foram assinados quatro memorandos de entendimento entre Espanha, Reino Unido e Gibraltar. Estes quatro memorandos estavam relacionados com várias questões internas do Rochedo. Estas diziam respeito aos direitos dos cidadãos, ao ambiente, à cooperação policial e ao tabaco. Este último memorando, foi o mais complicado de negociar por razões de preçário com Gibraltar a querer um limite de preço global para todos os tipos de tabaco, ao contrário de Espanha que queria que o limite fosse de produto por produto. No final ficou acordado que as autoridades gibraltinas iriam definir preços mínimos para cada uma das quatro categorias de tabaco: cigarros de preço mais baixo; cigarros médio-baixo; cigarros médio-alto e cigarros premium.

Em março de 2019, pela primeira vez desde a assinatura do Tratado de Utrecht, o Reino Unido e Espanha assinaram o Tratado Fiscal de forma a evitar que o território gibraltino fosse “um foco de competência fiscal desleal”³⁵. Este tratado foi um passo importante para o desenvolvimento das relações diplomáticas entre os dois países em torno de Gibraltar, no entanto, este tratado foi o último grande acordo assinado em relação à questão de Gibraltar, que acabou por ter eleições legislativas e ainda nesse mesmo ano houve uma crise política no Reino Unido com Boris Johnson a assumir a cadeira de Primeiro-Ministro.

Nos inícios de 2020, devido à pandemia e ao grande foco do Reino Unido em negociar um acordo com a União Europeia relativa à sua saída da comunidade europeia, a questão das negociações com a Espanha em torno de Gibraltar não sofreu quaisquer alterações levando a Ministra dos Negócios Estrangeiros Espanhola, Arancha Gonzalez Laya a afirmar numa entrevista à agência Reuters, que “o tempo está a esgotar-se para encontrar um acordo do *Brexit* em Gibraltar”.³⁶

Neste momento a preocupação da Espanha em torno de Gibraltar, está relacionado com a questão fronteiriça, um elemento extremamente importante a nível económico e social para Gibraltar e para a Espanha. Curiosamente esta questão tem um caso similar, que

³⁵ El País (2019). *Espanña y Reino Unido firman el primer tratado sobre Gibraltar desde Utrecht* (on line). Consultado em 1 de Janeiro de 2021 em https://elpais.com/politica/2019/03/04/actualidad/1551704246_742824.html.

³⁶ SWI (2020). *Time running out to find Brexit agreement on Gibraltar, Spain says* (on line). Consultado em 1 de Janeiro de 2021 em <https://www.swissinfo.ch/eng/time-running-out-to-find-brexit-agreement-on-gibraltar--spain-says/46187624>.

é caso da fronteira entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte, que também tem a ver com a questão do *Brexit*, estes dois países poderão ficar sob regimes alfandegários diferentes onde por exemplo, camiões provenientes da Irlanda do Norte rumo à Irlanda (membro da UE), teriam de parar na fronteira para mostrar documentos e inspecionar a carga que possam transportar. Quer este exemplo, quer o caso de Gibraltar com Espanha, são casos que têm de ser resolvidos diplomaticamente pelo executivo de Londres pois o futuro destas duas fronteiras está dependente da forma como o processo da saída britânica da UE irá ser finalizada.

2.2.4 – Negociações do Brexit: Ponto de situação

No que ao *Brexit* diz respeito, como já foi referido anteriormente, neste momento em finais de 2020, ainda estão a decorrer negociações entre Londres e Bruxelas, de forma a que haja uma saída “com acordo” dos britânicos na comunidade europeia. Sendo que os dois executivos têm pouco tempo para alcançar um acordo devido ao facto de o período de transição do Reino Unido terminar no dia 31 de dezembro de 2020, este tópico irá desenvolver-se à medida que vão aparecendo novas novidades sobre o desenvolvimento dessas mesmas negociações.

Com a situação da pandemia que atingiu o mundo nos inícios deste ano de 2020, vários países decidiram investir e virar as suas atenções para questões internas ligadas à saúde pública, às condições dos seus serviços de saúde, à proteção dos seus cidadãos e a questões ligadas à sua economia que tem sido muito prejudicada devido a esta situação. Na Europa, os governos também tiveram o mesmo procedimento sendo que adotaram várias medidas em que uma das que foi implementada foi um *lockdown*, ou seja, um confinamento geral onde todas as pessoas tinham de estar em casa, à exceção daquelas que trabalhavam em serviços essenciais como em hospitais, em supermercados e em forças de segurança.

Na Europa, em inícios de dezembro, já com o Natal e o fim de ano a baterem à porta, a situação da pandemia ainda não está controlada e neste momento o grande foco está na recuperação económica europeia, onde a União Europeia – principalmente a Presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen – tem estado em várias reuniões com os 27 Estados-membros com objetivo de construir um plano de apoio financeiro a fundo perdido para ajudar as empresas e estabilizar a economia europeia, que entrou em queda à custa do *lockdown* provocado pela pandemia. Contudo, existem

outras questões que têm regressado à atualidade internacional como é o caso das negociações entre o Reino Unido e a União Europeia na questão do *Brexit*.

Devido à sua relevância e à questão do prazo de transição do Reino Unido para fora da comunidade europeia terminar no final de 2020, os dois executivos mantiveram-se sempre em negociações de forma a encontrarem uma solução que fosse satisfatória para ambos em questões relacionadas com as regras da concorrência e com os direitos de pesca nas águas britânicas que têm sido o elemento fundamental nestas negociações, contudo, devido ao braço-de-ferro existente, não houve qualquer desenvolvimento nem sinal de acordo o que levou à interrupção das negociações. De acordo com uma notícia publicada pelo jornal *PÚBLICO*, no dia 5 de dezembro de 2020, o Primeiro-Ministro Britânico, Boris Johnson e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, “instruíram (...) os seus negociadores para retomarem as negociações comerciais (...), numa última tentativa de superar as diferenças significativas sobre a futura relação entre as duas partes, a seguir ao período de transição pós-Brexit (...)”.³⁷

Se de um lado está a negociação entre o Reino Unido e a União Europeia, do outro lado está a Espanha que tem estado atenta a todo este processo e que se encontra à espera dos britânicos devido à questão de Gibraltar. No dia 8 de dezembro, numa entrevista ao *POLITICO*, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha afirmou que “é preciso um acordo” e que sem um acordo haverá consequências garantindo que “haverá uma fronteira (...) e que terá impacto nos gibraltinos e nos espanhóis na região”.³⁸

No dia 13 de Dezembro, numa declaração conjunta de Boris Johnson e de Ursula von der Leyen, foi comunicado que ambos tiveram uma conversa por telefone “útil” sobre o futuro relacionamento Reino Unido-União Europeia³⁹. Isto dá a entender que os negociadores não estavam a conseguir avançar com as negociações o que levou a que o Primeiro-Ministro Britânico e a Presidente da Comissão Europeia assumissem o processo negocial, de forma a ser mais fácil levar as negociações a bom porto.

O dia 24 de dezembro de 2020 é uma data que tem um significado muito especial para milhões de pessoas em todo o mundo porque se trata da véspera de Natal. No entanto,

³⁷ PÚBLICO (2020). *Von der Leyen e Boris Johnson pedem último esforço aos negociadores para fechar acordo* (on line). Consultado em 10 de Dezembro de 2020 em <https://www.publico.pt/2020/12/05/mundo/noticia/von-der-leyen-boris-johnson-pedem-ultimo-esforco-negociadores-fechar-acordo-1941920>.

³⁸ POLITICO (2020). *Spain's foreign minister on Brexit: 'We need a deal'* (on line). Consultado em 10 de Dezembro de 2020 em <https://www.politico.eu/article/spain-arancha-gonzalez-laya-eu-brexit-deal-uk/>.

³⁹ POLITICO (2020). *Johnson, von der Leyen agree to continue Brexit negotiations* (on line). Consultado em 14 de Dezembro de 2020 em <https://www.politico.eu/article/brexit-negotiations-continue-after-call-between-leaders/>.

este dia ganha também um novo significado, especialmente para os britânicos. Ora, a cinco dias de terminar o período de transição do Reino Unido, chegou-se, finalmente, a um acordo comercial entre o Reino Unido e a União Europeia. Quer a UE quer o Governo britânico já comunicaram e já publicaram o documento sobre o acordo alcançado.

Neste documento, existem alguns pontos a mencionar e que foram acordados entres os dois executivos. Estes que estão disponíveis *online* na Deutsche Welle (DW)⁴⁰ são:

- Zero tarifas: garante uma transição comercial com preços mais baixos de produtos básicos para os consumidores;
- Viagem sem visto: A liberdade de circulação, o direito de trabalhar, de estudar, de abrir uma empresa ou viver na UE e no Reino Unido, terminará. Contudo o acordo prevê viagens sem visto para visitas de curto prazo de até 90 dias;
- Acordo de pesca UE-Reino Unido;
- Cooperação para segurança e proteção da aviação;
- Cooperação energética;
- Direitos de transporte de veículos pesados de mercadorias;
- Cooperação com a Europol e Eurojust.

Quanto à questão de Gibraltar, ainda não existe acordo, contudo, já houve reações por parte dos chefes dos governos de Espanha e de Gibraltar, o que pode significar que o próximo passo passa por encontrar uma solução relativamente a este processo diplomático que perdura há mais de 300 anos.

Começando pelo lado gibraltino, através da rede social Twitter (Anexo G), o chefe de governo do Rochedo Fabian Picardo felicitou Boris Johnson pelo acordo alcançado afirmando que um Reino Unido forte é o melhor para Gibraltar. No entanto, Picardo lembra que este acordo não é aplicável a Gibraltar e para os gibraltinos o tempo está a passar. Ele finaliza o seu *tweet* ao reforçar a colaboração com o Reino Unido para alcançar um acordo com a Espanha.

Já Pedro Sánchez, também por via Twitter (Anexo H), felicitou a equipa de negociação da União Europeia liderada pelo Comissário Europeu, Michel Barnier, e pela Presidente

⁴⁰ DW (2020). *Brexit: EU and UK publish trade agreement* (on line). Consultado em 26 de Dezembro de 2020 em <https://www.dw.com/en/brexit-eu-and-uk-publish-trade-agreement/a-56062356>.

da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. No entanto, após estas felicitações, Sánchez acabou lembrar os representantes britânicos relativamente a Gibraltar onde afirma que a Espanha e o Reino Unido continuarão a dialogar de forma a alcançarem um acordo relativa ao estatuto do Rochedo.

Embora ainda não haja acordo em relação a Gibraltar, segundo o jornal *El País*, pode já existir um pré-acordo entre o Reino Unido e a Espanha, onde é exigido que os britânicos tenham de mostrar o passaporte à chegada ao Rochedo, e os espanhóis possam circular livremente entre o território gibraltino e o território espanhol.⁴¹

Dia 30 de dezembro, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, assinaram o tratado comercial e de cooperação com o Reino Unido. Também neste dia, a Câmara dos Comuns aprovou o acordo comercial com 521 votos a favor e 73 votos contra.⁴²

Esta aprovação acaba por ser um momento crucial em torno do processo da saída do Reino Unido da União Europeia que dá assim como terminado. A dúvida que ainda persiste neste momento é a questão de Gibraltar que ainda tem estado na mesa das negociações entre os executivos de Londres e de Madrid. Em tão pouco espaço de tempo, ainda não havendo um acordo oficializado entre os dois executivos, há um grande risco de Gibraltar ter um *hard Brexit*, ou seja, uma saída sem acordo, o que pode trazer consequências a partir do dia 1 de janeiro de 2021 a nível económico e social devido à questão fronteiriça.

Este capítulo termina ao chegar o dia 31 de dezembro de 2020, último dia de um ano considerado por muitos como um ano que não foi muito agradável devido à pandemia que atingiu o mundo inteiro. De forma a concluir este ano da melhor forma, neste dia, a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Arancha González Laya, anunciou na rede social Twitter, que foi alcançado um princípio de acordo sobre Gibraltar entre o governo de Espanha e o Reino Unido (Anexo I). Este acordo bilateral que foi anunciado, permite a aplicação do acordo de Schengen a Gibraltar, mas, este acordo será mais desenvolvido no terceiro e último capítulo deste trabalho.

⁴¹ El País (2020). *Gibraltar to have border checks for UK arrivals, not for Spain, if deal is clinched* (on line). Consultado em 26 de Dezembro de 2020 em <https://english.elpais.com/brexit/2020-12-22/gibraltar-to-have-border-checks-for-uk-arrivals-not-for-spain-if-deal-is-clinched.html>.

⁴² Jornal Económico (2020). *Acordo comercial do Brexit aprovado na Câmara dos Comuns com 521 votos a favor e 73 contra* (on line). Consultado em 30 de Dezembro de 2020 em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/acordo-comercial-do-brexit-aprovado-na-camara-dos-comuns-com-521-votos-a-favor-e-73-contra-682125>.

CAPÍTULO 3 – QUAL SERÁ O FUTURO DE GIBRALTAR?

No capítulo anterior, falou-se sobre várias questões ligadas à atualidade do Rochedo, sendo que a questão do *Brexit* foi o assunto com maior destaque devido aos seus impactos sociais e económicos que atingem o território. Nesse capítulo anunciou-se o acordo comercial acordado entre o Reino Unido e a União Europeia, contudo, a questão de Gibraltar ainda continuou fora desse processo, visto que a questão do Rochedo era negociada exclusivamente entre os governos de Espanha e do Reino Unido, algo que foi pedido pela Espanha que ameaçou bloquear o processo da saída britânica da comunidade europeia.

Nos últimos dias de 2020, Espanha e Reino Unido entraram em negociações de forma a encontrar uma solução para o território gibraltino, principalmente na questão da fronteira que liga Espanha a Gibraltar. Nestas negociações falou-se num acordo fronteiriço onde Gibraltar ficava inserido no Espaço Schengen, abrindo livre circulação a todos os cidadãos europeus pertencentes à comunidade europeia e obrigando aos britânicos a mostrar passaporte à chegada ao território gibraltino. Essa proposta acabou por ser levada avante como já foi referido.

Embora este acordo já tenha sido anunciado, com base no que foi abordado no capítulo anterior, neste terceiro e último capítulo do trabalho, procura-se prever os outros possíveis cenários de futuro do atual enclave britânico que são apontados como os mais prováveis de virem a acontecer. Por motivos óbvios, o acordo recentemente alcançado entre a Espanha e o Reino Unido irá ser analisado em primeiro lugar. No que toca aos outros cenários, iram ser mencionados três. Desses três possíveis cenários, dois são considerados como os mais prováveis de acontecer e o outro é considerado como uma carta que não está totalmente fora do baralho e que poder ser uma solução a longo prazo para Gibraltar.

É importante referir que, embora este acordo em torno de Gibraltar tenha sido alcançado, se por acaso não tivesse sido atingido, estes três cenários de futuro que iram ser apresentados, eram os mais prováveis de serem postos em prática. Contudo, visto que já existe um princípio de acordo, uma destas três soluções poderá ser uma solução para discussão num futuro a médio e a longo prazo e que poderá ser o futuro do Rochedo.

3.1 – O Pré-Acordo por Gibraltar

A análise começa pelo primeiro cenário, aquele que foi confirmado no dia 31 de dezembro de 2020

De acordo com o *El País*, neste pacto acordado entre as delegações dos dois países, Gibraltar permanecerá como parte integrante dos acordos da União Europeia e a Espanha terá a responsabilidade de aplicar no território gibraltino as regras de livre circulação entre os 26 países membros da UE, mas nos casos do porto e do aeroporto de Gibraltar, essa tarefa será efetuada pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex) por um período que durará quatro anos. Isto significa que os agentes europeus terão de reportar às autoridades espanholas, que iram ter a última palavra na altura em que forem autorizar a entrada ou conceder um visto de curta duração (90 dias) a uma pessoa que entre no território gibraltino.⁴³

O anúncio deste acordo originou reações de felicitações por parte pessoas ligadas à política espanhola, principalmente de alguns políticos da Comunidade Autónoma da Andaluzia como foi o caso do Presidente Juan Manuel Moreno. No lado internacional, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, Simon Coveney, também felicitou a ministra espanhola e mostrou-se ansioso por trabalhar com ela no ano de 2021.

Em Gibraltar, o *Chief Minister* de Gibraltar, Fabian Picardo, mostrou a sua felicidade pelo anúncio deste pré-acordo. No entanto, no dia 2 de janeiro na rede social Twitter (Anexo J), Picardo mostrou uma posição defensiva, mas de uma forma agressiva contra as autoridades espanholas. Este afirmou que Gibraltar iria decidir quem é que entraria no território gibraltino e que as autoridades espanholas não iriam exercer qualquer controlo no porto e no aeroporto de Gibraltar deixando de forma clara que Gibraltar é a terra dos gibraltinos. Para quem costuma analisar discursos nacionalistas, este *tweet* pode ser um discurso político que é visto normalmente na política em muitos países. Contudo, este tipo de discurso pode ser um discurso (muito) perigoso e pode influenciar, de forma negativa, as relações diplomáticas. Por outras palavras pode ser um feitiço a virar-se contra o feiticeiro.

Neste momento, após ler o *tweet* do líder do Governo de Gibraltar, é possível questionar se não é o Frontex que irá fazer os controlos fronteiriços no porto e no aeroporto de Gibraltar. A resposta é sim. É o Frontex que irá assumir essa responsabilidade. No

⁴³ El País (2020). *España y el Reino Unido llegan a un “principio de acuerdo” para derribar la verja de Gibraltar* (on line). Consultado em 07 de Janeiro de 2021 em <https://elpais.com/espana/2020-12-31/espana-y-reino-unido-llegan-a-un-principio-de-acuerdo-para-eliminar-la-verja-de-gibraltar.html>.

entanto, sendo que ainda existem negociações para concluir o pré-acordo com o Reino Unido, a Espanha propôs que fossem as autoridades espanholas a assumirem esse compromisso, proposta essa que foi logo de seguida rejeitada pela delegação gibraltina e é por isso que Fabian Picardo mostrou publicamente a sua posição nessa matéria, posição essa que pode originar a uma troca de palavras não muito simpáticas entre espanhóis e gibraltinos e que pode deitar por terras este pré-acordo alcançado entre a Espanha e o Reino Unido.

No que toca ao que ficou acordado, Gibraltar continuará a viver a sua vida normal. Além de estar incorporado no Espaço Schengen, Gibraltar continuará a beneficiar dos acordos e das políticas europeias, inclusive do regime aduaneiro de tráfico de mercadorias, sempre com a intermediação e com o apoio da Espanha. Também haverá medidas com objetivo de garantir a concorrência leal nas questões fiscais, ambientais e laborais. Um dado que é importante reter prende-se com a circunstância de na altura em que o Reino Unido era membro da União Europeia Gibraltar não estar inserido no Espaço Schengen e na união aduaneira.

Com base nos outros cenários que iram ser apresentados ao longo deste capítulo, se for feita uma comparação, este acordo que agora está em vigor é um bom acordo. Não é só porque *a priori* satisfaz todos os envolvidos nestas negociações, mas é porque faz com que a vida gibraltina, inclusive a questão da fronteira entre Gibraltar e Espanha, continue normalizada sem qualquer impacto negativo proveniente do *Brexit*, algo que a nível económico e social é extremamente importante.

Este acordo permite uma continuação da vida normal de Gibraltar, ou seja, prolonga a prosperidade vivida no território. No entanto, este acordo acaba por trazer algumas mudanças no contexto político, económico e social.

No contexto político, não existem quaisquer mudanças estruturais no governo. O que muda é a questão de dependência, ou seja, antes Gibraltar estava unicamente dependente do Reino Unido no contexto de defesa e das políticas externas e neste momento, encontra-se dependente do Reino Unido e da Espanha. Esta dependência para com a Espanha é devida ao facto de os espanhóis serem os responsáveis por aplicar as regras da livre circulação do Espaço Schengen no território gibraltino. Esta dependência pode influenciar o futuro do Rochedo em relação à origem de novos conflitos pela disputa do território entre o Reino Unido e a Espanha, ou, em relação à possibilidade de haver uma soberania partilhada, cenário de futuro que irá ser abordado mais à frente.

A nível económico, como já foi referido, o turismo e o comércio iram continuar a desenvolver-se da mesma forma que têm feito. Todavia, no domínio das suas políticas fiscais, existem algumas mudanças mais rigorosas e transparentes. A Espanha, que acabou por ser prejudicada economicamente nesta área devido ao facto de os baixos impostos em Gibraltar terem atraído várias empresas, algumas delas espanholas, faz com que agora, com base neste acordo, haja uma concorrência mais justa e objetiva.

Por fim, no contexto social, este acordo faz com que os espanhóis e todas as outras pessoas provenientes de países pertencentes ao Espaço Schengen, possam circular livremente entre o território gibraltino e a Comunidade Autónoma Espanhola de Andaluzia. No que toca aos britânicos e a outros cidadãos pertencentes a países que não estão inseridos no Espaço Schengen, serão obrigados a mostrar o seu documento de identificação, que será o passaporte. Por um lado, não deixa de ser estranho o facto de Gibraltar sendo um território pertencente ao Reino Unido, com este acordo, a partir de 1 de janeiro de 2021, qualquer britânico que decida viajar para Gibraltar, será obrigado a apresentar o documento de identificação. Já por outro lado, o facto de agora Gibraltar estar inserido no Espaço Schengen e o Reino Unido não estar inserido, acaba por ser um “preço” que os britânicos terão de pagar assim que chegarem ao Rochedo por motivos turísticos ou de negócios.

Este é só um princípio de acordo que ainda é necessário redigir, ou seja, como já foi mencionado anteriormente, ainda estão a decorrer negociações para concluir este pré-acordo. Contudo, existe um risco de tirar conclusões precipitadas, sem sequer esperar para ver o que estará no texto do tratado que está neste momento a ser redigido (Montado, 2021).

De acordo com a *SIC Notícias* (2021), após o acordo ser concluído, a Espanha terá de pedir à União Europeia que este acordo seja consolidado num tratado que, segundo a Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha, González Laya, espera ver finalizado a meio de 2021

3.2 – Soberania partilhada

Com o futuro de Gibraltar em permanecer no Espaço Schengen e a continuar a usufruir das políticas europeias através do princípio de acordo alcançado entre a Espanha e o Reino Unido, importa abordar os outros cenários que podem ser solução no futuro. Dos

outros três, começar-se-á pelo cenário que tem maior probabilidade de ser o futuro de Gibraltar: a partilha de soberania em Gibraltar entre Espanha e Reino Unido.

Esta ideia de haver uma partilha de soberania em Gibraltar já não é nova. Aliás, este é um assunto que já foi abordado no primeiro capítulo sobre a história de Gibraltar, mas será novamente tratado esse processo de forma a que esta ideia fique clara.

Ora, no início do século XXI, mais precisamente em 2002, a Espanha reivindicava a soberania no território gibraltino. As reivindicações que os espanhóis fizeram com que fossem iniciadas reuniões bilaterais entre a Espanha e o Reino Unido de forma a encontrar uma solução em torno do Rochedo que não só satisfizesse as duas delegações, mas também pusesse fim ao conflito diplomático que já perdurava há quase 300 anos.

Nestas negociações bilaterais, Gibraltar acabou por não ser incluído, algo que provocou enormes críticas por parte do governo gibraltino que defendia a sua presença. No entanto, no final destas negociações o Secretário Estado dos Assuntos Externos do Reino Unido, Jack Straw, e a Ministra dos Negócios Estrangeiros espanhola, Ana Palacio propuseram uma partilha de soberania entre os dois países em Gibraltar.

Após esta proposta, o *Chief minister*, Peter Caruana, não concordou com este processo e decidiu realizar um referendo de forma a que o povo gibraltino desse a sua voz sobre a situação que estava a ser vivida. A Espanha e o Reino Unido comunicaram que o referendo não teria valor nenhum, contudo, para os gibraltinos, este referendo era um sinal para os executivos de Madrid e de Londres. Neste referendo que foi realizado em 7 de novembro de 2002, o resultado acabou por ser esmagador com perto de 99% dos gibraltinos a rejeitarem qualquer acordo que envolvesse uma soberania partilhada.⁴⁴

Embora esta proposta já tenha sido falada e até mesmo posta em cima da mesa entre a Espanha e o Reino Unido, existem duas razões para que esta proposta possa ser novamente falada.

Em primeiro lugar, há que ter em conta o princípio de acordo que foi alcançado no dia 31 de dezembro de 2020 e que foi abordado no tópico anterior. Sem dúvida que este acordo é importante para Gibraltar, contudo, em todo este processo de negociação com o Reino Unido, viu-se a Espanha a pressionar os britânicos para encontrar uma solução que ajudasse o povo gibraltino e que salvasse do impacto do *Brexit*. Esta “ajuda” e “preocupação” da Espanha em torno de Gibraltar acaba por ser um passo importante

⁴⁴ Resultados do referendo realizado em 2002 disponíveis em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2400673.stm>.

para uma proximidade entre espanhóis e gibraltinos, o que não deixa de ser positivo. No entanto, esta posição espanhola não deixa de ser uma estratégia diplomática mais calma e serena de forma a alcançarem o prémio pela qual nunca desistiram de ter, que é a própria região de Gibraltar. Esta estratégia diplomática que está agora a ser adotada é diferente da que foi seguida em épocas anteriores, após a perda de Gibraltar para os britânicos, com tentativas de reconquista territorial por meio militar, com medidas e sanções que prejudicavam os habitantes do Rochedo na passagem da fronteira. Devido a essas razões e também ao facto de o Reino Unido ter defendido e desenvolvido o território desde o século XVIII, o maior obstáculo que os espanhóis enfrentam neste momento talvez seja a questão identitária gibraltina que tem uma grande influência britânica que se fez sentir ao longo dos anos, o que faz com que o povo gibraltino queira permanecer sob posse britânica, algo que se viu no referendo realizado em 2002.

Este acordo alcançado significa que Gibraltar estará integrado em políticas da União Europeia através da Espanha e ao mesmo tempo continuará sob jurisdição do Reino Unido. No entanto, há um dado importante a reter que é o facto de este princípio de acordo entre a Espanha e o Reino Unido nada ter a ver com o estatuto do Rochedo. Mas não deixa de ser interessante que este pré-acordo e a proposta de uma soberania partilhada acabam por ter as mesmas características, porque Gibraltar em qualquer uma delas estará sempre dependente dos britânicos na questão das políticas administrativas e estará dependente dos espanhóis na questão europeia sobre a livre circulação de produtos e de pessoas. A única diferença entre ambas é o estatuto, pois, se houvesse uma soberania partilhada, estariam hasteadas três bandeiras: a de Gibraltar, a do Reino Unido e a de Espanha.

A preocupação e o esforço espanhol em arranjar este acordo com o Reino Unido para não prejudicar o povo gibraltino faz com que haja uma aproximação pacífica entre a Espanha e Gibraltar melhorando assim as suas relações, o que pode levar a que a proposta de uma soberania partilhada seja um dia alcançada, dando assim origem a uma partilha territorial em Gibraltar. No entanto pode imaginar-se, num ponto de vista diplomático, que a Espanha faria um ultimato a Gibraltar do género: “Se querem continuar inseridos nas políticas europeias, aceitem uma soberania partilhada”. Se esta situação for analisada com mais atenção, devido ao *Brexit*, Gibraltar sem acordo seria um território que iria ser prejudicado a nível económico e social com a questão da fronteira com a Espanha, neste caso, a fronteira com a Europa. Gibraltar precisaria de uma fronteira com livre circulação de pessoas e de mercadorias para que o turismo e comércio continuasse a crescer. Também é verdade que a Espanha precisa de Gibraltar, pois os salários de Gibraltar são maioritariamente gastos em território

espanhol, ou seja, é dinheiro que entra nos cofres de Espanha, mas será que se a Espanha fizesse este ultimato Gibraltar iria aceitar? Dado às circunstâncias da situação em que o território se encontrava, era provável que fosse aceite devido à questão fronteiriça.

A segunda razão para que esta proposta seja uma possível solução de futuro para o Rochedo é devido à continuidade de Gibraltar na comunidade europeia e de este estar integrado nas leis e políticas europeias. É verdade que já existe um princípio de acordo sobre esta matéria, no entanto, imagine-se que este pré-acordo nunca existiu ou até mesmo, enquanto ainda está para ser oficializado, acaba por cair por terra.

Ora, o facto de Gibraltar ter estado juntamente com o Reino Unido na União Europeia através do Tratado de adesão à UE em 1972, acabou por ter sido uma grande influência a nível económico e social. No ponto de vista económico e financeiro, como já foi referido, Gibraltar acabou por não estar inserido em certos programas europeus, sendo que um deles estaria ligado à política fiscal, o que acabou beneficiar o território gibraltino. Também a livre circulação de pessoas e de mercadorias na fronteira foi um contributo para o crescimento e desenvolvimento do comércio e do sector do turismo. Já no contexto social, a importância de estar inserido na comunidade europeia mostrou-se relevante, algo que ficou comprovado a partir do referendo do *Brexit* realizado em 2016, onde cerca de 96% dos gibraltinos votaram para a permanência do país britânico na União Europeia. Embora Gibraltar tenha ganho benefícios económicos e fiscais ao estar sob administração do Reino Unido e, ao mesmo tempo, sob algumas políticas europeias, este território acaba por ter mais a perder se ficar fora da comunidade europeia. Exemplos disso é a questão da fronteira que acaba por criar um impacto no mercado europeu e nos sectores do turismo e do comércio que podem afetar a vida laboral e financeira dos gibraltinos e dos espanhóis que lá estão a trabalhar. No contexto identitário, é provável que o povo gibraltino também tenha adquirido uma identidade europeísta o que faz com que existe uma preferência em manter-se na União Europeia.

Ora, estes são os dois motivos que fazem com que a proposta de haver uma soberania partilhada em Gibraltar entre o Reino Unido e a Espanha faça sentido. Mais uma vez, é verdade que esta ideia já foi falada e os gibraltinos mostraram-se totalmente contra, no entanto, em pleno ano de 2021, o contexto da situação vivida no território é completamente diferente do que era em 2002. Nesse ano, Gibraltar estava a viver tempos de prosperidade, estava na comunidade europeia e estava a desenvolver-se. É provável que nessa altura os gibraltinos nunca imaginariam que o Reino Unido alguma vez saísse da União Europeia, todavia, com o resultado do referendo do *Brexit* a dar

vitória para a saída britânica, a situação muda e um receio que começa a instalar-se no povo gibraltino que fica com incertezas sobre o seu futuro, algo que veio a confirmar-se em finais de 2020 quando ainda não existia não só um acordo do *Brexit* entre o Reino Unido e a União Europeia, mas também, um acordo relativo à questão de Gibraltar que seria negociada bilateralmente entre o Reino Unido e a Espanha.

Todos os fatores aqui apresentados já não são uma preocupação devido ao princípio de acordo alcançado e que foi analisado no início deste capítulo. Contudo, caso não tivesse havido acordo em torno de Gibraltar, estas preocupações e receios em torno da tornar-se-iam realidade. Mas, imagine-se que a Espanha, mesmo após o fim da data limite das negociações, tentaria reunir-se com o executivo de Londres e assim propor mais uma vez uma partilha de soberania na região, proposta essa que depois iria ser levada a referendo de forma a que os gibraltinos decidissem que estatuto queriam ter. É provável que antes da realização do referendo houvesse campanhas para convencer os gibraltinos na decisão de voto. Possivelmente os espanhóis usariam o trunfo sobre a comunidade europeia e o executivo de Gibraltar teria um discurso antiespanhol, ou seja, um discurso mais defensivo ao proteger o território e a identidade gibraltina da ambição espanhola. Por muitas campanhas que houvesse, a última decisão está e estará sempre no povo, pois no final de tudo, é a vontade do povo que decidirá o seu futuro.

Em torno deste possível referendo é uma incerteza sobre qual seria o resultado. Será que o resultado iria ser parecido com o resultado do referendo realizado em 2002? Será que a questão da Europa iria pesar na decisão de voto e assim o povo gibraltino aceitaria uma soberania partilhada? São questões que ainda não têm resposta, mas que poderão um dia ter caso, por alguma razão, um novo referendo em torno desta questão vier a ser realizado.

Francesco Violi (s.d.) no seu trabalho sobre *Condominiums and Shared Sovereignty*, defende uma teoria interessante sobre a perspectiva de Gibraltar. A teoria apresentada trata-se de uma forma de sistema político federal designado como *condominium* (condomínio), que é um sistema onde existe uma partilha soberana que envolve dois ou mais elementos externos que exercem de forma conjunta uma soberania dentro de uma mesma área territorial. Violi usa o exemplo de Andorra ao afirmar que este território “representa um condomínio que foi estabelecido desde a Idade Média”. Este território também originou um conflito entre dois elementos externos (Conde de *Foix*, Roger-Bernard III, e o Bispo de *Urgell*, Pere d'Urtx) e que foi resolvido em 1278 através de um acordo onde ambos se tornaram soberanos de Andorra. Atualmente, Andorra é um território independente, com um governo próprio, contudo, os chefes de Estado

(Presidente de França e Bispo de Urgell) têm uma função mais cerimonial, mas ambos têm o poder de veto no caso de um deles não aprovar leis. No caso de Gibraltar, Violi, afirma que “Gibraltar tornar-se-ia um coprincipado (por ter dois chefes de Estado como Andorra), e manteria o seu governo autónomo, embora estivesse ligado à União Europeia e ao Reino Unido”.

Se este cenário de uma partilha soberana se concretizasse, o único preço a pagar por parte de Gibraltar era colocar uma bandeira espanhola ao lado da bandeira britânica e apoiar o facto de pertencer a dois Estados (Llaudes et al., 2018). Há que ter a noção de que se um dia Gibraltar ficar encalhado, uma soberania partilhada pode ser uma (boa) solução com condições que permitem a continuidade de uma vida próspera no território.

Anteriormente ao envolvimento da Espanha em torno do *Brexit*, quando a Espanha propôs a soberania partilhada às Nações Unidas, segundo Alex Benady (2014), o líder do Governo de Gibraltar, Fabian Picardo, defendeu que “Gibraltar jamais seria espanhola”. Todavia, com este processo do *Brexit* tendo impactos económicos e sociais em Gibraltar, esta afirmação do atual líder do Governo de Gibraltar pode sofrer alterações devido à questão de a Espanha trazer para Gibraltar alguns benefícios sendo um deles a ligação à Europa.

Para que haja uma soberania partilhada em Gibraltar são necessárias duas coisas. É necessário haver um acordo tripartidário no qual a Espanha, o Reino Unido e Gibraltar possam concordar com a implementação de um estatuto de partilha e também, e não menos importante, é necessário haver vontade dos cidadãos gibraltinos em aceitar viver sob uma soberania partilhada. Este último ponto tem a ver com a cedência do discurso antiespanhol e do orgulho gibraltino em permanecer unicamente com estatuto britânico, pois se Gibraltar não ceder e rejeitar os espanhóis, na altura em que já não tiver os benefícios de estar na comunidade europeia, as consequências poderão ser graves.

Na melhor das hipóteses, esta solução aqui abordada, pode ser uma solução que poderá ser desenvolvida ou posta em prática. No entanto, se o futuro de Gibraltar for positivo em todos os contextos, esta solução pode até mesmo nunca ser implementada por decisão dos gibraltinos.

3.3 – Soberania Britânica

British we are, British we stay é uma parte de uma frase que ficará marcada sobre a identidade de Gibraltar, assunto que foi abordado no segundo capítulo. Será com base

nessa questão da identidade gibraltina que este tópico irá ser desenvolvido. Este tópico que é designado como o terceiro cenário de futuro é definido como a permanência da soberania britânica em Gibraltar, ou seja, é um cenário onde não existe nenhuma alteração relativa ao estatuto do território gibraltino o que significa que é um cenário não traz muitas mudanças significativas no território.

A soberania britânica em Gibraltar é algo que perdura desde a assinatura do Tratado de Utrecht em 1713. Desde essa altura o Reino Unido protegeu e desenvolveu o território à sua maneira e ao seu gosto, embora a existências de algumas tentativas de a Espanha reconquistar o território. Em meados nos anos 60 do século XX, com a questão da descolonização das Nações Unidas, Gibraltar passaria de colónia para um território autónomo continuando com a administração britânica no território e, em 1973 entraria, através do Reino Unido, na Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia) através do Tratado de Adesão assinado em 1972. A Espanha continuaria a reclamar a sua soberania no território gibraltino, o que em 2002 deu origem a um referendo sobre uma soberania partilhada, que foi rejeitada por 99% do povo gibraltino. No fim disto tudo, o seu estatuto permaneceu totalmente britânico até aos dias de hoje.

Com a questão da saída do Reino Unido da União Europeia, Gibraltar ao ter estatuto britânico e ter entrado na comunidade europeia juntamente com o Reino Unido em 1973, também acaba por estar inserido neste processo de saída da UE. No entanto, como já foi referido no capítulo anterior, o Reino Unido estando em negociações com Bruxelas, conseguiu alcançar um acordo para sair a bem da comunidade europeia. No caso de Gibraltar, como já foi referido várias vezes ao longo deste capítulo, um princípio de acordo foi alcançado entre a Espanha e o Reino Unido, com Gibraltar a continuar inserido nas políticas europeias à responsabilidade do executivo de Madrid. No entanto, neste acordo, o seu estatuto foi um tema que esteve fora das conversações embora a Espanha tenha apresentado uma proposta de soberania partilhada, algo que foi rejeitado pelo *Chief Minister* Fabio Picardo, o que significa que esta questão da soberania em Gibraltar permanecerá na mesma, ou seja, Gibraltar continuará sob jurisdição britânica

Ora, a possibilidade de ser imposta uma soberania espanhola no território gibraltino sempre foi algo rejeitado quer pelo executivo gibraltino, quer pela maioria da população residente em Gibraltar em manifestações em pró-Reino Unido (Anexo K).

Esta posição por parte do povo gibraltino é algo que já faz parte da sua identidade que está muito ligada à identidade britânica. O que Gibraltar é hoje decorre do investimento e proteção que o Reino Unido fez, o que contribuiu para o crescimento e

desenvolvimento do território. Por questões socioeconómicas, na circunstância atual, podem ser muito mais vantajosas ao estar sob jurisdição do Reino Unido do que estar sob jurisdição espanhola por razões do nível salarial, de emprego ou do custo de vida. Podem ser por esses motivos, mas, com base do que já foi aqui falado, a questão da identidade parece ser aquela que fala mais alto, pelo menos no caso contra a Espanha. É provável, que se fosse numa situação onde houvesse condições para uma independência no território, o cenário já poderia ser diferente.

O professor Steven Grant afirmou numa entrevista à *Reuters*, que os gibraltinos “só querem ficar como estão neste momento: britânicos”. Defende ainda que não é preciso nada para mudar e espera que “as coisas na fronteira também não mudem”⁴⁵. Isto significa que face à situação vivida em Gibraltar com a questão da saída da União Europeia, o povo gibraltino queria continuar a sua vida normal estando sob soberania britânica e ao mesmo tempo com a fronteira com a Espanha aberta. Ou seja, isto é um bocado parecido com a situação de uma criança que, em vez de escolher um dos dois brinquedos que tem, acaba por escolher ambos porque a criança não quer estar sem um deles.

Se não houvesse o princípio de acordo que foi anteriormente analisado, é provável que numa questão jurídica, se Gibraltar aderiu à União Europeia com o Reino Unido e agora este decide abandonar a comunidade europeia, os gibraltinos que embora preferiram continuar como território britânico, também teriam de abandonar a UE e a sua fronteira passaria a ser controlada. Dito de outra forma, sem um acordo redigido, Gibraltar ao estar sob jurisdição britânica e ao mesmo tempo estando com a fronteira aberta sem qualquer controlo seria praticamente impossível.

No que diz respeito aos impactos em Gibraltar ao permanecer sob posse britânica, se não tivesse sido alcançado o princípio de acordo entre Espanha e Reino Unido, acabariam por haver algumas mudanças. No contexto político não existiria qualquer mudança significativa, mas o mesmo não se pode dizer nos contextos económico e social. A nível económico a mais óbvia é devido à fronteira que passaria a ser controlada, havendo o risco de afastar os turistas provenientes de países de livre circulação em território continental europeu o que iria prejudicar o comércio local e o sector turístico da região. A nível social, com um eventual impacto económico no turismo e no comércio, negócios locais ficariam em risco o que contribuíria para uma possível subida da taxa de desemprego. Mais, com as fronteiras a passarem a ser controladas

⁴⁵ Reuters (2019). *Colony or not, we're British, say Gibraltarians. And keep the border open* (on line). Consultado em 26 de Janeiro de 2021 em <https://www.reuters.com/article/us-britain-eu-gibraltar-idUSKCN1PV2BE>.

entre Gibraltar e Europa, seja por qualquer motivo (lazer ou laboral), os gibraltinos seriam obrigados a apresentar um documento (passaporte ou visto) para que pudessem fazer a travessia.

Todavia, sendo que já existe um acordo em torno de Gibraltar, esta questão já não será um problema, o que fará com que a vida no Rochedo permaneça igual. Ou seja, Gibraltar continuará com o estatuto britânico e estará inserido no Espaço Schengen à conta da Espanha que assumirá a responsabilidade desse compromisso. O facto de continuar tudo na mesma no território em relação à fronteira e ao seu estatuto vai ao encontro do desejo dos gibraltinos, contudo, a partir deste momento os gibraltinos iram estar mais dependentes não só do Reino Unido, mas, como também da Espanha.

Se questionar se uma dependência é algo negativo, depende do ponto de vista. No caso de Gibraltar, e pegando numa parte da afirmação de James Ahiakpor no trabalho *The Economic Consequences of Political Independence: The Case of Bermuda*⁴⁶, o estatuto atual do Rochedo “dá às pessoas um guarda-chuva de segurança sobre o qual podem caminhar nos seus assuntos internos num ambiente de liberdade e estabilidade social e política”. Ou seja, existe um cobertor protetor por parte do Reino Unido que permite que Gibraltar se desenvolva da maneira que satisfaça os interesses dos gibraltinos.

3.4 – Independência de Gibraltar

Em torno de todo este processo sobre Gibraltar que foi contextualizado desde o início deste trabalho, este quarto e último cenário que será agora abordado é um cenário que ainda não foi muito falado publicamente pelos meios de comunicação e, inclusivamente, pelos responsáveis dos governos de Espanha, Reino Unido e de Gibraltar, durante o processo da saída britânica da comunidade europeia. Isso pode dever-se ao facto de haver outros cenários que sejam mais favoráveis num contexto socioeconómico, tais como os cenários que foram mencionados anteriormente e que são os que têm maior probabilidade de ser uma solução para o Rochedo.

Ora, ao longo da história, inúmeros territórios, que antigamente eram colónias e que tinham soberania de outros Estados externos, ganharam uma autonomia política com um governo próprio, uma autonomia económica forte e sustentável e uma autonomia

⁴⁶ Ahiakpor, J.C.W. (s.d.). *The Economic Consequences of Political Independence: The Case of Bermuda*. Vancouver: Fraser Institute. pp. 71-72. Disponível em <https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/consequences-of-political-independence-case-of-bermuda.pdf>.

social com a existência de uma identidade e de uma cultura própria. Esses elementos são importantes para que um determinado território tenha a independência. Alguns territórios não tinham algumas destas características devido a várias razões: por estarem muito ligados e dependentes ao seu Estado administrador/colonizador, por serem territórios que estariam a ser disputados ou administrados por dois Estados (caso da Togolândia)⁴⁷, ou, por simplesmente não terem ou só começaram a ter após a independência a partir da Declaração da Descolonização que foi adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas.

A independência é definida como a forma como vivemos a nossa vida dentro das capacidades, meios, valores e preferências pessoais, ou seja, é uma liberdade de escolha, de autodeterminação e de autonomia de interferências externas (Turbull & Turnbull, 1985, p. 108).

Neste ponto, convirá dizer que autonomia não é sinónimo de autodeterminação ou de independência, algo que só acontece quando “um grupo com identidade pretende separa-se de um Estado existente e assumir o lugar independente e separado para o qual sente vocação e capacidade” (Moreira, 2005, p. 270).

Para haver uma independência em Gibraltar é necessário que essa vontade seja proveniente do Governo do Reino Unido, no caso de não querer mais o território, ou do povo gibraltino, com a criação ou existência de movimentos independentistas como acontece por exemplo na Catalunha, em Espanha. Na maioria das vezes, estas organizações independentistas são organizações que estão insatisfeitas com o Estado, com as suas leis, com o funcionamento das suas instituições administrativas e se a sua região não precisar do seu administrador (que é o Estado) e conseguir sobreviver e até mesmo desenvolver-se de forma autónoma, a independência acaba por ser defendida por estes movimentos. No caso da Catalunha, as pessoas estão “fartas do sistema solidário”, onde uma fatia da fortuna catalã, é transferida para as outras comunidades espanholas (Fernandes, 2019). Para Gibraltar ter este tipo de organização popular, era necessário que houvesse (muitas) pessoas insatisfeitas com as políticas do Reino Unido em torno do Rochedo e, claro, não querer estar sob uma possível jurisdição de Madrid.

Para um determinado Estado ser independente, existem algumas características que são essenciais: território, povo e poder político. Estas três características acabam por estar interligadas uma com a outra. Diogo Freitas do Amaral (2019), defende que estas

⁴⁷ Conhecido nos dias de hoje como a República Togolesa (Togo). Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o território foi conquistado pelos britânicos e franceses aos alemães, e foi dividido em dois: Togolândia britânica e Togolândia francesa.

características do Estado não “deixam de revestir uma dimensão jurídica”, e afirma que, é o “direito constitucional” que estabelece as circunstâncias da prática do “poder político – que tem de ser efetivo para poder haver reconhecimento internacional” - onde exerce uma autoridade política a um certo grupo de pessoas (o “povo”) num dado espaço (“o território”).

O reconhecimento de independência a um território com essas características não depende de um só país, ou seja, olhando para Gibraltar, este não depende só do Reino Unido. Qualquer país pode reconhecer individualmente cada país, mas o maior prémio está no reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas pois existem grandes benefícios, tais como: a proteção do direito internacional, o acesso a empréstimos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o controlo sobre as fronteiras⁴⁸. Caso Gibraltar consiga num futuro próximo a sua independência, o processo seria inicialmente tratado com o Reino Unido, visto que é o seu país administrador, e depois teria de ser levado para análise e aprovação por parte das Nações Unidas. Como qualquer processo para a construção de um Estado independente, este iria trazer mudanças estruturais nos vários campos desde a política à sociedade no Rochedo.

Em termos políticos, a nível interno, se o Reino Unido concedesse a independência a Gibraltar, em primeiro lugar, o Governo assumiria de forma total o compromisso de todas as pastas administrativas, o que inclui aquelas estavam sob responsabilidade do Reino Unido (Defesa e Assuntos Externos). Em segundo lugar, a Constituição viria a ser mudada, contudo o Reino Unido provavelmente iria fazer o mesmo que fez quando deu a independência ao Canadá, à Austrália, à Nova Zelândia e a outros 13 territórios que foram colónias britânicas, que foi ter a monarca Inglesa como Chefe de Estado. Neste caso seria a Rainha Isabel II. Já a nível externo, primeiramente, como já foi referido anteriormente, a independência teria de ser reconhecida pela comunidade internacional, principalmente pela Organização das Nações Unidas. Em segundo, caso fosse reconhecida a independência, o Governo de Gibraltar tinha de ter como prioridade a sua integração em duas comunidades que seriam cruciais para o seu desenvolvimento e cooperação com outros Estados: a União Europeia e a Commonwealth.

A questão de estar na União Europeia para os gibraltinos é importante e isso verificou-se através do resultado do referendo do *Brexit* realizado em 2016, onde a grande larga maioria defendeu a permanência do Reino Unido na UE. No entanto, há que ter em

⁴⁸ BBC News (2017). *How do you start a country?* (on line). Consultado em 22 de Janeiro de 2021 em <https://www.bbc.com/news/world-40803430>.

mente que este território saiu oficialmente com o Reino Unido da comunidade europeia.

Pergunta: Como voltaria a estar inserido na União Europeia?

Pegando no exemplo do Reino Unido, neste momento o país britânico é considerado um país terceiro, ou seja, é um “país que não é membro da União Europeia, bem como um país ou território cujos cidadãos não gozam do direito da União Europeia à livre circulação”⁴⁹. No entanto, se os britânicos decidirem querer regressar à comunidade europeia, estes voltariam a juntar-se através do artigo 49 do Tratado de Maastricht (1992), que diz respeito a uma parte do processo da adesão à UE. Ou seja, Gibraltar caso fosse um Estado independente, se quisesse aderir teria de seguir este mesmo processo. Em relação ao artigo 49, este estabelece que qualquer país que se candidate à União Europeia tem de ser um Estado Europeu, tem de respeitar e promover os valores que estão presentes no artigo 2 como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito, os direitos humanos, o pluralismo, a justiça, a não discriminação, a tolerância e a solidariedade e, a sua candidatura tem de ser aprovada de forma unânime no Conselho Europeu e de forma maioritária no Parlamento Europeu⁵⁰. Em relação à outra parte do processo de adesão à comunidade europeia, esta está estabelecida no critério de Copenhaga (1993), que diz respeito a uma “economia de mercado viável e capacidade para fazer face à pressão da concorrência e às forças de mercado na UE, a uma estabilidade das instituições que garantem a democracia, o Estado de direito, os direitos humanos e o respeito e proteção das minorias e capacidade de assumir as obrigações inerentes à adesão, incluindo a capacidade de implementar eficazmente as regras, normas e políticas que constituem o corpo legislativo da UE, e adesão aos objetivos da união política, económica e monetária”.⁵¹

No que toca à questão de economia de mercado, existe a dúvida se a economia gibraltina consegue ter capacidade para estar equilibrada com outros mercados, pois sendo um território muito pequeno, se for um país independente o elemento económico pode ser um grande obstáculo. No entanto, se conseguir ultrapassar esse obstáculo, Gibraltar pode ser um Estado-membro como Malta, que também é um território soberano de pequena dimensão. Todavia, caso Gibraltar não tente a adesão à União Europeia, pode seguir o exemplo do Principado de Liechtenstein.

⁴⁹ Definição consultada no site oficial da Comissão Europeia em https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european_migration_network/glossary_search/third-country_en.

⁵⁰ Institute for Government (s.d.). *Article 49: rejoining the EU* (online). Disponível em <https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/article-49-rejoining-eu#:~:text=What%20is%20Article%2049%3F,set%20out%20by%20Article%2049..>

⁵¹ EUR-Lex (s.d.). *Accession Criteria (Copenhagen Criteria)* (on line). Disponível em https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession_criteria_copenhagen.html.

O Principado do Liechtenstein e a União Europeia, têm uma parceria política e económica que foi estabelecida a partir do contexto do Acordo da Área Económica Europeia (1994)⁵², à qual o Liechtenstein aderiu em 1995. É com base nesse acordo que este país participa no mercado interno e nos programas e agências da União Europeia, estabelece um diálogo regular sobre assuntos relacionados com a política externa e contribui financeiramente para a coesão social e económica na UE. Mais, desde 2011 que o Principado do Liechtenstein está inserido no Espaço Schengen, o que significa que as fronteiras não são controladas, ou seja, existe uma livre circulação⁵³. No que toca à moeda utilizada, o Franco suíço é a moeda oficial, ou seja, ao contrário de casos como Andorra, Mónaco e São Marino – Estados esses que têm acordos de cooperação com a UE, mas não participam no mercado único europeu - o Euro não é a moeda corrente neste pequeno país.

As características do modelo do Principado do Liechtenstein, poderão ser utilizadas em Gibraltar, caso não consiga a sua adesão como Estado-membro da União Europeia. Em primeiro lugar, o executivo gibraltino poderia fazer um acordo de cooperação com a comunidade europeia, acabando por estar inserido no Espaço Económico Europeu onde abrange as chamadas *quatro liberdades*: a livre circulação de bens, de capitais, de serviços e de pessoas/trabalhadores⁵⁴. Relativamente à questão fronteiriça que é um elemento importantíssimo para a vida social e económica da região, Gibraltar poderia também estar inserido no Espaço Schengen, o que facilitaria no controlo de fronteiras para quem viesse de Espanha e de outros países pertencentes à área Schengen, por qualquer meio de transporte de passageiros (avião, veículo ligeiros de passageiros e veículo pesado de passageiros). Por fim, em relação ao elemento da moeda corrente, sendo que o atual é a Libra de Gibraltar, tal como Liechtenstein, Gibraltar pode preferir não aderir à moeda única europeia, que é o euro.

É neste contexto europeu que Gibraltar acaba por ter dois caminhos: estar dentro da comunidade europeia ou estar integrado em políticas de cooperação com a própria União Europeia. Pelas razões que já foram mencionadas, dificilmente Gibraltar, ao ser independente, iria querer ficar de fora da Europa, pois se ficasse sozinho, os impactos

⁵² Acordo reúne os Estados-Membros da EU e três Estados-Membros da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) - Islândia, Liechtenstein e Noruega – num mercado único. Informação encontra-se disponibilizada em <https://www.efta.int/eea/eea-agreement>.

⁵³ EEAS (European External Action Service) (2016). *Liechtenstein and the EU* (on line). Consultado em 23 de Janeiro de 2021 em https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/7701/liechtenstein-and-eu_en.

⁵⁴ EFTA (s.d.). The Basic Features of the EEA Agreement (on line). Consultado em 23 de Janeiro de 2021 em <https://www.efta.int/eea/eea-agreement/eea-basic-features#:~:text=What%20is%20the%20European%20Economic%20Area%3F,-The%20European%20Economic&text=It%20covers%20the%20four%20freedoms,included%20in%20the%20EEA%20Agreement>).

seriam negativos e o projeto europeu é capaz de contribuir para o desenvolvimento social e económico de um determinado Estado.

Passando para o caso da Commonwealth, embora esta seja uma organização que esteja muito focada na defesa e na promoção dos direitos humanos, da Democracia e da Boa Governação, do Comércio Livre e da Paz Mundial, esta pode ser uma organização importante para Gibraltar não só na questão em volta destes valores e objetivos que são defendidos pela Commonwealth, mas também pela cooperação económica com os outros Estados-membros mais fortes e desenvolvidos como a Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Reino Unido, Chipre, Malta, entre outros países.

Como em qualquer organização intergovernamental, são precisos requisitos para que um determinado Estado possa candidatar-se e conseguir entrar. Os princípios e critérios de entrada para a Commonwealth não são muitos. No total são necessários cumprir seis critérios estabelecidos pela organização. Quatro desses critérios dizem respeito à promoção da democracia e à defesa dos direitos humanos que são valores defendidos e promovidos pela organização. Em relação aos outros dois, são critérios mais específicos que dizem respeito ao processo de candidatura para a Commonwealth. Esses dois critérios são:

- Associação constitucional histórica com um atual membro da organização;
- Utilização da língua Inglesa para as relações inter-commonwealth e aceitar a Monarquia Britânica como chefe simbólica da organização.⁵⁵

Analisando estas duas alíneas, caso Gibraltar for um Estado independente, a sua candidatura conseguiria ser aprovada. No caso da alínea a), Gibraltar tem uma associação histórica com o Reino Unido que é um Estado-membro da Commonwealth. Já na alínea e), Gibraltar tendo o inglês como língua oficial, o facto de usar a língua inglesa para as relações diplomáticas com os outros Estados-membros da Commonwealth não seria um obstáculo. No caso de ter de aceitar a rainha Isabel II como a chefe da organização, provavelmente não seria problema para Gibraltar, visto que, caso consiga a independência, provavelmente o sistema político não será uma República e irá ser como os casos de Canadá, Austrália e Nova Zelândia que têm neste momento, a própria rainha Isabel II como Chefe de Estado.

⁵⁵ Critérios de entrada à Commonwealth encontra-se disponível no site oficial em <https://thecommonwealth.org/about-us/joining-the-commonwealth>.

Além da cooperação económica e política na Commonwealth, existe também uma outra razão para uma aproximação de Gibraltar a esta organização. Essa razão tem a ver com a ligação identitária com os britânicos, que já foi abordada neste capítulo sobre a soberania britânica. Em 31 de janeiro de 2020, Gibraltar realizou uma cerimónia onde se despediu da União Europeia e hasteou a bandeira da Commonwealth em substituição da bandeira da comunidade europeia (Anexo L).⁵⁶

Não deixa de ser verdade que a ligação à Commonwealth tenha a ver com o facto de Gibraltar estar neste momento sob soberania britânica. Ou seja, sendo que o Reino Unido é membro fundador da Commonwealth, Gibraltar enquanto território britânico acaba por estar associado a esta organização da mesma forma que esteve associado à União Europeia com o país britânico. Esta associação à Commonwealth significaria quem com a saída oficial da comunidade europeia e com a permanência da soberania britânica, o Rochedo teria três bandeiras hasteadas: a de Gibraltar, a do Reino Unido e a da Commonwealth. Para o caso de Gibraltar conseguir um dia a sua independência, no futuro duas destas bandeiras permanecerão, sendo que a bandeira do Reino Unido poderá ser substituída pela bandeira da União Europeia.

É desta forma que seja possível que uma possível independência se concretize com base no que foi aqui abordado. No entanto, uma eventual independência de Gibraltar não é de todo boa, pois existem riscos que podem trazer sérias consequências para o Rochedo.

Em primeiro lugar, comecemos pela Espanha. Como já foi referido inúmeras vezes ao longo do capítulo, desde a altura em que os espanhóis perderam Gibraltar para os britânicos durante a Guerra da Sucessão Espanhola nos inícios do século XVIII, a Espanha manteve-se sempre na linha da frente reclamando várias vezes a sua soberania no território. O direito de preferência estabelecido no Tratado de Utrecht acabou por ser mais um motivo para a Espanha estar na luta por Gibraltar porque se o Reino Unido um dia quiser dar ou vender o território gibraltino e se houver interesse por parte de países como Espanha, Marrocos e Portugal - que são os países mais próximos de Gibraltar - a Espanha terá direito de preferência em adquirir o Rochedo.

Não deixa de ser verdade que o elemento do direito de preferência que está vinculada no artigo 10 do Tratado de Utrecht é importante, no entanto, se o Reino Unido preferir dar a independência ao território gibraltino, o que ficou acordado no tratado fica

⁵⁶ Spain's news (2020). *Gibraltar says goodbye to the EU with the downfall of the European flag* (on line). Consultado em 25 de Janeiro de 2021 em <https://spainsnews.com/gibraltar-says-goodbye-to-the-eu-with-the-downfall-of-the-european-flag/>.

totalmente sem efeito. Neste sentido, Madrid pode acionar mecanismos para impedir esse processo o que pode dar origem a mais um conflito diplomático entre espanhóis e britânicos em torno do Rochedo.

Todavia, existe também uma outra questão que a Espanha pode usar como trunfo contra Gibraltar que é a questão da União Europeia. Se por acaso Gibraltar tentar aderir à União Europeia enquanto Estado-Membro, no Conselho Europeu é preciso haver unanimidade e neste caso, se a Espanha quiser, pode vetar e assim impedir Gibraltar de aderir à organização europeia. Mais, é que em torno disto, há um receio de que a Espanha possa ultrapassar outra vez a linha vermelha ao tentar pressionar os gibraltinos causando situações que sejam prejudiciais para os gibraltinos, como já aconteceu em relação à fronteira que divide Gibraltar e Espanha, que é algo extremamente importante para a vida económica e social do território gibraltino. No fim disto tudo, o elemento político da Espanha é aquele que pode trazer impactos negativos em contextos sociais, económicos e de política externa de Gibraltar.

Por fim, o outro risco é a independência económica. Ora, a economia gibraltina já foi um assunto abordado no segundo capítulo onde foram apresentadas as suas características. Se se recuar um pouco ao que foi abordado sobre a economia de Gibraltar, este pequeno território não possui produção agrícola. Contudo, é no sector terciário onde os sectores do turismo, do comércio e dos serviços financeiros, são os que mais contribuem para o produto interno bruto (PIB) gibraltino.

Uma economia sólida onde os lucros são superiores aos gastos e capaz de atrair investimento (interno ou externo) é importante para qualquer território que seja ou que queira ser independente. Contudo, se houver problemas políticos com a Espanha a nível fronteiriço, há consequências que podem afetar a economia da região levando a que não haja capacidade para que seja fornecido um bem ou um serviço a quem procura usufruir dele. Segundo Alfred Mill (2020) os economistas indicam que essa situação é definida como *falha de mercado*". Se houver essa falha, o sector terciário, que é sector com maior rendimento para a economia gibraltina, pode sofrer sérias consequências.

No entanto, não é só na questão externa que a economia gibraltina pode vir a ter consequências. Existe um sector que não entra nas contas gibraltinas e que está à responsabilidade do Reino Unido que é a defesa do território.

Com base no que está estabelecido na Constituição de Gibraltar, o Governo de Gibraltar tem o poder de decisão administrativa em todas as pastas à exceção dos assuntos externos e da defesa do território que estão sob responsabilidade do Reino Unido. Ou

seja, com uma independência, o executivo gibraltino assumiria também os custos da defesa do seu próprio território que são assumidos até à data pelos britânicos.

A questão que se pode colocar aqui é se Gibraltar consegue arcar com os custos de uma eventual independência. Por um lado, pode acreditar-se que Gibraltar consegue. No entanto, por outro lado, existem duas questões que podem contradizer a resposta à questão colocada e ambas estão relacionadas com dependência. A primeira é que a economia está muito dependente da situação fronteiriça, ou seja, para o turismo e comércio continuarem a crescer é preciso que haja uma fronteira com livre circulação. Já a segunda é que durante mais de 300 anos, Gibraltar esteve sempre dependente do Reino Unido. O país britânico assumiu custos adicionais, como foi e é o caso da defesa do território que já foi mencionado. Houve sempre um apoio, uma proteção por parte de Londres. Ou seja, estas razões levam a que haja um risco para que Gibraltar não esteja (ainda) preparada economicamente para autossustentar-se.

São inúmeros os desafios que o governo e o povo gibraltino irão atravessar caso consigam um dia a independência. No entanto, esta solução não é impossível de vir a acontecer num futuro, ainda que não muito próximo. em Gibraltar. Sendo que uma possível independência estará dependente de fatores externos, a solução pode estar na sorte e na eficácia do trabalho diplomática que o executivo vier a assumir.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, passou-se pela história, onde foi contextualizado cada passo dado desde o início do conflito diplomático entre a Espanha e o Reino Unido pelo Rochedo, abordando pelo meio o artigo X do Tratado de Utrecht de 1713. Passou-se, também, pelo presente, onde foi feita uma análise sobre a situação atual de Gibraltar, inclusive a questão do *Brexit* que viria a ter impacto económico e social no território. E, por fim, viajou-se pela análise sobre os possíveis cenários de futuro, sendo que um deles já entrará em vigor embora ainda falte redigir o princípio de acordo alcançado a 31 de dezembro de 2020 entre a Espanha e o Reino Unido.

Se se recuar até à introdução deste trabalho, a pergunta de partida lançada para o desenvolvimento do mesmo foi sobre qual seria o futuro de Gibraltar. À primeira vista, a resposta para esta pergunta acaba por ser óbvia, devido ao que já foi abordado no segundo e no terceiro capítulo, com o anúncio do pré-acordo alcançado entre as delegações espanhola e britânica. Este acaba por ser uma boa solução para Gibraltar, pois continuará com o estatuto britânico e estará inserido no Espaço Schengen e de políticas europeias sob responsabilidade espanhola o que permitirá o normal funcionamento da vida na região.

Todavia, as probabilidades de sucesso em volta deste acordo são 50/50. Ou seja, significa que este acordo pode ter resultados positivos principalmente na questão das relações entre Espanha e Gibraltar, no entanto, derivado às trocas de palavras acesas entre os Governos de Gibraltar e de Espanha relativamente à questão da soberania, algo que a Espanha tem tentado impor no território gibraltino, faz com que exista uma ameaça nas relações entre os dois executivos fazendo com que este acordo não seja um acordo duradouro. Dito isso, cenários como a continuação de uma soberania britânica ou a possível independência, podem ser uma solução alternativa para caso o acordo e as relações com a Espanha caiam.

Ao longo da história de Gibraltar, o território gibraltino, sendo um território com uma localização estratégica, foi um território que esteve sempre envolvido em disputa territorial, seja a nível militar ou a nível diplomático, por outros povos e nações. Não foram muitos os momentos de prosperidade que garantissem uma paz duradoura no território gibraltino. O ponto mais alto de um conflito em Gibraltar foi no Grande Cerco de Gibraltar (1779-1783), onde a Espanha e a sua aliada, a França, tentaram capturar

o território gibraltino ao Reino Unido, que estava sob sua posse desde o Tratado de Utrecht. Desde essa altura, Gibraltar tem estado no meio de um conflito diplomático entre espanhóis e britânicos, conflito esse que perdura exatamente desde a assinatura do próprio tratado.

Comparando o que foi estabelecido no artigo X do Tratado de Utrecht com a situação atual que se está a viver em Gibraltar, as probabilidades ou o sonho da Espanha ter uma soberania totalitária em Gibraltar, são muito baixas ou até mesmo nulas. Por questões de uma identidade própria e de uma afiliação ao Reino Unido, a proposta de haver uma soberania espanhola no território é sempre rejeitada respetivamente pela população e pelo executivo gibraltino que tem assumido maioritariamente uma posição defensiva contra Madrid. Mais, até mesmo uma proposta de haver uma soberania partilhada foi recusada e exemplo disso está na realização do referendo em 2002. É verdade que, pelo que está estabelecido no artigo X do Tratado de Utrecht, a Espanha tem o direito de preferência, caso o Reino Unido não queira mais o Rochedo e decida dar ou até mesmo vender. Mas, quando os britânicos deixarem de ter interesse no Rochedo e o desejo em não ter uma soberania espanhola ainda permanecer em Gibraltar, a última solução que pode ser posta em vigor será o cenário de independência, o que deita o artigo X do Tratado de Utrecht para o esquecimento. Por isso, é muito difícil a Espanha conquistar novamente o território gibraltino o que faz com que o cenário de uma soberania espanhola totalitária não seja, por enquanto, um cenário de futuro para Gibraltar.

No que diz respeito à proposta de uma soberania partilhada, esta estará muito dependente do desenrolar do pré-acordo que foi alcançado entre o Londres e Madrid. Se este princípio de acordo tiver sucesso, Gibraltar pode abrir-se mais à Espanha, o que faz com que as probabilidades de haver uma soberania partilhada sejam altas. Caso contrário, se as relações entre Gibraltar e Espanha ficarem “azedadas”, ou seja, se originarem um conflito entre ambos os executivos, as consequências podem ser profundamente danosas havendo o risco de o acordo cair. E se este cair, a intenção da Espanha impor a sua soberania no Rochedo com uma soberania partilhada com o Reino Unido - que era e é a sua melhor hipótese -, será um cenário que não virá a acontecer num futuro próximo sendo que não valerá a pena perder tempo para ser discutido.

Dos cenários de futuro que foram aqui apresentados e que são apontados como os mais prováveis de acontecer no futuro, qualquer que seja a solução escolhida, os governos de Espanha, do Reino Unido, e principalmente de Gibraltar, têm de ter em mente que qualquer que seja a solução escolhida, esta tem de servir e proteger respetivamente a

população gibraltina e os interesses económicos do Rochedo. Tem de ser uma solução que salvaguarde o desenvolvimento da região, que preserve a própria identidade da região, que traga prosperidade e também que ponha fim a este conflito diplomático em torno do território que perdura há mais de 300 anos.

Por fim, de forma a concluir este trabalho, há um último dado que é importante referir que e que tem a ver com a importância da diplomacia em torno deste processo.

É verdade que esta fogueira diplomática entre espanhóis e britânicos ainda permanece acesa desde a altura em que a Espanha perdeu o território gibraltino para o Reino Unido, mas, o facto de Madrid ter trabalhado arduamente com o executivo de Londres para que um acordo fosse alcançado entre ambos de forma a que o povo gibraltino não sofresse consequências com a questão do *Brexit*, foi algo que retrata o que é a diplomacia e de que forma é que ela funciona dentro das variadas circunstâncias, seja num contexto bilateral ou num contexto multilateral.

Para que esta questão em torno do Rochedo fique resolvido é necessário que haja uma boa diplomacia. É necessário que estejam presentes três elementos nas negociações: Reino Unido, Espanha e Gibraltar. Este último tem de estar presente nas negociações porque os gibraltinos também têm direito de usar a sua voz e é necessário que os executivos de Londres e de Madrid entendam isso.

Todavia, Pinto (2015, p. 18) lembra que “como Foucault teorizou, os três eixos que norteiam a ação humana – do saber, do poder e da ética – não são fáceis de interligar de uma forma assertiva”. O caso de Gibraltar aqui analisado prova que o mesmo se passa com os três eixos das relações internacionais: normativo, polemológico e economicista. Afinal, a diplomacia é a continuação da guerra por outros meios.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, J. (2018). *Os casos de Ceuta e Gibraltar na fronteira entre a África e a Europa*. Identidades em territórios de fronteira (pp. 285-302). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

Ahiakpor, J. (s.d.). *The Economic Consequences of Political Independence: The Case of Bermuda*. Vancouver: Fraser Institute. Retirado em <https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/consequences-of-political-independence-case-of-bermuda.pdf>.

Amaral, D. et al. (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa: Bertrand Editora.

Ayala, I. & Bell, J. (1845). *The History of Gibraltar: From the Earliest Period of Its Occupation by the Saracens*. Londres: William Pickering.

Brotóns, A. (2015). Gibraltar. *Cuadernos de Gibraltar – Gibraltar Reports*, nº1, pp 13-24.

Bueno, E., Freire, M. & Oliveira, V. (2017). *The Historical Origins of Diplomacy and the Evolution of the Concept of Diplomatic Protection of Citizens Abroad*. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, vol. XVII, pp. 623-649. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/pdf/amdi/v17/1870-4654-amdi-17-00623.pdf>.

Drinkwater, J. (1785). *A History of the Late Siege of Gibraltar: With a Description and Account of that Garrison, from the Earliest Periods*. Londres: s.e.

Gilotay, S. (2018). *Ser gibraltarino, Estudo exploratório sobre a cultura e identidade dos residentes em Gibraltar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Aberta, Lisboa, Portugal.

Hromiaková, M. (2015). *Gibraltar and its Significance for Britain and its Inhabitants*. (Tese de Licenciatura, Universidade da Boêmia Ocidental, Plzen, República Checa). Recuperada em <https://core.ac.uk/download/pdf/295575276.pdf>.

Klimeš, R. (2011). *Gibraltar: The Rock with its own Symbols*. Recuperado em <https://nava.org/wp-content/uploads/2015/03/icv24klimes.pdf>.

- Lincoln, S. (1994). *The Legal Status of Gibraltar: Whose Rock is it Anyway?*. Fordham International Law Journal (Volume 18), pp. 285-331.
- Llaudes, S.; Molina, I.; Iglesias, M. & Steinberg, F. (2018). *Spain and the prospect of Brexit*. Real Instituto Elcano, Madrid, Espanha.
- Luna, J. (1944). *História de Gibraltar*. Madrid: Gráficas Uguina. pág. 298, em: Olmedo, C. (2003) *La cuestión de Gibraltar: Orígenes del problema y propuestas de restitución (1704-1900)* (Tese de Doutoramento). Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid. Recuperado em <https://eprints.ucm.es/id/eprint/3714/>.
- Meerts, P. (2015). *Diplomatic Negotiation Essence and Evolution*. The Hague: Clingendael Institute.
- Mill, A. (2020). *Economia – Tudo o que precisa de saber*, 4ª edição, Lisboa: Jacarandá.
- Miller, V. (2006). *Gibraltar: diplomatic and constitutional developments*. House of Commons Library.
- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Olmedo, C. (2003). *La cuestión de Gibraltar: orígenes del conflicto y propuestas de restitución (1704- 1900)* (Tese de Doutoramento). Universidad Complutense de Madrid. Retirado em <https://eprints.ucm.es/3714/>.
- Pinto, J. (2015). *O Poder em Portugal. Partidos e cidadãos: espaço para dois?*. Coimbra: Almedina.
- Sayer, F. (1862). *The History of Gibraltar and of Its Political Relation to Events in Europe*. Londres: Saunders, Otley, & CO.
- Turbull, A. & Turnbull, R. (1985). Developing Independence. *Journal of Adolescent Health Care* (volume 6). pp. 108-119.
- Valle-Gálvez, A. (2015). *The Gibraltar crisis and the measures, options and strategies open to Spain*. In Cuadernos de Gibraltar, *Gibraltar Reports* (pp. 135-147).
- Waibel, M. (2009). *Gibraltar*. Retirado a 09 de Setembro de 2020 em https://www.researchgate.net/publication/228227881_Gibraltar.

WEBGRAFIA

Agência Lusa (2006). *Pacote "histórico" de acordos sobre Gibraltar assinado hoje em Córdoba* (on line). Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pacote-historico-de-acordos-sobre-gibraltar-assinado-hoje-em-cordoba_n131700.

Archer, L. (s.d.). *The Rock* (on line). Disponível em <https://www.lukearcherphotography.co.uk/portfolio/the-rock/>.

BBC News (2017). *How do you start a country?* (on line). Consultado em 22 de janeiro de 2021 em <https://www.bbc.com/news/world-40803430>.

BBC News (2019). *Boris Johnson: First speech as PM in full* (on line). Acedido em <https://www.bbc.com/news/uk-politics-49102495>.

Benady, A. (2014) *Fabian Picardo on getting his message to the world: "Gibraltar will never be Spanish"* (on line). Consultado em 3 de dezembro de 2020 em <https://www.prweek.com/article/1228350/fabian-picardo-getting-message-world-gibraltar-will-spanish>.

Canessa, A. (2018). *Gibraltar: how Brexit could change its sense of British identity* (on line). Consultado em 10 de janeiro de 2021) em <https://theconversation.com/gibraltar-how-brexit-could-change-its-sense-of-british-identity-107656>.

Chipulina, N. (s.d.). *1256 - The Guzmán Family - The First Ten Sieges of Gibraltar* (on line). Disponível em https://gibraltar-intro.blogspot.com/2014/03/1256-guzman-family-first-ten-sieges-of_29.html.

Commonwealth. *Joining the Commonwealth* (on line). Disponível em <https://thecommonwealth.org/about-us/joining-the-commonwealth>.

Culatto, J. (2020). *Gibraltar to get £500 million UK-Backed loan to fight Covid-19* (on line). Disponível em <https://www.theolivepress.es/spain-news/2020/11/19/gibraltar-to-get-500-million-uk-backed-loan-to-fight-covid-19/>.

DN/Lusa (2019). *Gibraltar recusa pedido dos EUA para reter petróleo iraniano* (on line). Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/gibraltar-recusa-pedido-dos-eua-para-reter-petroleiro-iraniano-11218213.html>.

DW (2020). *Brexit: EU and UK publish trade agreement* (on line). Consultado em 26 de dezembro de 2020 em <https://www.dw.com/en/brexit-eu-and-uk-publish-trade-agreement/a-56062356>.

EAS (European External Action Service) (2016). *Liechtenstein and the EU* (on line). Consultado em 23 de janeiro de 2021 em https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/7701/liechtenstein-and-eu_en.

EFTA (s.d.). *The Basic Features of the EEA Agreement* (on line). Consultado em 23 de janeiro de 2021 em <https://www.efta.int/eea/eea-agreement/eea-basic-features#:~:text=What%20is%20the%20European%20Economic%20Area%3F,-The%20European%20Economic&text=It%20covers%20the%20four%20freedoms,included%20in%20the%20EEA%20Agreement>).

El País (2017). *Un exministro británico propone llevar la independencia de Cataluña ante la ONU* (on line). Consultado em 1 de janeiro de 2021 em https://elpais.com/ccaa/2017/04/03/catalunya/1491209762_160422.html.

El País (2018). *Gibraltar avisa de que podría rescindir los derechos de los europeos si España usa el veto del Brexit* (on line). Consultado em 1 de janeiro de 2021 em https://elpais.com/politica/2018/03/16/actualidad/1521189521_530348.html.

El País (2019). *España y Reino Unido firman el primer tratado sobre Gibraltar desde Utrecht* (on line). Consultado em 1 de janeiro de 2021 em https://elpais.com/politica/2019/03/04/actualidad/1551704246_742824.html.

El País (2020). *Gibraltar to have border checks for UK arrivals, not for Spain, if deal is clinched* (on line). Consultado em 26 de dezembro de 2020 em <https://english.elpais.com/brexit/2020-12-22/gibraltar-to-have-border-checks-for-uk-arrivals-not-for-spain-if-deal-is-clinched.html>.

El País (2020). *España y el Reino Unido llegan a un “principio de acuerdo” para derribar la verja de Gibraltar* (on line). Consultado em 07 de janeiro de 2021 em <https://elpais.com/espana/2020-12-31/espana-y-reino-unido-llegan-a-un-principio-de-acuerdo-para-eliminar-la-verja-de-gibraltar.html>.

EUR-Lex (s.d.). *Accession Criteria (Copenhagen Criteria)* (on line). Disponível em https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/accession_criteria_copenhagen.html.

EUR-Lex (2008). *Consolidated version of the Treaty on the Functioning of the European Union - PART SEVEN: GENERAL AND FINAL PROVISIONS - Article 355 (ex Article 299(2), first subparagraph, and Article 299(3) to (6) TEC)* (on line). Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A12008E355>.

- Euronews (2020). *Receios sobre o Brexit agravam-se em Gibraltar* (on line). Consultado em 6 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2020/12/05/receios-sobre-o-brexit-agravam-se-em-gibraltar>.
- Exame (2013). *Gibraltar: oásis econômico vizinho de uma Espanha em crise* (on line). Disponível em <https://exame.com/economia/gibraltar-oasis-economico-vizinho-de-uma-espanha-em-crise/>.
- Fernandes, D. (2019). *Movimentos Independentistas* (on line). Consultado em 21 de janeiro de 2021 em https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/3043/Movimentos_independentistas.
- Garcia, J. (s.d.). *The Political History of Gibraltar* (on line). Disponível em: <https://liberal.gi/political-history.php>.
- Gibraltar Chronicle (2019). *50 years since Gibraltar's 1969 Constitution* (on line). Disponível em <https://www.chronicle.gi/50-years-since-gibraltars-1969-constitution/>.
- Gibraltar National Museum (s.d.). *A Brief History of Gibraltar* (on line). Disponível em <https://www.gibmuseum.gi/our-history/brief-history-of-gibraltar>.
- Gibraltar Timeline (s.d.). *1967 Gibraltar Referendum* (on line). Disponível em <http://gibraltartimeline.com/1967-gibraltar-referendum/>.
- Hagist, D.N. (2014). *The Greatest Siege* (on line). Disponível em <https://allthingsliberty.com/2014/03/the-greatest-siege/>.
- História Militar de España (s.d.). *Guerra del Segundo Pacto de Família (1741 - 1748)* (On line). Disponível em: http://www.altorres.synology.me/querras/1741_familia/1741_familia.htm.
- HM Government of Gibraltar (s.d.). *International Civil Aviation Organisation* (on line). Disponível em <https://www.gibraltar.gov.gi/civil-aviation/international-civil-aviation-organisation>.
- HM Government of Gibraltar (s.d.). *Preparing for a No Deal Brexit: Get Ready*. Disponível em <https://www.gibraltar.gov.gi/brexit>.
- HM Government of Gibraltar (2006). *Gibraltar Constitution Order 2006* (on line). Disponível em <https://www.gibraltarlaws.gov.gi/papers/gibraltar-constitution-order-2006-6>.
- House of Commons (1999). *Joint Declaration on Airport (of 2 December 1987)* (on line). Disponível em <https://publications.parliament.uk/pa/cm199899/cmselect/cmfaff/366/36616.htm>.

House of Commons (2014). *Gibraltar: Time to get off the fence - Foreign Affairs Committee Contents* (on line). Disponível em <https://publications.parliament.uk/pa/cm201415/cmselect/cmfaaff/461/46106.htm>.

Institute for Government (s.d.). *Article 49: rejoining the EU* (online). Disponível em <https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/article-49-rejoining-eu#:~:text=What%20is%20Article%2049%3F,set%20out%20by%20Article%2049>.

Jornal Económico (2020). *Acordo comercial do Brexit aprovado na Câmara dos Comuns com 521 votos a favor e 73 contra* (on line). Consultado em 30 de Dezembro de 2020 em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/acordo-comercial-do-brexit-aprovado-na-camara-dos-comuns-com-521-votos-a-favor-e-73-contra-682125>.

McLaughlin, W. (2016). *The Great Siege of Gibraltar: 1779-1783 France & Spains Failed Attempt To Take The Rock* (on line). Disponível em <https://www.warhistoryonline.com/history/the-great-siege-of-gibraltar-1779-1783.html>.

Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación (s.d.). *History and Legal Aspects of the Dispute* (on line). Disponível em <http://www.exteriores.gob.es/Portal/en/PoliticaExteriorCooperacion/Gibraltar/Paginas/Historia.aspx>.

Montado, E. (2021). *Give the Treaty a chance* (on line). Consultado em 10 de janeiro de 2021 em <https://www.chronicle.gi/give-the-treaty-a-chance/>.

Muno, M. (2018). *Opinião: Gibraltar é mais uma prova do absurdo que é o Brexit* (on line). Recuperado de <https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-gibraltar-%C3%A9-mais-uma-prova-do-absurdo-que-%C3%A9-o-brexit/a-46429358>.

Nikkei Asia (2017). *Why did UK vote to leave EU?* (on line). Disponível em <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/Why-did-UK-vote-to-leave-EU2>.

Nutter, N. (2021). *Treaty of Utrecht 1713* (on line). Disponível em https://www.visit-andalucia.com/one_post.php?id=306&title=treaty-of-utrecht-1713.

Office of the Historian, Foreign Service Institute - United States Department of State (s.d). *Treaty of Paris, 1763* (on line). Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1750-1775/treaty-of-paris#:~:text=The%20Treaty%20of%20Paris%20of,to%20the%20British%20colonies%20there>.

Perera, J (2019). *Gibraltar and Brexit: the triangulation of Britishness, Empire, and Spain* (on line). Consultado em 10 de janeiro de 2021 em <https://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/gibraltar-and-brexit/>.

POLITICO (2020). *Spain's foreign minister on Brexit: 'We need a deal* (on line). Consultado em 10 de dezembro de 2020 em <https://www.politico.eu/article/spain-arancha-gonzalez-laya-eu-brexit-deal-uk/>.

POLITICO (2020). *Johnson, von der Leyen agree to continue Brexit negotiations* (on line). Consultado em 14 de dezembro de 2020 em <https://www.politico.eu/article/brexit-negotiations-continue-after-call-between-leaders/>.

Portal Diplomático (s.d.). *Congresso de Utrecht*. Disponível em <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/congresso-de-utrecht>.

Prittie, T. (2018). *From the archive: Gibraltar votes to remain with Britain – 1967* (on line). Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/sep/11/gibraltar-votes-to-remain-with-britain-archive-1967>.

PÚBLICO (2020). *Von der Leyen e Boris Johnson pedem último esforço aos negociadores para fechar acordo* (on line). Consultado em 10 de dezembro de 2020 em <https://www.publico.pt/2020/12/05/mundo/noticia/von-der-leyen-boris-johnson-pedem-ultimo-esforco-negociadores-fechar-acordo-1941920>.

Serfaty, W. (1997). *The Pillares of the Phoenicians* (on line). Disponível em: <https://phoenicia.org/gibraltar.html>.

SIC Notícias (2019). *Encontrada em Gibraltar a segunda pegada de neandertal no mundo* (on line). Disponível em: <https://sicnoticias.pt/mundo/2019-02-13-Encontrada-em-Gibraltar-a-segunda-pegada-de-neandertal-no-mundo>.

SIC Notícias (2020). *Brexit. Espanha e Reino Unido chegam a acordo sobre Gibraltar* (on line). Consultado em 07 de janeiro de 2020 em <https://sicnoticias.pt/especiais/brexit/2020-12-31-Brexit.-Espanha-e-Reino-Unido-chegam-a-acordo-sobre-Gibraltar>.

Spain's news (2020). *Gibraltar says goodbye to the EU with the downfall of the European flag* (on line). Consultado em 25 de janeiro de 2021 em <https://spainsnews.com/gibraltar-says-goodbye-to-the-eu-with-the-downfall-of-the-european-flag/>.

SWI (2020). *Time running out to find Brexit agreement on Gibraltar, Spain says* (on line). Consultado em 1 de janeiro de 2021 em <https://www.swissinfo.ch/eng/time-running-out-to-find-brexit-agreement-on-gibraltar--spain-says/46187624>.

Ulman, M. (2019). *The Great Siege of Gibraltar: 24 June, 1779 - 7 February, 1783* (on line). Disponível em <https://storymaps.arcgis.com/stories/16e959fc8d4c4b2588df5ec94e15de84>.

United Nations Library (s.d.). *Committees on Information transmitted under Article 73e* (on line) <https://research.un.org/en/docs/decolonization/bodies/art73e#:~:text=Article%2073e%20of%20the%20Charter,educational%20conditions%20in%20the%20territories>.

Valle-Galvez, A. (2017). *Gibraltar and the "Brexit" – New Scenarios within a Historic Dispute. A Proposal*. Cádiz: Universidad de Cádiz. Consultado em 3 de dezembro de 2020 em <https://verfassungsblog.de/gibraltar-and-the-brexit-new-scenarios-within-a-historic-dispute-a-proposal/>.

Vasquez, R. (2020). *Let us stay British after final Brexit* (on line). Consultado em 10 de janeiro de 2021 em <https://www.chronicle.gi/let-us-stay-british-after-final-brexit/>.

Violi, F. (s.d.). *Condominiums And Shared Sovereignty* (on line). Consultado em 16 de janeiro de 2021 em <http://50shadesoffederalism.com/theory/condominiums-shared-sovereignty/>.

Warren, K. (2020). *The Hollow Mountain: Gibraltar and Its Caves* (on line) Disponível em <https://www.worldwidewriter.co.uk/hollow-mountain-gibraltar-and-its-caves.html>.

Whiteley, P. (s.d.) *Insight: Why Britain really voted to leave the European Union* (on line). Disponível em <https://www.essex.ac.uk/research/showcase/why-britain-really-voted-to-leave-the-european-union>.

Wintour, P., Tremlett, G. (2002). *Gibraltar votes out joint rule with Spain: Scathing attack as the Rock says no to shared sovereignty* (on line). Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2002/nov/08/uk.gibraltar>.

OUTRAS FONTES DE PESQUISA

Acordo da Área Económica Europeia (1994). Disponível em <https://www.efta.int/eea/eea-agreement>.

Acordo Trilateral de 2004 (Espanha, Reino Unido e Gibraltar). Disponível em <https://www.liberal.gi/treaty-trilateral.php>.

Batalha de Trafalgar (1805). Recuperado em <https://www.wasp-school.org.uk/wp-content/uploads/2020/03/Battle-of-Trafalgar-.pdf>.

BBC Four (25 de julho de 2016), *Gibraltar – My Rock Documentary*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LKM_mpVZ344

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (s.d.). *Diplomacia*. Disponível em https://www.instituto-camoes.pt/images/stories/tecnicas_comunicacao_em_portugues/portugues%20nas%20Orelacoes%20internacionais/Diplomacia%20Artigo%20de%20Opinio.pdf.

Central Intelligence Agency (1983). *UK-Spain: Gibraltar – Struggle for a Piece of the Rock*. Recuperado em <https://www.cia.gov/readingroom/document/cia-rdp85t00287r000500430001-1>.

Constituição Espanhola (1978). Disponível em <https://www.tribunalconstitucional.es/es/tribunal/normativa/Normativa/CEportugu%C3%A9s.pdf>.

Discurso da Primeira-ministra Theresa May (2016). Disponível em <https://static.rasnet.ie/documents/news/theresa-may-speech.pdf>.

Federal Department of Foreign Affairs. (2008). *ABC of Diplomacy*. Disponível em https://www.eda.admin.ch/dam/eda/en/documents/publications/GlossarezurAussenpolitik/ABC-Diplomatie_en.pdf.

HM Government of Gibraltar (2018). *Concordat concerning the implementation of the Gibraltar protocol to the withdrawal agreement and related memoranda of understanding between her Majesty's Government of Great Britain & Northern Ireland and her Majesty's Government of Gibraltar*. Disponível em: https://www.gibraltar.gov.gi/new/sites/default/files/HMGoG_Documents/CONCORDAT-FINAL-AS-AGREED.pdf.

Lista de todos os Governadores de Gibraltar, desde 1700 até ao ano atual. Disponível em <http://gibraltartimeline.com/gibraltar-governors-from-1704/>.

Número de habitantes em Gibraltar. Disponível em: <https://www.worldometers.info/world-population/gibraltar-population/>.

Resultados do referendo realizado em 2002. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2400673.stm>.

Resultados do Referendo do *Brexit* realizado em 2016. Disponível em https://www.bbc.co.uk/news/politics/eu_referendum/results.

Resultados das eleições legislativas de 2019 disponíveis em: <http://www.parties-and-elections.eu/gibraltar.html>.

Taxa de imposto de Gibraltar. Disponível em <https://www.gibraltar.gov.gi/income-tax-office>.

Taxa de imposto sobre sociedades em Espanha. Disponível em https://europa.eu/youreurope/business/taxation/business-tax/company-tax-eu/spain/index_es.htm.

Taxa de imposto sobre sociedades em Portugal. Disponível em https://europa.eu/youreurope/business/taxation/business-tax/company-tax-eu/portugal/index_pt.htm.

Tratado de Paz de Paris de 1783. Disponível em <https://www.oas.org/sap/peacefund/VirtualLibrary/Inter-StateDisputes/Belize-Guatemala/Treaties/ParisPeaceTreaty1783.pdf>.

Virtual Library of Inter-American Peace Initiatives. (s.d.). *The Paris Peace Treaty of 1783*. Disponível em <https://www.oas.org/sap/peacefund/VirtualLibrary/Inter-StateDisputes/Belize-Guatemala/Treaties/ParisPeaceTreaty1783.pdf>.

ANEXOS

Anexo A – Estreito de Gibraltar



Fonte: www.google.pt/maps

Anexo B - Cerco a Gibraltar (1779-1783)



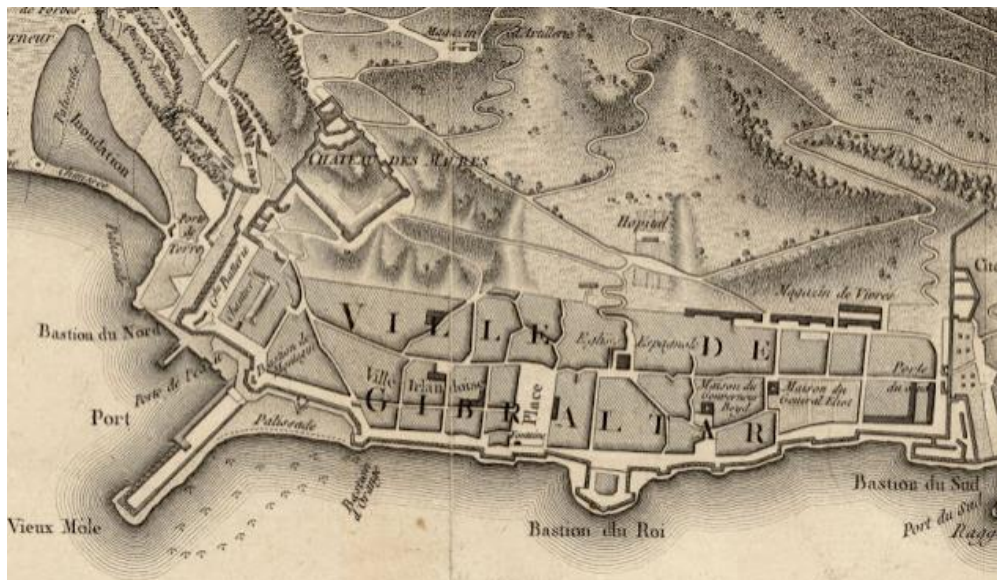
Fonte: <https://www.warhistoryonline.com/history/the-great-siege-of-gibraltar-1779-1783.html>

Anexo C - George Augustus Eliott (1717-1790)



Fonte: <https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/>.

Anexo D - Plano de Gibraltar após o Grande Cerco



Fonte: <https://gibraltar-intro.blogspot.com/2012/03/chapter-3-1784-giovanni-maria-boschetti.html>.

Anexo E - Soberania Britânica em Gibraltar



Fonte: <https://www.heritage.org/global-politics/report/self-determination-and-national-security-why-the-us-should-back-british>.

Anexo F - Memorial dos residentes evacuados de Gibraltar na Madeira



Fonte: <https://www.tracesofwar.com/sights/15738/Memorial-Evacuated-Residents-Gibraltar.htm>.

Anexo G – Mensagem de felicitação de Fabian Picardo a Boris Johnson na rede social Twitter em 24 de Dezembro de 2020



Fabian Picardo ✓ @FabianPicardo · 24 de dez

...

I congratulate @BorisJohnson on the trade deal between UK & EU. A strong UK is best for #Gibraltar. This deal does not apply to 🇮🇪 or the Campo de Gibraltar. For us & those around us the clock is still ticking. We continue to work hand in glove with 🇬🇧 on agreement with 🇪🇸

Fonte: Twitter - @FabianPicardo

Anexo H – Mensagem de felicitação do Primeiro-Ministro espanhol Pedro Sánchez pelo pré-acordo do *Brexit* entre o Reino Unido e a União Europeia na rede social Twitter



Pedro Sánchez ✓ @sanchezcastejon · 24 de dez

...

Bienvenido el principio de acuerdo entre la UE y Reino Unido. Enhorabuena a @MichelBarnier, @vonderleyen y sus equipos. Los Estados Miembros lo examinaremos y @EUCouncil se pronunciará en los próximos días.

España y RU seguimos dialogando para lograr un acuerdo sobre Gibraltar.

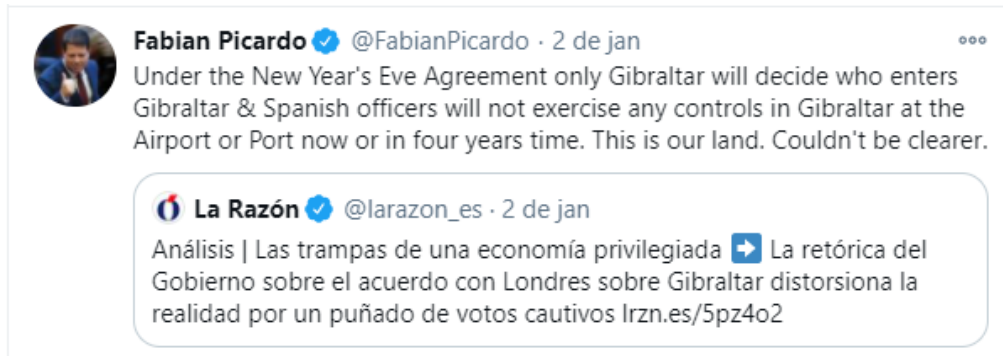
Fonte: Twitter - @sanchezcastejon

Anexo I – Anúncio do princípio de acordo sobre Gibraltar pela Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha, Arancha González Laya, na rede social Twitter



Fonte: Twitter - @AranchaGlezLaya

Anexo J – Posição defensiva do Chefe do Governo de Gibraltar, Fabian Picardo na questão fronteiriça em torno do princípio de acordo alcançado entre Espanha e Reino Unido sobre Gibraltar



Fonte: Twitter - @FabianPicardo

Anexo K – Manifestação gibraltina em pró Reino Unido



Fonte: <https://expresso.pt/lusa/2020-01-30-Brexit.-Gibraltar-despede-se-da-UE-e-ica-a-bandeira-da-Commonwealth>.

Anexo L – Chefe de Governo de Gibraltar, Fabian Picardo, a transportar a bandeira da União Europeia após ter sido substituída pela bandeira da Commonwealth, numa cerimónia realizada em 31 de Janeiro de 2020



Fonte: <https://spainsnews.com/gibraltar-says-goodbye-to-the-eu-with-the-downfall-of-the-european-flag/>.